



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO

Daiane Silva Oliveira

**INSTRUÇÃO DE POBRES E NEGROS EM FEIRA DE SANTANA: As Escolas do
Professor Primário Geminiano Alves da Costa (1890 a 1920).**



Escola primária dirigida pelo professor Geminiano Costa. (Arquivo Hugo Navarro Silva)

Feira de Santana

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO

Daiane Silva Oliveira

**INSTRUÇÃO DE POBRES E NEGROS EM FEIRA DE SANTANA: As Escolas do
Professor Primário Geminiano Alves da Costa (1890 a 1920).**

Feira de Santana
2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO

Daiane Silva Oliveira

**INSTRUÇÃO DE POBRES E NEGROS EM FEIRA DE SANTANA: As Escolas do
Professor Primário Geminiano Alves da Costa (1890 a 1920).**

Dissertação apresentada no curso de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana para obtenção do título de Mestre em História. Orientadora: Dr. Ione Celeste de Sousa.

Feira de Santana

2016

A banca examinadora considera esta dissertação adequada como requisito para conclusão do curso de Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana, 30 de Agosto de 2016

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ione Sousa (orientadora)

Prof. Dr. Marcus Vinicius Fonseca (Universidade de Ouro Preto/MG)

Prof. Dr. Clóvis Frederico Moraes Ramaiana Oliveira (UEFS/BA)

Prof^a. Dr. Marcus Levy Bencostta (UFPR) (suplente)

Prof^a. Dr. José Augusto Luz (UEFS) (suplente)

Para Joilton Sodré, um moço do Recôncavo que me fez reviver.

Para Ione Sousa, mestra perfeita, mãe igual.

*Por painho, que sonhou em ir à escola
e se tornou mestre na arte de grozar o couro e a vida.*

*Por mainha, pelo sonho de ser
professora que se cumpriu em suas filhas.*

Ficha catalogafica: Biblioteca Central Julieta Carteado

Oliveira, Daiane Silva

O46i Instrução de pobres e negros em Feira de Santana: as escolas do professor primário Geminiano Alves da Costa (1890 a 1920)./ Daiane Silva Oliveira. Feira de Santana, 2016.

151f.: il.

Orientadora: Ione Celeste de Sousa

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2016.

1.Educação primária – Feira de Santana. 2.Escolarização

Republicana. 3.Geminiano da Costa – Educador feirense . I.Sousa, Ione. Celeste de. II.Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU : 373.3(814.22)

AGRADECIMENTOS

O historiador escreve, mas também vive o que escreve e as adjacências do fazer historiográfico, que por impossibilidade de anulação, é a sua própria vida. Tive que pesquisar e escrever sobre o objeto de pesquisa que ora apresento e viver suas adjacências que ora se colocavam impossíveis de serem anuladas, a saber, minha vida social cotidiana. Nesses dois anos, meus ritos de passagem que já se tornaram históricos, marcaram nesse cotidiano o procedimento desse trabalho e sobrevivi a todos eles, até porque o sujeito social também articula táticas de sobrevivência em meio ao caos das suas próprias escolhas. Por isso, nesse entremeio de problemáticas e resoluções que não apenas no plano teórico metodológico, algumas pessoas me inculcaram a não desistir. Ione Sousa, que no intercalar da vida veio à minha, para que eu entendesse um afeto único e eterno, que não se pôde restringir a algumas horas de orientação. Devo muita gratidão a essa pessoa, que desde a graduação me orientou para as coisas da pesquisa histórica e para as coisas da vida.

Gratidão a meu amigo, companheiro e marido Joilton Sodré que em silêncio ou com palavras de confronto, andou comigo em todas as etapas desta pesquisa e nas minhas horas de recuo, que não foram poucas. Sua paciência no meu período pós-cirúrgico ao me esperar nas cinco horas de orientação atrasada, caminhou comigo para os arquivos de pesquisa, o que prova que esse trabalho também é dele. Ao esse nego do Recôncavo minha cumplicidade e declarações de tudo que se permitir ser eterno. E seremos.

A minha família por torcer todos os dias para o sucesso disso e “para a agonia acabar!”. Dedico de forma amorosa a Raquel, Milena, Yuri, Beatriz e Artur, meus sobrinhos e sobrinhas, pesquisadores de um futuro próximo, que aposto irão humanizar um concreto chamado *academia científica*. Aos meus colegas de trabalho no IFBA, que se tornaram meus amigos/irmãos de luta e alegria: Ana Portela, Henrique Andrade, Jamile Villas Boas, Theo Barreto, Adilson Almirante, Jeferson Costa (a lenda), Azamor Guedes, Jucimar Cerqueira e Therezinha Gauri, vocês me animam cotidianamente pra novas batalhas e me impulsionam a vencer sem permitir pestanejar. É muito amor envolvido.

Ao professor Dr. Clovis Ramaiana Oliveira, que não é de hoje que me aguça pras coisas “daqui”, com sua pressa em trazer a cultura sertaneja pra centralidade da pesquisa histórica. Muito obrigada pela leitura e avaliação nas bancas de qualificação e dissertação.

Ao professor Dr. Marcus Fonseca, pela aceitação de participar desta Banca. A primeira vez que o encontrei pessoalmente foi no Congresso Brasileiro de História da Educação, em Cuiabá 2013, na Universidade Federal de Mato Grosso, mas já tinha lido seus dois livros emprestados pela minha orientadora. Fui assistir as suas explicações nos Simpósios e seus trabalhos de pesquisa me aguçaram a retomar a pesquisa sobre Geminiano Costa. Obrigada pela participação na banca de qualificação.

Ao Dr. Marcus Bencostta, uma referência nos estudos no campo da História da Educação, que com muito apressado e gentileza aceitou o convite para a banca final. Seus trabalhos também me foram apresentados por minha orientadora de pesquisa e aguçaram esta pesquisa desde a graduação, principalmente a análise sobre arquitetura escolar e as festividades cívicas.

A Daiane Pereira, pela atenção e preocupação que não deve findar tão cedo, pelas fontes que me cedeu e pela parceria na frequência do arquivo do Arcebispado de Feira de Santana. Essa amizade que construímos desde a graduação e que sustentamos até hoje. A todos do Museu Casa do Sertão e da Biblioteca Monsenhor Renato Galvão pela gentileza no acesso às fontes digitalizadas. A “Seu Antonio” no Arquivo Público Municipal de Feira de Santana, pela paciência e presteza em atender sempre, mesmo no espaço de tempo apertado que nunca dispunha e mesmo assim o disponibilizava. Ao Arquivo do Arcebispado de Feira de Santana, muito obrigada a Marisa pela gentileza da procura em meio a tantas estantes e livros em degradação das fontes históricas.

A Keilane Souza, que no suor de sua pesquisa de mestranda, compartilhou de forma despretensiosa uma fonte preciosa sobre o alunado de Geminiano da Costa. Jamais terei condições de agradecer a esta amiga que tem feito diferença na pesquisa histórica feirense e que guardo no meu rol de amigas desde os tempos de Residência Universitária. A Mayara Plácido, uma amiga especial, em quem tento me referenciar em esforço, qualidade e dignidade, com quem tenho orgulho de manter relações respeitadas, transparentes e também despretensiosas, “porque com ela não pode ser diferente, não mesmo”.

A Deus, autor da minha vida, pelo livramento de todo dia, pela graça do viver, porque só Ele e eu é que sabemos.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é a abordagem do processo de instituição de uma escolarização feirense no final do século XIX e início do século XX, centralizando as práticas escolares do Professor negro Geminiano Alves da Costa e de suas aulas primárias para crianças e adultos na cidade de Feira de Santana de 1890 a 1920. A pesquisa tem bases nas proposições da História Social da Educação, destacando os chamados sujeitos escolares e suas experiências cotidianas intra e extra escola, para uma compreensão das teias de relações que nortearam as vivências do referido sujeito como fenômeno social a ser apropriado. A proposta do trabalho que segue é uma abordagem encaminhada para apropriação do Professor negro Geminiano Alves da Costa como um interlocutor cultural, a partir de um levantamento dos dados sobre sua circularidade nos espaços feirenses, a partir disso, os dados subsidiaram a pesquisa como sugere Ione Sousa (2008), na perspectiva de olhar para os sujeitos de forma mais detida, mais distante das grandes instituições no intuito de visualizar as minúsculas experiências de letramento, de alfabetização, seus significados para os sujeitos envolvidos, e deixa de lado a preocupação com as grandes ideias pedagógicas e sistemas de ensino. A partir da vivência desse sujeito buscamos evidenciar o cenário educacional feirense no início do período republicano, marco histórico que determinou nosso recorte, bem como destacar a identidade profissional desses sujeitos alunos das escolas, entrelaçadas com a do professor Geminiano da Costa.

Palavras Chaves: escolarização republicana; trabalhadores pobres; Geminiano da Costa; Feira de Santana.

ABSTRACT

The aim of this work is to approach the institution process of Feirense school in the late nineteenth century and early twentieth century, centralizing school practices the black professor Geminiano Alves da Costa and its primary classes for children and adults in the city of Feira Santana from 1890 to 1920. the research has bases in the propositions of the social History of Education, highlighting the so-called school subjects and their daily experiences intra and extra school, for an understanding of the web of relationships that guided the experiences of that subject as a social phenomenon to be appropriate. The purpose of the work that follows is a directed approach to ownership of the black professor Geminiano Alves da Costa as a cultural interlocutor, from a survey of data on its roundness in feirenses spaces from that, the data supported the research as suggested Ione Sousa (2008), in looking perspective to the subject in a more detailed, more distant from large institutions in order to view the tiny experiences of literacy, literacy, their meanings for the subjects involved, and leaves aside the concern with great educational ideas and educational systems. From the experience of this subject we seek to embed Feirense educational scene in the early republican period, milestone that determined our cut and highlight the professional identity of these subjects students of schools, intertwined with the Geminiano Costa teacher.

Key Words: Republican schooling; working poor; Geminiano da Costa; Feira de Santana.

LISTA DE ABREVIATURAS

APMFS – Arquivo Público Municipal de Feira de Santana.

BSMRG/UEFS – Biblioteca Setorial Monsenhor Renato Galvão do Museu Casa do Sertão da Universidade Estadual de Feira de Santana.

CEDOC/UEFS – Centro de Documentação da Universidade Estadual de Feira de Santana.

UEFS- Universidade Estadual de Feira de Santana.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 01. Famílias de destaque econômico de Feira de Santana.....	29
Quadro 02. População de Feira de Santana no início do século XX.....	32
Quadro 03. Reformas educacionais baianas de 1895 a 1919.....	51
Quadro 04. Escolas Primárias feirenses do final do século XIX.....	56
Quadro 05. Imóveis em nome de Cícero Carneiro da Silva.....	86
Quadro 06. Faixa etária dos alunos da aula noturna.....	117
Quadro 07. Matrícula da aula noturna de 1914.....	119
Quadro 08. Matrícula da aula noturna de 1915.....	120
Quadro 09. Matrícula da aula noturna de 1916.....	123
Quadro 10. Matrícula da aula noturna de 1918.....	125
Quadro 11. Matrícula da aula noturna de 1920.....	127

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1. Professor Geminiano Alves da Costa na porta da casa onde funcionava a aula isolada para meninos.....	82
Imagem 2. Escola primária do professor Geminiano Alves da Costa, com alunos e o Professor posicionado na porta da casa onde funcionou até 1917.....	103

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Capítulo I. Entre o Sertão e o Recôncavo: a cidade de Feira de Santana no pós-abolição.....	26
1.1. Feira de Santana: uma historicidade entre o Sertão e o Recôncavo.....	26
Capítulo II: Devagar e Esparsa: pontos sobre a Instrução Pública Baiana e Feirense.....	47
2.1. <i>Apropriados, esparsos e em pontos convenientes</i> : a cartografia de uma cultura escolar urbana em Feira de Santana.....	53
2.2. <i>Ao progresso moral e material do município</i> : os prédios escolares municipais em Feira de Santana.....	60
Capítulo III: As Andanças de um <i>distincto professor</i>: Geminiano Alves da Costa....	79
3.1. O Professor e as experiências familiares como redes articuladoras: a família.....	80
3.2. Outras redes de sociabilidades: a membresia nas confrarias feirenses de São Benedito e São Vicente de Paulo.....	91
3.2.1. A membresia na Sociedade Monte Pio dos Artistas feirenses.....	97
3.3. O Professor e suas Escolas: sujeitos e modos de instruir.....	100
3.3.1. A cadeira de aula municipal em Feira de Santana.....	100
3.3.2. A materialidade da escola primária de Geminiano Alves da Costa.....	106
3.3.3. O Museu de Anatomia e Geografia de Feira de Santana.....	109
3.4. A Escola Noturna para Pobres: instruir para o trabalho.....	111
3.4.1. Os sujeitos alunos das aulas noturnas: identidades e profissões.....	115
4. Considerações Finais.....	132
5. Lista de Fontes.....	134
6. Referencias Bibliográficas.....	137
7. Anexos.....	144

INTRODUÇÃO

...não uma prova real, mas um vestígio¹.

Esta pesquisa de mestrado sobre a escolarização feirense e a presença do professor Geminiano Alves da Costa teve início em 2008, quando recebi bolsa de iniciação científica durante o curso de graduação em Licenciatura em História na UEFS. Data deste momento o encontro com o sujeito Geminiano Alves da Costa, presença constante em noticiários de abertura de aulas nos jornais feirenses, sujeito escolar, articulista de táticas nos espaços intra e extra escola e que chamou a atenção por dar aulas numa escola chamada nos noticiários dos periódicos feirenses de *Escola para Pobres*. Ficou evidente nestes registros impressos sobre suas aulas a presença de um professor primário negro, nunca pesquisado.

A experiência de pesquisa como bolsista de iniciação científica PROBIC/UEFS na graduação resultou em três produtos: o trabalho monográfico sobre a instrução como estratégia de civilização das camadas populares em Feira de Santana por parte dos grupos de destaque econômico e político da cidade; um catálogo sobre registros da Instrução e da Educação em Feira de Santana a partir do jornal *Folha do Norte* e o tema da futura dissertação de mestrado, que aqui é apresentada.

Isso posto, o presente trabalho tem por objetivo estudar o processo de instituição de um sistema de instrução em Feira de Santana entre o final do século XIX e início do século XX, abordando o sujeito social Geminiano Alves da Costa neste processo a partir de vestígios de suas aulas/escolas primárias para meninos e adultos trabalhadores pobres; investigar as experiências deste sujeito no cenário educacional feirense.

Para alcançar estes propósitos foi preciso contemplar outras relações sociais que não apenas as das práticas escolares, da cultura escolar e do processo de escolarização feirense, mas as táticas do referido professor e de outros sujeitos da época, que conjugadas, possibilitaram o acesso de sujeitos trabalhadores pobres às práticas de instrução entre os anos de 1890 a 1920.

O ano de 1890 foi escolhido como marco temporal inicial por ser imediatamente posterior a abolição da escravatura e a proclamação da República no interesse de acompanhar um professor negro. Também por ser uma década marcada pela criação de reformas educacionais por parte dos governos republicanos, no intuito de alcançar uma

¹ SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. *Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar* (Santa Catarina – Séculos XIX e XX).

instrução que marcasse uma ruptura política entre o período imperial e o republicano, para apagar os resquícios coloniais, estabelecidos doravante como símbolos de atraso.

Diretamente relacionado ao professor Geminiano da Costa, 1890, foi o período em que foi nomeado professor primário público municipal em Feira de Santana, na institucionalidade da primeira reforma da instrução republicana na Bahia em 1895, a Reforma de Sátiro Dias de 1891. O ano de 1920, ano fim desse recorte, foi tomado por ser o ano imediato a morte do professor Geminiano da Costa, que se deu em 1919.

Teórico-metodologicamente a pesquisa tem bases nas proposições da História Social da Educação enquanto um dos campos do trabalho do historiador, conforme defendido por Thaís Fonseca (2003) de que a *história da educação utiliza-se dos procedimentos metodológicos, dos conceitos e referenciais teóricos, bem como de muitos objetos de investigação pertencentes à história cultural*. Thaís Fonseca destaca que apesar disto a História da Educação durante um bom período não apareceu nem como proposta metodológica, nem como tendência, vertente, corrente ou campo historiográfico, sendo citada apenas em textos escritos por pesquisadores diretamente nela envolvidos, mas não no conjunto da produção historiográfica.

Esta autora ainda indica que esta ausência da História da Educação nas propostas de produção historiográfica, desde o século XIX e indica ainda que as análises estrangeiras consideraram e consideram a História da Educação como um campo historiográfico independente, já nas produções da historiografia brasileira a ausência da História da Educação foi por muito tempo uma lacuna incômoda. Segundo a autora, os últimos balanços realizados sobre a produção em História da Educação, especificamente no Brasil, indicam uma forte e já reconhecida tendência das pesquisas na direção de nova história, especialmente a história cultural.

Sobre esta questão Francisco Falcon (2006, p. 328) faz uma análise dos principais trabalhos de teoria e historiografia publicados durante três décadas para discutir a baixa produção de pesquisas de historiadores de formação nesse campo, *como se não competisse realmente aos historiadores o estudo e a pesquisa de tal história*.

Quanto a produção em História da Educação na Bahia Antonieta de Aguiar Nunes (2003) *Política educacional no início da República na Bahia: duas versões do projeto liberal*, em tese de doutorado, aborda a política educacional no início da República na Bahia, tomando no bojo de suas análises o projeto liberal que regeu a consolidação dessa

política na Bahia. Também Nunes (2004) tem trabalho sobre *A formação dos sistemas públicos de educação no século XIX e sua efetivação na província da Bahia*.

Também Elizabete Conceição Santana e Jaci Menezes (2011), *A construção da Escola Primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos 1830-1930*, uma coletânea de textos e das reformas educacionais baianas republicanas, com os textos das leis reproduzidos na íntegra, um trabalho contribuidor para os trabalhos em história da educação na Bahia. O trabalho de Sara Martha Dick (2001), *As Políticas Públicas para o Ensino Secundário na Bahia: O Liceu Provincial, 1860 – 1890* e igualmente o trabalho de Izabel Maria Villela Costa (1988), *Uma leitura sobre a história da política provincial baiana de formação de professores: A Escola Normal, 1836 a 1862*. As autoras Lucia Maria da Franca Rocha e Maria Lêda Ribeiro de Barros (2006), *A educação primária baiana: grupos escolares na penumbra* são pesquisas baianas que engrossam o bojo das produções no campo da História da Educação na Bahia.

Mais recente o livro organizado por José Carlos Silva e José Augusto Luz (2008), *História da Educação na Bahia* que reúne textos de diversos autores e autoras que conjugam desde o processo de educação colonial, império até o período republicano com referenciais teóricos metodológicos diferenciados.

Ainda os trabalhos de Ione Sousa (2006, 2008, 2013, 2014)² pesquisa sobre as experiências de escolarização de pobres na Bahia de 1870 a 1890 e considerou o período da transição do trabalho escravo ao trabalho livre, principalmente nas duas últimas décadas do Império como um período de novas demandas da sociedade em relação à preparação da futura mão de obra, principalmente a *pobre* e de *cor*, através da escolarização. Investiga as aulas noturnas provinciais desde 1870 e as experiências escolares desses sujeitos pobres e negros utilizando mapas de aulas públicas elaborados por professores, o que subsidiou as análises sobre as identidades profissionais dos sujeitos trabalhadores.

Especificamente a Feira de Santana, a coletânea de Ione Sousa e Antonio Roberto Seixas (2012), *Escolas Normais na Bahia: olhares e abordagens*, que também reúne uma

² SOUSA, Ione. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2006; SOUSA, Ione. *Prover as aulas, regular o tempo: uma leitura sobre cultura escolar na Bahia Oitocentista*. In: LUZ, José Augusto e SILVA José Carlos (orgs). *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008. SOUSA, Ione C. J. *Pobres e negros nas aulas públicas - província da Bahia-1842/1850*. Anais do VII CBHE/UFMT, Cuiabá, MT; 2013; SOUSA, Ione C. J. de. *As aulas noturnas para adultos: para os que pedem ao trabalho de cada dia satisfação de suas necessidades*, In: Ananias ET alii (orgs) *Temas sobre a Instrução Imperial II*, UFPB: 2014.

coletânea de textos que envolvem pesquisas mais detidas sobre as escolas normais no contexto baiano. As pesquisas costuram desde a gênese da implantação da Escola Normal da Bahia, a de Caetité, Feira de Santana, Ponte Nova, Nazaré e Vitória da Conquista e traz as especificidades históricas dessas implantações que perpassaram por questões políticas, pedagógico-ideológicas no intuito de responder aos movimentos de reforma do ensino primário em todo o país. Especificamente no que se refere às pesquisas no campo da História da Educação na Bahia e Feira de Santana, existem as pesquisas de Sousa (1999) que pesquisou o cotidiano da Escola Normal de Feira de Santana e seu papel na construção de uma prática de trabalho feminino, assim como as representações de modernidade urbana escolar feirense dentro do contexto de constituição da instrução primária feirense.

Também Ana Maria Fontes dos Santos (2011), *Uma aventura universitária no sertão baiano: da Faculdade de Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana*, na qual pesquisa a criação da Universidade Estadual de Feira de Santana na trajetória da interiorização do ensino superior público na Bahia, que teve início com a implantação da primeira Faculdade Estadual de Formação de Professores, mas em Feira de Santana levaria o nome de Faculdade Estadual de Educação, criada em 1968.

Antonio Roberto Seixas da Cruz e Marinalva Lopes Ribeiro (2009), *Flores do Sertão: perfilando professoras formadas pela Escola Normal de Feira de Santana de 1930 a 1949*. Nesse trabalho, os autores buscam traçar a ideia que as professoras formadas pela Escola Normal de Feira de Santana, entre 1930 e 1949, tinham de si mesmas ao se formarem, e o que pensavam ser necessário ao exercício da docência.

Ainda a contexto feirense, a professora Sandra Nívea Soares Oliveira (2014), pesquisou *Um modelar estabelecimento de ensino: o Colégio Santanópolis na cidade de Feira de Santana (1934-1959)*, e sua relação com a cidade de Feira de Santana na condição de mais um equipamento social e educacional importante no processo de modernização da cidade, proporcionando sociabilidades e construindo-se como referência de educação em Feira e Região.

Para o período republicano baiano, a pesquisa de José Augusto Luz³ (2012) analisa os conceitos de *educação e instrução* baseado nas concepções de Ernesto Ribeiro⁴ e que foram apropriados nesta pesquisa de forma distinta para destacar as especificidades do uso

³ A salvação pelo ensino primário (1924-1928)- Ed da UEFS, 2012.

⁴ O autor se baseia nas concepções de RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *A educação e suas relações com a moral*. Bahia, 1915.

aplicado ao período republicano. Para este período específico, o autor considera o termo *educação* relacionado ao cultivo das faculdades e dos instintos, as boas qualidades relativas à disposição do indivíduo para o bem. Por isso, a preocupação premente com a formação moral dos indivíduos. Este historiador discute que o termo *instrução* no final da década de 1920 estava associado *ao conjunto de conhecimentos, informações e preceitos pelos quais a faculdade intelectual esclarece o entendimento e aguça a habilidade, fortalece o saber e o engenho.*

No contexto feirense, o termo *instrução* não era um termo recente, já sendo utilizado por diversos críticos e autores bem antes do século XX como Filinto Justiniano Bastos (1916), jurista feirense, em seu livro *Elementos de Instrução e Educação Cívicas de Direito Público*, esta expressão refere-se ao *complexo de conhecimentos literários, religiosos, científicos e técnicos, adquiridos por meio da palavra dos professores ou pela observação racional, direta dos fenômenos da vida física e moral (...)*⁵.

Usei estes termos para compreender a instrução primária feirense do início do século XX enquanto uma *escolarização*. Esse conceito analítico foi apropriado de David Hamilton (2001) para analisar o espaço escolar formal projetado não apenas como uma organização física para o exercício da aula, mas, sobretudo de aglomeração social e cultural no processo de sistematização da escola como instância educativa, tanto no instruir quanto no educar, que tendeu a se ampliar e se tornar massiva.

O autor refere-se a sistematização dos processos educativos anteriores à escola pública, que ocorriam em diversos espaços sociais como a família, os locais de trabalho, os lugares públicos, as festas, os jogos, os atos religiosos e sob uma ação pedagógica, ora mais, ora menos organizada e formal. Foram estas instâncias educativas que tenderam a se reduzir com a *progressiva* escolarização dos saberes e das práticas Hamilton (2001).

Sobre este processo no Brasil Faria Filho (2005), numa perspectiva thompsiniana de reflexão da noção de *experiência*. O autor destaca a preocupação das várias implicações e dimensões da *escolarização*, como *constituída nas práticas sociais do ser social*, e que nela que os sujeitos se constituem, seja individualmente ou como classes sociais, apreendidas a partir de história social preocupada com as consequências e dinâmicas sociais da escolarização na sociedade brasileira, mas destaca também *a preocupação em*

⁵ BASTOS, Filinto Justiniano Bastos (1916). *Elementos de Instrução e Educação Cívicas de Direito Público*. Bahia: Joaquim Ribeiro e Co. Livraria “Duas Américas”, 1916. Sob a guarda da Biblioteca Monsenhor Alcides Cardoso/Museu Casa do Sertão/UEFS.

*estabelecer as feições tomadas por este fenômeno em momentos específicos da nossa história, a partir dos estudos da culturas escolares*⁶.

Desse modo, as culturas escolares e o processo de escolarização são o processo e o resultado das experiências dos sujeitos, dos sentidos construídos e compartilhados e/ou disputados pelos atores que fazem a escola. Por isso,

(...) ao mesmo tempo em que tenho que considerar – do ponto de vista teórico metodológico – a existência de outras culturas institucionais que estão em consenso e/ou conflito com a escola – como a cultura familiar, a cultura religiosa etc., é preciso que eu considere que os sujeitos que a constroem guardam, eles também, diversos pertencimentos e identidades pelos quais as culturas escolares estarão continuamente formadas. (FARIA FILHO: 2005, p. 245).

A partir desta concepção de *escolarização* como um sistema normatizador e formalizador de experiências docentes, Faria Filho (2000), realizou uma análise de grupos escolares mineiros como símbolo do Estado Republicano que se organizava. Estas instituições escolares representaram *o ideal de modernidade através da mudança na concepção e organização da escola*. O autor pesquisou e problematizou as diferentes noções de *aulas, classes, turmas e escolas, grupos escolares*, suas funcionalidades e a constituição dos espaços diversos enquanto escolas, bem como as relações de conflitos com os sujeitos escolares e demais sujeitos envolvidos na constituição dos sistemas de ensino.

Discute a dualidade *antigo-moderno* nos discursos reformistas dos fins do século XIX e primeira metade do XX, e a emergência das escolas como símbolos de civilidade e progresso e de que forma suas presenças desencadearam, ao contrário de uma aparente harmonia, resistências e contradições inquietando professores, estudantes e boa parte da população. A destacar na minha própria pesquisa que em Feira de Santana, e principalmente na região do recôncavo baiano neste período, a população era majoritariamente negra.

Sobre a presença negra nas aulas primárias foram fundamentais as pesquisas de Fonseca (2001, 2007, 2009)⁷ sobre o contexto mineiro e o predomínio dos negros nas

⁶ In: FARIA FILHO, L. *Fazer História da Educação com E. P. Thompson: trajetórias de um aprendizado*. 2005, p. 247.

⁷ FONSECA, Marcus Vinicius da. *Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro*, Editora Ação Educativa; SP, 2001; FONSECA, Marcus Vinicius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2007; FONSECA, Marcus Vinicius. *O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 35,

escolas mineiras do século XIX, criticando a visão tradicionalmente admitida sobre a escola oitocentista, que geralmente é tratada como um espaço ocupado exclusivamente por alunos brancos.

O autor destaca *a presença de pretos e mulatos* nos espaços escolares nos mais variados papéis, inclusive na condição de professores. Sugere investigar *os espaços da escola como tão diversos como o da sociedade daquela época*. Essa sugestão permitiu situar Geminiano Costa neste campo de atuação de negros no magistério, não como uma surpresa, mas cotejando com as experiências mineiras e destacando então seu protagonismo como um elemento social de diversos espaços, um deles, o espaço das associações religiosas e filantrópicas feirenses.

Também para balisar a abordagem da instrução de pobres, Nogueira (2012) foi importante na investigação sobre a escola primária noturna para trabalhadores mineiros, entre 1891 e 1924. Afirma que era uma política de *escolarização* que do ponto de vista normativo era destinada aos sujeitos trabalhadores analfabetos desde o período imperial. Nogueira discute os sujeitos escolares no cotidiano das escolas primárias noturnas e a construção de uma identidade de aluno nas escolas mineiras do pós-abolição.

Esta discussão sobre a construção de identidade dos alunos pobres, trabalhadores e negros de aulas públicas noturnas foi muito importante na análise dos registros existentes da *Escola para Pobres*, a partir do Livro de Matrículas da aula.

Nesta análise que realizei o guia teórico-metodológico foram as proposições de Carlo Ginzburg (1989) do *método nominativo e indiciário* que instrumentalizou a prática metodológica de garimpar documentos dispersos a fim de reconstruir dados que dessem conta de identificações de vida contextualizadas dos trabalhadores pobres em Feira de Santana.

Incorporando esta proposta, investiguei os lugares ocupados pelo professor Geminiano da Costa e seus deslocamentos nos processos de escolarização como um *estudo das experiências* desse sujeito, compostas por táticas para inclusão de trabalhadores na instrução das primeiras letras.

A proposta da redução da escala de observação sobre o sujeito e suas experiências, seus modos de fazer, como sugere Carlo Ginzburg (1989) possibilitou o enfoque dessas nuances, permitindo desvelar outras realidades históricas como as dos sujeitos da teia de relações sociais de Geminiano da Costa, sem descartar as grandes instituições com as quais

esteve vinculado, nas quais manteve relações com outros sujeitos negros de destaque social e econômico feirense, a exemplo de Agostinho Fróes da Motta, intendente e um dos homens mais ricos do período, sujeito também negro como o professor Geminiano da Costa.

Assim, ao aplicar o princípio de redução de escala de observação ao estudo sobre o protagonismo de Geminiano da Costa procurei destacar o sujeito social nos diversos meios sociais, observando as redes de relações que ele foi tecendo no seu espaço de experiências próximas, bem como as relações que o sujeito estabeleceu com outros âmbitos de circulação, vivenciando experiências individuais e coletivas através de investimento de táticas para sua própria inserção e de outros sujeitos.

Os *sinais* encontrados no andamento dessa pesquisa indiciou a existência de um grupo de sujeitos negros interligados por ações, discursos e lugares que permitem afirmar a existência de uma *elite negra letrada feirense* agindo no cenário educacional, fosse articulando acesso aos mais pobres à instrução, fosse promovendo meios de inserção para os seus achegados a cargos e posições socialmente mais valorizados.

Por último em termos teórico-metodológicos foi importante a leitura de Certeau (1994) com a noção de *tática* como uma *arte do fazer cotidiano*, como

(...) uma arte dos fracos, circulando num espaço que lhe era sempre alheio. Por não possuir um lugar próprio, movia-se no interior do campo inimigo, tendo por aliado apenas o *tempo*, as possibilidades oferecidas pelo instante em que a vigilância do poder falhava. (Certeau: 1994, p. 220).

Pensar Geminiano Alves da Costa como um interlocutor de *táticas*, a partir de um levantamento dos dados sobre sua circularidade nos espaços feirenses, na perspectiva de olhar para os sujeitos de forma mais detida, mais não distante das grandes instituições, no intuito de visualizar as minúsculas experiências de investimentos, seus significados para os sujeitos envolvidos, mas sem deixar de lado a preocupação com as grandes ideias pedagógicas e sistemas de ensino.

A documentação analisada nesta dissertação foi variada, constituída de artigos, anúncios e notícias publicados em jornais feirenses; do Livro de Matrícula das aulas noturnas da *Sociedade São Vicente de Paulo*; do inventário pós morte de Geminiano da Costa; das atas do Conselho Municipal de Feira de Santana; do Livro de Profissões da Intendência de Feira de Santana e do Livro de Matrícula de Carroceiros e Magarefes que

permitiram localizar a vivência profissional de alguns dos sujeitos trabalhadores entre 1895 e 1920; dos contratos de construção dos prédios escolares.

Uma fonte básica foi o Livro de Ofícios da Intendência de Feira de Santana com registros das nomeações e transferências de professores; das autorizações de abertura de cadeiras de aulas, que apontaram os sinais para as experiências do sujeito Geminiano da Costa no contexto educacional feirense. Negativamente destacar a impossibilidade de acesso as fontes documentais da Sociedade Monte Pio dos Artistas Feirenses, por questões de imposição burocrática dos seus guardiões.

Quanto ao corpo do texto, no primeiro capítulo está a *cidade commercial da Feira de Santana*, situada no entremeio sertão e recôncavo, como uma das cidades mais próximas a capital do Estado, o que a possibilitou vivenciar as reformas educacionais que se irradiavam da cidade de Salvador, ao tempo que sentiu as ausências da eficiência destas. Este capítulo trás a discussão de uma cidade baiana sertaneja que sustentou em sua história um imaginário comercial de feira e comércio de gado bovino versus o desejo de ser uma cidade letrada e civilizada. O trabalho de mestrado em história de Silva (2012)⁸ trouxe a discussão de uma concepção de pobreza em Feira de Santana neste período, destacando uma cidade rural e essencialmente de trabalhadores pobres a partir do estudo das experiências de trabalhadoras e trabalhadores do município.

No segundo capítulo a discussão começa enfocando o contexto educacional do início do século XX, no processo republicano na Bahia e em Feira de Santana, a partir das legislações educacionais das reformas de instrução elaboradas nos diferentes governos baianos da época, que redelimitaram juridicamente o que seria um sistema de ensino baiano e feirense. Subsidiou este capítulo o Catálogo de Fontes organizado por Elizabeth Santana (2011)⁹ que elencou e descreveu as reformas e legislações escolares dos anos finais do século XIX e início do século XX (1891 a 1925), para situar o processo de construção da escola primária na Bahia.

Na segunda parte do segundo capítulo, o enfoque é em Feira de Santana e na análise da construção de uma *cartografia educacional* articulada aos projetos de sua

⁸ SILVA, Mayara Plácido. *Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado/UEFS; Feira de Santana, 2012.

⁹ O texto refere-se particularmente à gestão educacional no estado da Bahia, destacando aspectos relevantes da pesquisa organizada neste livro *Leis de reforma e regulamentos da instrução primária. 1890-1930*. Aborda a evolução do ordenamento do ensino primário e seus objetivos; da estrutura administrativa deste nível de ensino, suas instâncias de gestão e respectivas atribuições; e da inspeção escolar e seus objetos.

modernização urbana, que começou no início do século XX e mais efetivamente depois da década de 1910. São discutidas as relações entre *cidade e escola*, localizando os sujeitos e as práticas escolares utilizadas como estratégias de *modernização e civilidade urbana*; as estratégias de barganhas políticas que determinaram a construção de prédios escolares, as relações políticas que definiram quais professores ocupariam os prédios recém-construídos; o *fazer profissional* e as condições de vida de um sujeito da educação na primeira metade do século. A partir da discussão do projeto de modernização feirense, uma discussão sobre a construção dos primeiros prédios escolares feirenses, os edifícios republicanos e as relações políticas e econômicas que definiram as primeiras construções escolares de Feira de Santana.

Esse capítulo é concluído com o destaque nas camadas populares, e nos seus lugares de vivência cotidiana, para quem essa cartografia educacional foi intencionalmente direcionada com um discurso de reorganização dos lugares sociais através da instrução de um conjunto de modos sociais para o cenário da cidade e dos sujeitos que abrigavam suas ruas e becos. Como sugere Faria Filho (2000, p. 26) atentar que *nostros instrumentos e categorias de análise, não acabassem por subsidiar a educação escolar nas malhas e no movimento da economia ou dos processos político-sociais, não dando lugar ao aparecimento das especificidades das práticas culturais*.

O terceiro capítulo aborda a vida de Geminiano da Costa e as formas em que sua vida familiar esteve articulada a vivência nas associações religiosas e nas práticas escolares. Sua inserção no magistério na cidade de Feira de Santana e as vias para essa consolidação através da assunção das aulas primárias diurnas na esfera municipal e noturnas na *Escola para Pobres*, criada e mantida por associações filantrópicas feirenses. A materialidade das escolas onde este professor atuou, os espaços de funcionalidades das práticas escolares, como a estruturação material para essa funcionalidade, suas condições estruturais, os objetos que as compunham, os símbolos que sustentavam e as identificavam, os objetos escolares significativos de sua cultura material, como a bandeira nacional trazida pelo professor Geminiano Costa da Capital do Estado e o mobiliário novo que ganhou em 1911.

Este último capítulo também foi dedicado a discussão de uma possível *identificação escolar* dos alunos da *Escola Noturna para Pobres*: identidades profissionais e de suas famílias. Os dados foram construídos a partir do cruzamento de fontes: o Livro de Matrículas da Escola para Pobres (1914 – 1921), o Livro de Profissões de Feira de

Santana (1917-1920), o Livro de Foro de Feira de Santana (1888 – 1889), o Livro de Matrícula de Carroceiros e Magarefe de Feira de Santana (1916 – 1923).

O *método nominativo* de Carlo Ginzburg (1989)¹⁰ subsidiou esta análise, especialmente a forma operacionalizada por Marcus Fonseca (2007) na análise de dados censitários nas escolas da Minas Gerais oitocentista para chegar a estatística da quantidade de negros frequentes das aulas públicas mineiras. Não foi possível nesta pesquisa realizar este tipo de análise, porém foi possível apontar pela historiografia já existente, e pelo frágil vestígio das fontes, primeiros indícios destas presenças de alunos, e a presença mais marcante de negros professores, na pessoa do protagonista Geminiano Alves da Costa e de seus amigos professores Dionysio Assumpção, de São Gonçalo dos Campos; seu irmão e sucessor João Alves da Costa; seu cunhado e “secretario escolar” Tertuliano Carneiro; seu companheiro de luta pela ampliação de aulas publicas para pobres e trabalhadores, boa parte negros, Cincinato Franca¹¹, em registro de visita a Feira de Santana. É uma primeira parte deste esforço desta dissertação.

¹⁰ GINZBURG, Carlo, CASTELNUEVO, Enrico e PONI, Carlo. *O nome e o como*. Mercado Historiográfico e troca desigual. In: Carlo Guinzburg, Enrico Caltelnuevo & Carlo Poni. A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1989.

¹¹ Professor primário e abolicionista baiano, nascido no Iguape e com longa carreira no magistério baiano. SOUSA, Ione (2006, 2009, 2011, 2013, 2014 e 2015)

Capítulo I: Entre o Sertão e o Recôncavo: a cidade de Feira de Santana no pós-abolição.

A cidade de Feira de Sant' Anna que se avista de todos os lados a não pequena distancia, acha se collocada sobre uma extensa planície, como um pequena depressão ao sul e ao oeste, quase fora de suas portas. Tem proporções para uma grande cidade, que há de ser no futuro, e a mais formosa da Bahia [...].

Jornal *O Município*, 03 de setembro de 1893, p. 01.

1.1. Feira de Santana: uma historicidade entre o Sertão e o Recôncavo.

Foi com essas palavras que o Jornal *O Município* de 1893 apresentou a cidade *Comercial de Feira de Santana*: primeiro destacando sua localização privilegiada; depois indicando uma potencialidade futura de grandeza econômica entre dois pontos distintamente geográficos, a saber, o *Sertão* e o *Recôncavo* baianos. Esses termos, no decorrer desta pesquisa adquiriram potencialidade explicativa na abordagem que destaca Feira de Santana na encruzilhada entre esses dois referentes, enquanto lugar que das idas e vindas dos tropeiros e vaqueiros que faziam intercâmbio comercial entre a capital do Estado e o interior.

Sertão e *Recôncavo* como extremidades geográficas que se aproximam na medida em que Feira de Santana foi se centralizando como entreposto comercial desde o século XVII como a antiga *Fazenda Santana dos Olhos d'Água*, localizada no *caminho do gado* que ligava o interior da Bahia a Salvador e ao Recôncavo baiano e que no final do século XVII era uma das fazendas do *Arraial de São José das Itapororocas*. Andrade (1990) indica que esta fazenda transformou-se em pequeno povoado e a capela funcionou como ponto de reunião das populações circunvizinhas, dando origem a uma pequena feira ainda no início do século XVIII.

Na década de 1960 o brasileiro Poppino (1968) abordou sobre as origens do arraial, depois cidade de Feira de Santana, como lugar de desenvolvimento de uma feira em terras da então freguesia de Cachoeira,

Dessa maneira a pouco e pouco se ia desenvolvendo uma feira periódica em Santana dos Olhos d'Água. A feira, que teve início no primeiro quartel do século XVIII, deu o seu nome à atual Feira de Santana. Conhecida a princípio como a *feira* de Santana dos Olhos d'Água, depois se chamou simplesmente de Feira de Santana (Poppino: 1968, p. 20). Grifos pessoais.

No século XIX no lugar do anterior arraial foi criada a Villa de Feira de Santana com território desmembrado de Cachoeira, em 09 de maio de 1833. Quarenta anos depois a lei provincial n.º 1.320, de 16 de junho de 1873 elevou a então vila à categoria de *Cidade Commercial de Feira de Santana*.

Os estudos historiográficos sobre Feira de Santana são unânimes em atribuir ao comércio de gado do sertão no litoral o papel de elemento fundador desta localidade, tomando a localização geográfica como fator determinante da consolidação da cidade como entreposto comercial, haja vista que esta se localiza a meio caminho entre o recôncavo e os núcleos de criação de gado do interior como Mundo Novo, Jacobina, dentre outros, assim como apresentava uma topografia rodeada por rios que promoviam excelentes pastagens para o descanso das boiadas oriundas de regiões distantes. (Simões: 2007; 20).

Silva (2012) destaca que das muitas cidades e povoados surgidos ao longo das rotas de expansão pastoril no estado, a mais ilustrativa é o município de Feira de Santana, pelo destaque da *feira livre* presente desde o início do século XIX

(...) avolumou-se ano após ano, atraindo um número crescente de tropeiros e comerciantes. [...] Cerca de um século depois o município já figurava como a terceira economia do interior do estado, perdendo apenas para os municípios de Ilhéus e Itabuna (então significativamente impulsionados pela atividade cacaueteira). Feira de Santana mantinha então sua igualdade no comércio de gado e no comércio (Silva 2012: p. 51).

Na sua configuração como *Cidade Commercial de Feira de Santana*, entre 1873 e 1938, trocas comerciais foram expandidas para além da *feira livre* e estabelecidas novas vias de comunicação entre Feira e outras regiões com as quais o comércio se realizava, gerando novas funções e atividades econômicas.

A cidade foi se configurando como um polo de comércio e de indústria de pequeno porte. Uma cidade comercial de base agropecuária com atividade industrial principalmente doméstica, constituída de manufaturas como as olarias, as fiações de algodão, as de beneficiamento direto do couro e aquelas ligadas às atividades de produção e comercialização do fumo, comércio de gado fortalecido e a cidade contou com o funcionamento de diversos estabelecimentos, a exemplo de tecidos e gêneros alimentícios. Em 1916 o livro de *Lançamento de Indústrias e Profissões de Feira de Santana* registrou *as fábricas, depósitos, casas commerciaes e empresas particulares*¹² e as atividades comerciais e serviços em geral existentes na cidade:

Negociantes desta cidade. Joalheiros. Salgadeiras e sapatarias. Pharmacias, prédios e advogados. Dentistas, fotografos. Hoteis. Hoteis, bilhares, açougues. Agencia bilhetes. Torrefação café. Olarias. Estribarias. Negociantes de compra ou venda de cereaes, etc. Negociantes de compra ou venda de gado. Armazens de fumo. Ourives, cabelleireiros, torneiros, funileiros, alfaiates, ferreiros, marceneiros, fogueteiros, Casas de Comissões, negociantes de galinhas, banca de miudezas. (Livro de Industria e profissões de Feira de Santana, 1916. Índice, p. 01)¹³.

A considerar a diversidade de negócios e negociantes registrados neste Livro de Registro de pagamento de impostos, além daqueles que exerciam trabalhos manuais. A análise evidencia que aos negócios mais lucrativos estiveram ligados vários nomes da política de Feira de Santana e as famílias economicamente abastadas, um dos motivos pelos quais Cunha (2013) afirma que zelar pelo bom desempenho do comércio era uma preocupação constante das autoridades feirenses que partilhavam dessa hegemonia comercial na cidade.

Cunha (2013) em dissertação que enfocou a estrutura política de Feira de Santana nos primeiros trinta anos do século XX argumenta que vez ou outra se confundia com a estrutura comercial, considerando o grau de aglomeração dos mesmos sujeitos ou famílias nos dois territórios, pois além da monopolização das práticas comerciais, algumas famílias monopolizaram os lugares nas principais disputas políticas feirenses. Afirma que a força política feirense, nos primeiros anos do século XX, vinha dos fazendeiros feirenses e

¹² Livro de Indústrias e Profissões de Feira de Santana, exercício de 1916, p. 02. APMFS.

¹³ Estes dados consideram os Distritos: São Vicente, Santa Barbara, Bom Despacho, Tanquinho, Almas, Gameleira, Bonfim, São José e Humildes.

aponta que estes não se dedicavam apenas às atividades agropecuárias nas fazendas, mas que muitos também *tinham no comércio sua fonte de renda*.

A evidenciar estas atividades, consta nos *Livros de Indústrias e Profissões de Feira de Santana de 1890¹⁴ e 1917* sobrenomes de famílias de destaque econômico representadas por seus membros que detinham grande parcela do comércio feirense. A partir destes registros foi elaborado o quadro abaixo:

Quadro 1¹⁵

Famílias de destaque econômico de Feira de Santana no final do século XIX.

	Famílias	Tipo de Negócios
01		
02	Família Pereira	Casa de comércio, comércio de gado.
03	Família Alves Boaventura	Comércio de gado, torrefação de café, farmácia, olaria, casas de aluguel e outros investimentos.
04	Família Sampaio	Casa comercial.
05	Família Suzart	Casa comercial, comércio de gado.
06	Família Cerqueira	Casa comercial e sapataria.
07	Família Falcão	Casa comercial, sapataria, açougues, alfaiataria, casas de aluguel.
08	Família Frões da Motta	Armazém e comércio de fumo, comércio de gado, farmácia, comércio de transporte de água, imóveis de aluguel e outros investimentos.
9	Família Lima	Armazém de fumo, comércio de gado.
10	Família Bahia	Casa comercial, casas de aluguel.
	Família Martins	Casa comercial, comércio de gado, armazém de

¹⁴ O Livro de Indústrias e Profissões de 1890 está mal conservado e incompleto e não consta índice. Os nomes dos *negociantes* (termo que consta no Livro) são apresentados sem separação em categorias de comércio e serviços, tendo o leitor o trabalho de fazê-lo, de acordo com os dados constantes. No Livro de 1916 a 1920, constam os nomes dos negociantes e os impostos recebidos. APMFS.

¹⁵ A organização dos dados no *Livro de Indústrias e Profissões de 1916 a 1920*, cujos registros são a base deste Quadro, está organizado da seguinte forma: *número de ordem, nomes, origem do imposto, taxas e total a pagar*. A parte referente à origem do imposto é aquela que caracteriza a atividade desenvolvida pelo pagante.

11		fumo.
12	Família Carneiro da Silva	Casa comercial, comércio de vinagre, torrefação de café, estribaria, comércio de água, imóveis de aluguel.
13	Família Ramos	Olarias, dentista, casas de aluguel.
14	Família Alves de Abreu ¹⁶	Casa comercial, tipografia, casas de aluguel.
15	Família Almeida	Casa comercial e alfaiataria, comércio de gado, hotel.
16	Mendes da Costa	Comércio de gado, casas de aluguel.

Uma análise inicial destes registros indica uma supremacia do comércio formal por determinadas famílias. Cabe destaque para as famílias Alves Boaventura e os Fróes da Mota, que a historiografia¹⁷ sobre Feira de Santana já evidencia como famílias com grandes posses e de forte influência política na cidade. O Quadro acima apresentado deixa evidente que foi quase unânime a prática do comércio de gado entre os mais avantajados comerciantes de Feira de Santana neste período, paralela a esta, esteve o desenvolvimento de outras atividades comerciais ou de prestação de serviços.

Cunha (2013) analisou a diversidade de investimentos econômicos por parte dos fazendeiros feirenses e aponta que em Feira de Santana entre o final do Império até a terceira década republicana, portanto no período por extenso da pós-abolição, o Executivo e a Câmara Municipal eram constituídos por homens ocupados com o comércio, principalmente o comércio de gado, que se utilizaram dos cargos públicos para garantir condições propícias à expansão dos seus negócios.

¹⁶ CUNHA, Nayara Fernandes de A. *Os Coronéis e os Outros: sujeitos, relações de poder e práticas sociais em Feira de Santana de 1907-1927* (2013), não caracteriza Abdon Alves de Abreu como abastado, mas o classifica como figura influente e inserido no território político de Feira de Santana. Consta em nome de Abreu uma casa comercial, a parte da Tipografia, a referida autora deu-nos embasamento para tal afirmação.

¹⁷ ALVES, Chintamani Santana. *Tramas da Terra: conflitos no Campo na Terra de Lucas (1900-1920)*. Dissertação de Mestrado: UEFS, 2013; CUNHA, Nayara Fernandes de Almeida. *Os Coronéis e os Outros: sujeitos, relações de poder e práticas sociais em Feira de Santana (1907-1927)*. Dissertação de Mestrado/UEFS; Feira de Santana, 2013; OLIVEIRA, Clóvis F. R. M. De empório à princesa do Sertão: utopias civilizatórias em Feira de Santana (1893- 1937). (Dissertação de Mestrado), Salvador, 2000; SILVA, Aldo José Morais. *História, Poesia e Sertão*. Editora UEFS; FSA, 2010; SILVA, Aldo José Morais. *Natureza sã, Civilidade e Comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da BAHIA (1833-1927)*. Salvador. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2000; POPPINO, Rollie E. Feira de Santana. Salvador: Editora Itapuã, 1968; REIS, Wagner Alves. Agostinho Fróes da Motta: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em feira de Santana (1856-1922). Dissertação de Mestrado/UEFS, FSA, 2012, entre as demais que não constam neste espaço.

A renda e o poder político concentravam-se basicamente entre quatro famílias: Fróes da Mota, Bahia, Falcão e os Boaventura. É notável a hegemonia comercial destas famílias no monopólio das atividades econômicas, apreensível nos registros de cobrança dos impostos no *Livro* de 1890¹⁸ em que constam pagantes de mesmo sobrenome dos negociantes formais registrados no *Livro* de 1917¹⁹. A destacar que além deste comércio formal, regularizado pelo poder público através do número de inscrição municipal para pagamento de impostos existia o comércio em tendas ao ar livre e o comércio de vendedores ambulantes, constituídos por trabalhadores urbanos e rurais em dias de feira livre e que fazia a efervescência sócio-cultural e econômica do centro, dos becos e subúrbios da cidade.

Tal como em outras cidades brasileiras, os becos e vielas entrecortavam as largas avenidas e borbulhavam com a movimentação constante de trabalhadores e trabalhadoras. Em Feira de Santana, os becos, situados entre ruas centrais da cidade, eram espaços de moradia e trabalho para esta população, bem como para a realização de atividades consideradas ilícitas e imorais para os valores higiênicos e moralistas da república. Os becos se constituíam, então, em locais apropriados por trabalhadores/as pobres da cidade para estabelecerem suas experiências de trabalho e relações familiares, pela construção de seus *pequenos casebres*, tidos como insalubres e feios, na perspectiva dos jornais. (Silva: 2012, p. 41).

O já referido *Livro de Industrias e Profissões de Feira de Santana de 1890 e 1916 e 1917 a 1920* traz indícios da presença de trabalhadores especializados que exerciam atividades manuais, consideradas atividades menores para o período²⁰ enquanto *marceneiros, funileiros, sapateiros, magarefes*²¹, *salgadeiras, cabeleireiros, fogueteiros, ferreiros, que* executavam diversas atividades laborais como *artesãos e artistas*.

Silva (2012) indica que ocorreu um aumento da população feirense entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX, fosse pela presença intermitente de sujeitos transitando e movimentando a *feira livre* todos os dias de segunda feira vindos das cidades circunvizinhas ou o trânsito entre a área rural e urbana da cidade. A considerar como um dos fatores determinantes do aumento populacional foi o trânsito migratório no pós-

¹⁸ Livro de Indústrias e Profissões de Feira de Santana de 1890 e 1916. APMFS.

¹⁹ Livro de Indústrias e Profissões de Feira de Santana de 1917 a 1920. APMFS.

²¹ Silva (2012), os protagoniza como *os magarefes*, responsáveis pelo corte do gado e venda de suas partes nos açougues, eram descritos nos periódicos da cidade como trabalhadores desprezíveis e atrasados por sua ligação com as práticas de retalho do animal.

abolição de um público específico das localidades dos engenhos para as áreas urbanas e rurais, sendo Feira de Santana, uma dessas áreas de destino migratório, conforme argumenta Fraga (2006) em trabalho sobre as populações negras no período da pós-abolição no recôncavo baiano. Este historiador indica as cidades que receberam egressos dos antigos engenhos, tanto no recôncavo, como também as cidades distantes do litoral, como Feira de Santana.

Sabe-se que nos anos finais daquele século, alguns centros urbanos do Recôncavo se destacaram como importantes polos de atração da população livre e liberta. [...] Além da indústria fumageira, as referidas cidades constituíram importantes pontos de ligação entre Salvador e as localidades mais distantes do litoral, genericamente chamadas de *sertão*. A condição de entreposto comercial fortaleceu-se com a construção das estradas de ferro no fim do século XIX, a circulação de pessoas e mercadorias ampliou o mercado de trabalho para ganhadores, carroceiros, tropeiros, saveiristas, canoeiros, estivadores e marinheiros, cujas profissões eram tradicionalmente exercidas por negros e mestiços. (Fraga: 2006, p. 322, 324).

Poppino (1968) em obra sobre a região de Feira de Santana, apresenta dados demográficos sobre um aumento da população em Feira de Santana no pós-abolição:

Quadro 2

População de Feira de Santana no início do século XX.

Ano	Município	Cidade
1900	61.758	10.873
1920	64.515	12.012

POPPINO, Rollie E. Feira de Santana. Salvador: Editora Itapuã, 1968.

Silva (2000) ao discutir dados demográficos para a cidade de Feira de Santana na passagem do século XIX ao XX reconhece que

É Poppino ainda quem nos apresenta tais dados em capítulo intitulado Tendências da população em Feira de Santana, de 1860 a 1950”, e de acordo com o mesmo, **a população de Feira de Santana em 1860 podia ser estimada em 30.000 pessoas, sendo posteriormente contabilizadas 51.459 em 1872 e 63.000 em 1900.** A estes dados podemos acrescentar, por fim, a informação do anuário estatístico da Bahia, relativo ao ano de 1923, segundo o qual Feira de Santana contava então com 77.600 habitantes, o que o fazia o quarto município mais populoso do Estado [...] (p. 20). Grifos pessoais.

Contudo, se até finais do século XIX o espaço público da Vila, depois cidade de Feira de Santana comportava, como destaca Fraga e Poppino, os fluxos migratórios pós-abolição, Cunha (2013) se detendo no século XX, destaca uma pluralidade de sujeitos em contato com diversas práticas de comércio e trabalhos manuais nas ruas centrais da urbe em Feira de Santana.

A feira semanal atraía um grande contingente populacional das cidades circunvizinhas. Unia dois espaços: a venda de gado e a feira livre, onde se comercializava diversos produtos. Pequenos e grandes comerciantes, roceiros, lavradores e lavradoras que vinham vender ou trocar seus excedentes; migrantes, trabalhadores informais; bares, restaurantes e hotéis estavam dentro da dinâmica e da movimentação que a feira das segundas trazia a Feira de Santana (Cunha: 2013. p, 19).

A historiografia feirense sobre o período indica²² que a lógica de cidade projetada pelos grupos dominantes de Feira de Santana, na transição do século XIX para o século XX, passou pela repressão da presença dessa população nas ruas da cidade. Os sujeitos que dela fizeram parte foram tomados pelas estratégias e discursos civilistas, como elementos considerados perigosos, concepção e práticas comuns a outras urbes brasileiras como destacou pioneiramente Chalhoub (2001)²³, ao pesquisar os meios pelos quais as novas formas de controle e segregação foram reorganizadas para submeter os remanescentes do tempo do cativo e outros sujeitos oriundos da pobreza e que não se adequava aos novos modelos de comportamento difundidos pela elite nacional, através de seus jornais, legislação e laudos médicos, esse último, chave mestre na política de higienização escolar para controle dos corpos.

No caso específico de Feira de Santana aqueles insistentes que remontavam ao passado rural e que passaram a ser considerados pelos grupos dominantes como marcados

²² OLIVEIRA, Clóvis F. R. M. *De empório à princesa do Sertão: utopias civilizatórias em Feira de Santana (1893- 1937)*. (Dissertação de Mestrado), Salvador, 2000; SILVA, Mayara Pláscido. *Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado/UEFS; Feira de Santana, 2012; SILVA, Aldo José Morais. *Natureza sã, Civilidade e Comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da BAHIA (1833-1927)*. Salvador. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2000; SOUSA, Ione C. J. de. *Garotas tricolores, Deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945*. SP: EDU/PUC-SP: 2001; SANTOS, Igor G. *Eurico Alves Boaventura: uma democracia mestiça para uma civilização de uma classe só*. In: SILVA, Aldo José Morais. *História, Poesia e Sertão*. Editora UEFS; FSA, 2010.

²³ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

pelo atraso, pela desordem e pela insalubridade foram alvos de intervenções, entre elas a escolarização por meio da difusão de um novo conjunto de modos através da cultura escolar, carro chefe de propagação das representações construídas da dualidade “cidadão civilizado e incivilizado”. Silva (2000) destacou as representações construídas e difundidas a partir do lugar do próprio sujeito em Feira de Santana e as tentativas de higienização social empreendidas pelas autoridades:

Assim sendo, a cidade de Feira de Santana, ou mais especificamente o espaço urbano ali constituído, com suas aglomerações, sua feira livre, suas habitações (muitas delas cortiços ou casebres) e a precariedade dos serviços de infra-estrutura disponibilizados à população, como esgotos, recolhimento de lixo e abastecimento de água (carências sentidas, aliás, até mesmo nas principais centros urbanos do Império), fazia-se alvo das preocupações das autoridades, mas, principalmente, fazia-se perceber como um ambiente *a priori* perigoso, um ambiente a ser permanentemente vigiado, porque essencialmente negativo. (Silva: 2000, p. 26).

A precariedade nas vivências desta população quanto ao trabalho, moradia, instrução pública, acesso a terra investigadas por Silva (2012) e Alves (2013)²⁴ indica uma Feira de Santana para além das imagens tradicionais de uma feira livre efervescente e de um comércio em crescimento, presentes na literatura e nas mensagens propagadas nos jornais locais. Fica também explícita a razão para a pobreza como a negação de garantias do poder público para as populações menos abastadas, do que propriamente como algo natural dos sujeitos que dela proviam. Tal como em outras cidades brasileiras da época, becos e vielas entrecortavam as largas avenidas e borbulhavam com a movimentação constante de trabalhadores e trabalhadoras no centro da cidade de Feira de Santana e sofriam com a ausência de políticas sanitaristas.

Em dissertação que investigou as experiências de trabalhadores e trabalhadoras pobres do município feirense através de periódicos locais, Silva (2012) ressaltou as práticas costumeiras dessas populações no contexto de implementação de medidas de reordenação urbana e mudança de comportamentos sociais, no processo de construção de uma “civilidade” feirense, pautada na denúncia de experiências relacionadas à desordem urbana e ruralidade.

²⁴ Silva, Mayara P. Plácido. *Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado/UEFS; Feira de Santana, 2012 e Alves, Chintamani S. Santana. *Tramas da Terra: conflitos no Campo na Terra de Lucas (1900-1920)*. Dissertação de Mestrado: UEFS, 2013.

O texto de Silva (2012) traz inúmeras evidências de práticas higiênico-sanitárias e policiaescas no intuito de uma civilidade e modernidade, entre o final do século XIX e início do XX no intuito de sufocar práticas cotidianas de carroceiros, padeiros, lavradores, lavradoras, sapateiros, carregadoras, vendedores de rezes²⁵ e tantos outros trabalhadores. Foram para estes sujeitos do povo que um conjunto de ações foram acionadas no sentido de dar asseio as diversas formas de comportamento social urbano e rural, estavam entre essas ações a urbanização das vias, a modernização de modos urbanos e rurais e a escolarização como meio de propagação de um novo modelo de sociedade, a começar pela intervenção urbana por meio das construções de prédios escolares aos moldes republicanos.

Naquele contexto, como em outras capitais e cidades de grande, médio e pequeno porte no Brasil, a cidade de Feira de Santana entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX passou por mudanças fundamentais que produziram novos modelos de organização e de vida social. Segundo Pereira e Herschamann (1994) influência de propostas de sanitaristas, engenheiros e intelectuais em geral deste período foi significativa na edificação de políticas de intervenção urbana e social, incorporando novas concepções de cidade, com a escola na tentativa de desempenhar uma função importante nesse processo como formadora dos novos cidadãos.

Estes discursos civilizadores republicanos possuíam respaldo científico na ideia eugênica de povo, que teve influência higienista sobre a produção didática. Observa-se que nomes importantes da elite intelectual brasileira fizeram circular na sociedade republicana publicações de cunho higienista, em geral homens públicos de formação médica. Barreto (2008)²⁶ baseada em Herschamann (1994) apontam que daqueles

(...) autores Almeida Junior, Afrânio Peixoto e Renato Kehl se destacam pelas obras destinadas à educação, entre elas, o livro *Noções de Higiene*, destinado às Escolas Normais e aos cursos de Farmácia e Odontologia, de Afrânio Peixoto (1921); o livro *Noções de Puericultura – para as mães e para a escola*, de Almeida Junior (1927); destinados ao ensino primário, temos a *Cartilha de Higiene. Para Uso das Escolas Primárias*”, de Almeida Junior (1922), e o livro *A Fada Hygia. Primeiro Livro de Higiene*, de Renato Kehl (1929), (Barreto 2008, p. 04).

²⁵ Livro de *Indústrias e Profissões de Feira de Santana de 1917*, p. 07. APMFS.

²⁶ BARRETO, Aparecida de Lourdes Paes. *Pedagogia da Higiene na Paraíba: saberes que circulavam nos livros escolares*. *Anais CBHE*, 2008.

Repousaram seu olhar em especial sobre as classes pobres sertanejas, as quais ofereciam maiores riscos ao corpo social feirense. Esta concepção fica evidente neste trecho do jornal *Folha do Norte*, em 1912,

Não é novidade o positivar a pouca civilização da Feira, uma vez que Ella faz parte dessa região estendida do Maranhão ao Espírito Santo em que no dizer de Silvio Romero há muito atrazo, muita pobreza, muita miséria – região assolada pelas secas. (Jornal *Folha do Norte*, 20 de julho de 1912, p. 01).

Em 1920, o discurso que estigmatizou as classes pobres reforçavam os aspectos rurais e a falta de letramento do modelo de incivilidade construído pela balisa eugênica sanitaria dos primeiros anos do período republicano:

Esmagado pela natureza, hostil na sua própria exuberância, abandonado de Deus e dos homens, só conhece da vida sensações animais e os aspectos da miséria. Nenhum desejo, nenhuma ambição, agita-lhe o coração e eleva-lhe a alma; a ignorância e, della, a superstição grosseira resumem a alegria dos sentidos no veneno do álcool e as relações do espírito à crença infantil nos feitiços e nas almas penadas. O conforto e a civilização estão a cinco séculos de distância. (Jornal *Folha do Norte*, 24 de abril de 1920, p. 01).

Nestes discursos a noção de civilização foi colocada diretamente relacionado com a racionalização dos modos de viver com competência remodelar os aspectos sócio-culturais da vida como *as relações do espírito à crença infantil nos feitiços e nas almas penadas*, no através do *evoluir geral das ideias*, no intuito de eliminar tudo que fosse atrazado, abusivo e doentio.

O evoluir geral das ideias não cessa. [...] A vulgarização do critério científico, diz Teófilo Braga, disciplinando as necessidades de nossa consciência, vae eliminando de um modo sereno tudo o que é atrazado, abusivo e doentio. A sciencia e a filosofia procuram tudo demonstrar e tudo explicar fazendo resplandecer a sempiterna verdade. Enquanto caminham aavantes, triunfas, demolindo os falsos ídolos, abatendo as crenças errôneas, os preconceitos de caráter absurdo, contumácia dos supersticiosos, a astucia dos charlatões e o embuste dos impostores, a consciência emancipa-se [...]. (Jornal *O Município*, 01 de Setembro de 1911, p. 01).

Fraga (2006) já destacara como essas proposições estiveram presentes nas ruas das cidades brasileiras na pós-abolição, provocando enfrentamentos de controle das camadas pobres, constituída em boa medida por ex-escravos e seus descendentes, assim como táticas de resistência daqueles nas vias urbanas.

Homens e mulheres que abandonaram os engenhos, após a abolição, enfrentaram uma conjuntura de crescente pelos poderes municipal e provincial, das profissões tradicionalmente exercidas pelas pessoas de cor negra. Desde os fins do século XIX, especialmente com o declínio da escravidão nas cidades, as autoridades baianas vinham adotando medidas enérgicas para disciplinar o trabalho e os trabalhadores urbanos, a maior parte deles negra e egressa da escravidão. (Fraga: 2006, p. 326).

Estes embates pelo uso das ruas levaram a redefinição dos espaços urbanos e a recolocação dos sujeitos, especificamente quanto aos trabalhadores pobres urbanos e rurais com suas diversas formas de construir e viver suas sociabilidades cotidianamente. Certeau (1994) permite pensar cotidiano como é aquilo que nos é dado cada dia, aquilo que nos pressiona dia após dia e que nos oprime a partir das imposições hegemônicas. Os sujeitos trabalhadores e os lugares urbanos como as ruas como proposto por Certeau (1994) enquanto um local de práticas cotidianas e espaços vividos onde os *consumidores* reatualizam significados, referentes a utilização dos espaços citadinos, de acordo com suas “*táticas de resistência*” que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço urbano e do uso ao jeito de cada um, percebendo as *microrresistências* que fundam *microliberdades* e deslocam fronteiras de dominação.

Quanto a sua espacialidade urbana, para Oliveira (2010) Feira de Santana foi caracterizada na literatura por Eurico Alves Boaventura²⁷ como uma cidade de cartografia de ruas esparsas, que este ficcionista memorialista considerada já construídas segundo uma destinação comercial, progressista e futurista, se contrapondo aos insistentes elementos rurais anteriores, enquanto vila provincial. Oliveira (2010) defende esta apreensão euriquiana para descrever a urbe nas primeiras décadas do século XX,

²⁷ Em coletânea intitulada *História, Poesia e Sertão: diálogos com Eurico Alves Boaventura*, OLIVEIRA, Clovis F. R. (2010) com outros autores tomou para estudo as produções do escritor e poeta feirense Eurico Alves Boaventura, centralizadas em um evento internacional que marcou o centenário de nascimento do referido. Os textos reunidos fazem alusão às temáticas principais na obra do autor e analisam suas diversas dimensões e seu contexto sócio histórico, tomando Feira de Santana como base para tal feito.

[...] Essa urbe tinha as suas ruas, encurvadas na sua maioria, seguindo o sentido Sul/Norte, como se fossem estradas que ligassem a sua Matriz (sul), de Santana, à feira de gado (norte) e dessem à pequena urbe os dois sintagmas que lhes conferiram o nome: Feira de Santana. (Oliveira: 2010, p. 77).

Também os jornais que circulavam em Feira de Santana, cumpriam o papel de tecer uma cartografia urbana e futurista para a cidade, no intuito de aclamar a largueza e comprimento das ruas como dispositivos de modernidade para o que nos discursos civilizatórios dos grupos de destaque ainda detinha características da ruralidade sertaneja. O jornal *O Município* de 1893 escreveu que

A cidade de Feira de Sant'Anna [...]. Tem proporções para uma grande cidade, que há de ser no futuro e a mais formosa da Bahia, si as suas construções e delineaamentos das ruas continuarem como estão. **Da estação da estrada de ferro está a poucos metros da Matriz, com moderno templo**, começado pelo Padre Ovídio²⁸ então vigário da freguesia e concluída pelo seu sucessor Padre José Joaquim de Britto. **O núcleo da cidade é formado por três largas ruas**, que começam em frente a Matriz e se prolongam, **paralellas e regularmente alinhadas** até na extensão de mais de um kilometro, e **vão terminar no vasto Campo do General Camara, denominado vulgarmente - Campo do Gado, onde, nos dias de Feira (nas segundas) se reúnem 1000 a 2000 rezes que accham compradores.** (Jornal O Município, 03 de setembro de 1893, p. 01). Grifos pessoais.

A estratégia desta narração foi qualificar e sobrepor elementos ditos modernos aos “atrasados”, destacando a contraposição intencional da presença do *templo moderno* da Matriz com a vulgaridade do *Campo do Gado*²⁹. Apesar dos elementos arquitetônicos urbanos modernizadores como a *estação de ferro, as três largas ruas, e o vasto Campo do General Câmara*, o texto também enfocou a presença de elementos desqualificadores da pretensa modernidade desta cena urbana, marca registrada da presença de elementos que se queria extinguir da mesma: o vaqueiro, o gado, a feira do gado.

²⁸ Os *Boaventura* constituiu uma família tradicional formada por fazendeiros da cidade, dessa família se destacou o Padre Ovídio Boaventura, que no século XIX foi uma figura de destaque, sendo o fundador da Santa Casa de Misericórdia, do Asilo Nossa Senhora de Lourdes e do Monte Pio dos Artistas Feirenses .

²⁹ O “Campo do Gado” era a denominação utilizada para referendar o local onde ocorriam as negociações de compra e venda de boiadas vindas de pastagens das regiões vizinhas. Nesse lugar, eram também comercializados animais de toda espécie, desde ovinos, caprinos, suínos, até caça e animais domésticos.

Para Silva (2012) neste projeto de reordenação da urbe, o vaqueiro³⁰, o homem que tocava o gado, personagem característica da feira rural, foi sendo paulatinamente considerado como inadequado a uma sociedade civilizada. O toque das boiadas pelas ruas do centro da cidade até o Campo do Gado, antes visto como um espetáculo de virilidade e valentia foi sendo registrado nos jornais e em outros veículos de atividade letrada, como práticas atrasadas, perigosas para os pedestres que transitavam pelas ruas e pejorativas para a cidade. Silva (2012) aponta os projetos de reordenamento urbano em Feira de Santana quanto aos ideais e sentidos de civilidade e salienta que tal como levantado por parte da historiografia sobre a cidade, a *civilidade*, em Feira de Santana, além de outras características comuns as urbes brasileiras, foi construída no ideal de supressão das imagens e práticas ruralizadas, entendidas como comportamentos atrasados e incoerentes com a *civilidade* e o progresso da urbanidade.

Contrapondo a esta construção urbana proposta e lida pelos letrados, Silva (2012) indica a continuada presença de ruas e avenidas, becos e vielas espacializados de acordo com a (re) apropriação dos sujeitos das camadas populares feirense do final do século XIX ao início do XX. Ao contrário da harmônica civilidade descrita por Boaventura (2006) e demais arautos e defensores da civilidade feirense, apresenta evidências de outro centro urbano vivenciado em Feira de Santana, para análise de outro “centro da cidade”- o *complexo da rua do meio*:

Avenida Senhor dos Passos, a direita, a Rua de Baixo, que juntamente com a Rua Sales Barbosa, situada entre a Avenida Senhor dos Passos e a Rua da Aurora, formava o “complexo da Rua do Meio”. Complexo porque reunia prédios oficiais como a Cadeia Pública, era considerado como a zona de meretrício da cidade, o matadouro público, o mercado do fato, sendo entremeada pela Praça do Comércio, local de efervescência da feira livre, que, tomava a Avenida Senhor dos Passos e escorria para as adjacências da antiga Avenida Maria Quitéria. (Silva: 2012, p. 36).

³⁰ SIMÕES (2007) analisa que a construção de uma identidade de um *ново homem civilizado* da Princesa do Sertão passou pela depreciação pelos setores letrados e “modernizadores” comportamento de vaqueiros, boiadeiros e magarefes. Mesmo incluídos na lógica comercial que distinguia o município de Feira de Santana, estes sujeitos, por suas ocupações profissionais, foram demarcados como um entrave ao estabelecimento de uma ordem civilizada e urbana.

Ainda há que se acrescentar a esses dados os afamados *becos*³¹ da cidade, bem escondidos nas entrelinhas das descrições da Feira de Santana “moderna” e “ordeira” do período:

Tal como em outras cidades brasileiras, os becos e vielas entrecortavam as largas avenidas e borbulhavam com a movimentação constante de trabalhadores e trabalhadoras. Em Feira de Santana, os becos, situados entre ruas centrais da cidade, eram espaços de moradia e trabalho para esta população, bem como para a realização de atividades consideradas ilícitas e imorais para os valores higiênicos e moralistas da república. Os becos se constituíam, então, em locais apropriados por trabalhadores/as pobres da cidade para estabelecerem suas experiências de trabalho e relações familiares, pela construção de seus *pequenos casebres*, tidos como insalubres e feios, na perspectiva dos jornais. (Silva: 2012, p. 41).

Também Cunha (2013), em pesquisa sobre as elites políticas feirenses da época ratifica que a maioria dos que habitavam estes becos eram trabalhadores/as e pobres, que por muitas vezes moravam em pequenas casas que dividiam com familiares ou outras pessoas, por não poderem despender os custos de moradia sozinhos. Nestes espaços desenvolviam atividades laborais diversas - comerciais, manuais - mas também, eram espaços de sociabilidade dos moradores.

Quanto às sociabilidades engendrada nos mesmos, Silva (2012) salienta que quantitativamente, em matéria de denúncia sobre os *maus costumes* em Feira de Santana, tinha destaque o Beco da França, situado entre a Praça dos Remédios e a Avenida Senhor dos Passos, na localidade de construção do prédio escolar Maria Quitéria em 1917 e próximo a aula/escola diurna do professor Geminiano Alves da Costa. Com base em anúncios de jornais feirenses a autora indica que os becos eram representados nos jornais, como espaços de promiscuidade e lascívia. Foram associados às práticas morais e aos hábitos anti-higiênicos, assustando as famílias que moravam nas adjacências dos becos, que, no discurso destes jornais, (...) *presenciariam diariamente a conduta questionável de mulheres que costumavam frequentar o beco* (Silva: 2012, p. 137).

Nesta cartografia *da permissividade e dos maus costumes* além dos becos existiram os subúrbios feirenses. Ao contrário dos becos que geograficamente atravessavam as ruas e avenidas da cidade, o subúrbio era localidade *sub-urbana*,

³¹ Alves (2014) em texto específico sobre estes espaços apresenta estes becos: do Tanoeiro, da Esteira, de Manoel Mathias, do Jenipapo, do Coronel Pedra, do Mocó, do Recreio, do França, do Amor, do Asilo, do Fiado, dos Velhacos, do Bom e Barato, Saco do Bode.

Distantes das medidas de reorganização urbana, distantes das instalações de luz elétrica e telefonia recém-chegadas à cidade e distantes também **das escolas de alfabetização**. Porém, o subúrbio não se diferenciava substantivamente da composição social encontrada em outras partes da cidade. Tal como nos becos centrais de Feira de Santana, as localidades mais afastadas eram habitadas por trabalhadores e trabalhadoras pobres, que atuavam na lavoura e em ocupações de caráter informal e inconstante. (Silva: 2012, p. 95). Grifos pessoais.

Subúrbios e centro não eram localidades estanques, independentes entre si. O constante deslocamento de homens, mulheres e crianças daqueles ao centro; e do centro para eles o que nas suas palavras “*cotidianamente, imprimia na cidade seus costumes, referenciando, desta maneira, a conformação de Feira de Santana enquanto uma cidade sertaneja, rural e ruralizada*” Silva, (2012: p. 109).

Alves (2013)³² em pesquisa também sobre a população pobre feirense e seus conflitos por terras no mesmo período, tomou como bases territoriais os limites da cidade com os distritos³³ de Almas, Bom Despacho, Nossa Senhora dos Humildes, Remédios da Gameleira, Bonfim de Feira, Santa Bárbara, São José das Itapororocas, São Vicente, Tanquinho e São Roque.

Naquele período, décadas iniciais do século XX, a maioria da população feirense habitava os distritos rurais, Alves (2013) acima citado indica que 81,2% daquele contingente residia nos distritos - parte significativamente rural - enquanto 18,6% residiam na sede, no então perímetro urbano, nas suas palavras ainda - *emprenhado de traços rurais* Silva (2012) enfatiza que a fonte de renda daqueles moradores do campo vinham das ocupações nas lavouras ou de serviços prestados nas fazendas de comércio de gado da cidade. Outros profissionais como sapateiros, ferreiros, seleiros e demais artesãos negociavam seus serviços para além da propriedade rural.

As fontes indicam que as intendências municipais dos coronéis Agostinho Fróes da Mota e Bernardino Bahia, compreendidas no período de 1912 a 1924, encaminharam varias propostas de reformas urbanas que tinham em seu bojo o alcance dos subúrbios,

³² ALVES, (2013).

³³ Designações hoje daqueles distritos, alguns emancipados, atualmente municípios: Almas (atual município de Anguera), Bom Despacho (atual Jaguara), Nossa Senhora dos Humildes(atual distrito feirense de Humildes), Remédios da Gameleira (atual Ipuacú), Bonfim de Feira, Santa Bárbara, São José das Itapororocas (atual distrito feirense de Maria Quitéria), Limoeiro (bairro feirense) , São Vicente (Atual Tiquarussu), Tanquinho e São Roque.

com centralidade para construção de escolas primárias no intuito de investir intervenções a presença desses sujeitos das camadas populares. Cunha (2013) elenca em sua dissertação algumas destas intervenções:

(...) construção do Mercado Municipal, arborização das ruas Senhor dos Passos e Barão de Cotegipe, reparos em passeios das ruas General Osório, Remédios e Conselheiro Franco, reforma da ladeira da Nação, abertura das Ruas Desembargador Mario Heiti e Bernardino da Silva juntamente com a praça e o coreto em 1915, **construção de dois prédios escolares, um localizado na rua Barão de Cotegipe e outro na Praça General Argollo**. Calçamento das ruas Dr. Manoel Victorino e General Osório entre as praças dos Remédios e General Argollo, reformas na Praça de Sant'Anna e na Praça General Argollo. (...) Também houve “melhoramentos” como o asseio e iluminação pública da cidade, bem como a compra de carroças e a aquisição de 24 novas lâmpadas. (Cunha: 2012, p. 95). Grifos pessoais.

Oliveira (2000), ao analisar o projeto das elites de fazer de Feira de Santana uma cidade comercial moderna e civilizada, afirma que a escola era considerada essencial para esta concretização. O projeto de reforma que se iniciou nas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do XX, começou a ganhar mais consistência em Feira de Santana nas intendências de Bernadino Bahia e Agostinho Fróes da Motta. Esse período foi marcado pela consolidação e acentuação do processo de modernidade em Feira de Santana, resultando no melhoramento do perímetro urbano, expansão do comércio e iniciativas no ramo industrial com a abertura de novas rodovias que transformaram a cidade no maior entroncamento rodoviário do Norte/ Nordeste do país. O projeto de modernização de Feira, assim como nas outras cidades, atuou na esfera estrutural, através dos melhoramentos urbanos, e na social, incluindo edifícios e sujeitos escolares na cena urbana feirense cotidiana.

Na pesquisa desta dissertação foram frequentes os registros de escritos publicados sobre escola como uma das vias para a modernização urbana e civilização das consciências e das práticas, como neste trecho do jornal *O Progresso* da primeira década do século XX.

A escola é o santuário [...] o templo onde arde o facho da razão, que ilustra e onde educa o coração para amar. A Escola é o templo, onde todas as nossas aspirações resumem num só ideal de luz [...]. Cultivar o espírito, crear na intelligencia um novo mundo cheio de primores, libertar o espírito das trevas, tal é a missão evangelizadora da instrucção. [...] O mais difícil, porém, é a formação moral da mocidade, sobre cujos braços, necessariamente, têm de repousar os destinos supremos da pátria

estremecida. [...] **Um povo sem instrução é um cérebro vazio.** (Jornal O Progresso, 23 de Junho de 1907, p. 01). Grifos pessoais.

Apesar de pouco enfocada pela historiografia feirense, exceto Sousa (2001; 2012) e Cruz (2001) é visível que naqueles tempos de estratégias de urbanização e modernidade em Feira de Santana, a escola teve um lugar de privilégio nos textos jornalísticos. Vestígios materiais da implantação de prédios escolares na cidade, como símbolo de uma urbanidade que instrui para um *ideal de luz*³⁴, são ainda visíveis, como no prédio da escola Maria Quitéria, na atual Praça Fróes da Motta que completará cem anos em 2017.

Sousa (2001) analisou a construção do primeiro edifício escolar de Feira de Santana, na antiga Rua Direita, atual Rua Conselheiro Franco como Grupo Escolar em 1916³⁵, na intendência de Agostinho Fróes da Motta, em Feira de Santana, durante o governo de J.J. Seabra, na Bahia, de quem o primeiro era aliado político.

Em 1917 foi finalizada a construção do prédio escolar Maria Quitéria³⁶, na Praça General Argolo³⁷, assim como também do prédio escolar na antiga Rua Barão de Cotegipe, atual Avenida Senhor dos Passos, batizado de Escola João Florêncio³⁸, concluídas as construções em novembro de 1917 e inaugurados em janeiro de 1918, ambos no governo de Agostinho Fróes da Motta³⁹, numa proposta cartográfica educacional intencional.

Uma questão base de análise nesta dissertação foi considerar a que sujeitos estas escolas eram direcionadas, na diversidade social, religiosa e sociorracial feirense; a dinâmica das relações urbanas, suburbanas e rurais; as sociabilidades e o cotidiano dessa cidade comercial, de feira livre e trabalhadores formais e autônomos para analisar a malha de sujeitos se quiseram e fizeram sujeitos escolares, aqueles que Silva (2012) apresenta como:

³⁴ Jornal *O Progresso*, 23 de Junho de 1907, p. 01. Sobre o texto *Escola* publicado com um discurso sobre a função da escola enquanto regeneradora de práticas no contexto republicano brasileiro.

³⁵ Livro de Ofícios da Intendência de Feira de Santana. Ano 1917. Ofício s/nº. (1915-1923). APMFS.

³⁶ Jornal Folha do Norte, 05 de Janeiro de 1918, nº 406. O prédio só recebeu essa denominação em 1930, até 1928 funcionou como prédio escolar e em 1928 recebeu o modelo de Escolas Reunidas para meninos em Feira de Santana, em 1930 recebeu a denominação de Escola Maria Quitéria. Maria Quitéria é considerada heroína feirense por ter se engajado nas lutas pela independência da Bahia, burlando as regras de proibição de presença feminina no exército através do desfarce com vestes militar masculina.

³⁷ Atual Praça Fróes da Motta.

³⁸ Professor primário baiano, falecido em outubro de 1925.

³⁹ Jornal Folha do Norte, 05 de Janeiro de 1918, nº 406.

Pequenos/as lavradores/as, quitadeiras e carregadores participavam das trocas comerciais ocorridas as segundas-feiras. Porém, além das atividades na feira ou em torno dela, os trabalhadores do município, homens e mulheres, estabeleciam outras relações de trabalho, relacionadas a lavoura. Quando não possuíam seu lote de terra, atuavam enquanto agregados/as, rendeiros/as e jornaleiros/as, negociando com seus patrões maneiras de conseguir algum tipo de renda. A contínua necessidade de mão de obra para trabalhar nas grandes fazendas dos coronéis e latifundiários feirenses, num período imediatamente posterior ao fim da utilização sistêmica do trabalho escravo, e a urgente demanda de produtos a serem comercializados nas feiras favorecia a atuação de lavradores/as pobres enquanto trabalhadores/as temporários nas fazendas de Feira de Santana. Quando possuíam seus pequenos lotes de terra, plantavam para o consumo familiar, e o excedente da produção comercializavam nas feiras distritais e centrais da cidade⁴⁰. (Silva: 2011, p. 02).

A presença desses sujeitos em permanentes conflitos, fosse com os grandes proprietários de fazendas nos conflitos que envolveram disputas de terras fosse de tensões sociorraciais entre negros e brancos pobres que circulavam pelo centro da urbe em busca de subsistência (Alves, 2013), foram constituídos como os sujeitos a serem civilizados por meio das intervenções do ensino de primeiras letras, o ensino primário.

Assim, á esses sujeitos excluídos foram direcionadas as ações para os transformar em cidadãos ordeiros, por vários dispositivos sociais, dentre estes a escolarização⁴¹, do que trata o próximo capítulo, estratégia comum a outros locais do Brasil nesta época. A destacar que o período focado pela dissertação corresponde ao delimitado na atual historiografia como da pós abolição, que Fraga (2006) indica ter sido marcado pelas experiências de libertos baianos *em intensas negociações em novas relações de trabalho*, muitas das quais passaram a exigir uma nova habilidade ,o letramento, mas não apenas aquele adquirido de forma individualizada, mas como parte de um capital social mais difundido.

Sousa (2006) em trabalho sobre escolarização de camadas populares na Bahia no período final do Império, Bahia nas duas últimas décadas antecedentes a abolição, indica

⁴⁰ SILVA, Mayara Pláscido. *O caso de Romão Preto e trabalhadores pobres em Feira de Santana (1890-1910)*. 2011.

⁴¹ MAGALHÃES, Justino (1996), escolarização como o processo de sistematização da escola como instância educativa, tanto no Instruir quanto no Educar, que tendeu a se ampliar e se tornar massiva a partir do século XIX. Era a sistematização dos processos anteriores à escola pública, que ocorriam em diversos espaços sociais como a família, os locais de trabalho, os lugares públicos, as festas, os jogos, os atos religiosos e *sob uma acção pedagógica, ora mais, ora menos organizada e formal*.

ter sido esta uma demanda cada vez mais consistente entre a população pobre, fossem trabalhadores livres, libertos, imigrantes e até escravos.

Mas eram esses filhos de ninguém, filhos de tal, que povoavam as cidades, freguezias, villas, povoados e arraiais, por todo o Império Brasileiro. Foi com eles que os setores dirigentes tiveram de contar para atender suas demandas de mão de obra preparada, de utilidade para a nação. Para tanto, foi necessário estender *sopros de civilização* às camadas mais subalternas da sociedade, ao povo, aos pobres, preparando-os para exercerem novas atividades demandadas pela crescente escrituração, constituinte da vida urbana e comercial. (Sousa: 2006, p. 122).

Estes *sopros de civilização* foram presentes nas estratégias feirenses na formação das camadas subalternas para atender a demanda nas práticas de comércio e de profissões mais especializadas articuladas a este, como a escrituração comercial. Areladas a esta, outras estratégias para sanar a lacuna da civilização foram as propostas de uma *educação popular*, como um conjunto de modos e comportamentos, difundidos através da Escolarização e inserido em um projeto pedagógico mais amplo, que pudesse dar conta também de um modernizar espacial urbano. Esta noção de progresso ampliou, *esperanças amplas dum viver melhor* e os discursos não se restringiram ao desenvolvimento econômico, como também ao extermínio do analfabetismo, em Feira de Santana.

Há que se destacar, que para além de um alargamento do acesso a instrução e dos títulos de cidade moderna e letrada, o interesse pela instrução das classes populares não foi uma ação de vontade benevolente dos grupos hegemônicos feirenses. Talvez seu principal objetivo tenha sido o da reorganização social por meio das *Letras*, difundindo um ideal específico de cidadania que condicionaria os *indivíduos trabalhadores enquanto morigerados e alfabetizados*. Sousa (2006) argumenta que nas últimas décadas do império os projetos de instrução pública era *no sentido da alfabetização básica extensiva a toda população*⁴².

Neste projeto o trabalho e a *sã moral* substituiriam o tempo livre dos trabalhadores, entendido pelas elites como ocioso. A escolarização também substituiria ainda todos os

⁴² SOUSA, Ione. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2006, p. 111.

comportamentos indesejados, aqueles que as elites caracterizavam como “indisciplina” e “ignorância”.

Capítulo 2: Devagar e Esparsa: pontos sobre a Instrução Pública Baiana e Feirense.

O vocábulo educação alia, por um lado, o ato e o efeito de educar/educar-se e, por outro, a formalização/institucionalização de ações e processos, compreendendo agentes, meios, públicos. Por sua vez, ato e formalização aliam-se aos produtos, constituindo, por consequência, uma polissemia que integra: instituição, ação, conteúdo, produto. Assim, a educação/instituição traduz toda a panóplia de meios, estruturas, agentes, recursos, mas também as marcas socioculturais e civilizacionais que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento para fins de permanência e mudança social.

MAGALHÃES, Justino P. de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*, 2004.

Entre 1890 até a década de 1920, período da Pós Abolição, foram criadas estratégias educativas para construção de uma *nova* sociedade para dar conta das demandas sociais surgidas, dentre aquelas as que combatessem o considerado *perigoso* ócio das camadas populares que ocupavam e movimentavam as ruas das cidades: os novos trabalhadores livres.

Sousa (2001)⁴³ discute sobre um projeto de nação nesse período, pautado na racionalização científica do trabalho, do espaço urbano, da saúde e da educação, através da normalização, disciplinarização, higienização e eugeniização da população pela escola pública estatal, o que permitiria fundar um novo tempo, uma história e uma identidade nacional. Sousa (2001) indicou que para tal processo, ocorreu uma reforma da escola normal, situada na Capital, em 1916. Antes, em 1896, fora criada uma escola normal na cidade de Caitite, que teve curta vida.

Dedicado a analisar os ideais republicanos quanto ao ensino primário na Bahia, Luz (2009)⁴⁴ discute que para responder ao anseio de instrução para essa parcela da população, foi tentada a estruturação de um sistema organizado de ensino, com a expansão das aulas elementares, a construção de espaços formalizados para as práticas de instrução - os

⁴³ SOUSA, Ione (2001) *op.cit.* Essa tentativa de reorganização do sistema de ensino público do Estado da Bahia por Anísio Teixeira deu-se através da Lei nº 1.846 de 14 de agosto de 1925 que aprovou uma nova Reforma do Ensino Público, bem como o Decreto nº 4.218, de 30 de dezembro de 1925 que regulamentou o ensino primário e normal.

⁴⁴ LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a Educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*. Tese de Doutorado: UFBA; Salvador, 2009.

prédios escolares – e novas demandas na formação de professores na Bahia. Esta preocupação com a formação de professores, de mestres diplomados, na Bahia já era antiga, desde a instalação das primeiras escolas normais do país, na Corte e na província da Bahia, com a Lei provincial de 14 de Abril de 1836, nº 37 de 14 de abril de 1836⁴⁵.

Nos primeiros anos do recorte desta pesquisa, no pós-abolição, eram vigentes as normas referentes à Reforma de 1891, conhecida como Reforma da Instrução de Sátiro Dias, que só teve sua vigência interrompida com a Reforma de Anísio Teixeira, em 1924. Segundo Nunes (2003) que analisou esta reforma detidamente em sua tese de doutorado, a Reforma de Sátiro de Oliveira Dias - Diretor Geral da Instrução em 1891, teria sido uma retomada da Reforma de Araújo Bulcão de 1881. Segundo esta historiadora a reforma de instrução do governo Manuel Victorino Pereira, republicano histórico, professor da faculdade de medicina da Bahia, tinha bases nos pareceres de Ruy Barbosa ao Decreto do Ensino Livre de Leôncio de Carvalho de 1882.

Tendo renunciado cinco meses depois de assumir o governo republicano na Bahia, passou a governá-la Hermes da Fonseca, da ala conservadora no Império, irmão do proclamador da República, Deodoro da Fonseca. Quatro dias depois de assumir, anulou todos os atos educacionais do antecessor por sugestão de Sátiro de Oliveira Dias, opositor político de Manoel Vitorino, que aconselhou a volta e a vigência para o ano de 1890 do *Regulamento Bulcão* de 1881⁴⁶.

Em julho de 1890 Sátiro Dias apresentou um relatório justificando ao marechal Hermes porque o aconselhara a suspender os atos educacionais de Manoel Vitorino embora julgasse a sua reforma e os pareceres de Rui Barbosa, em que ela se baseou, muito corretos (ele próprio utilizou depois vários pontos da reforma Vitorino, só que amenizando-a) e a retomar o Regulamento Bulcão, nunca bem aplicado e necessitando de alguns reparos. Neste relatório deixa claro sua admiração e suas críticas à reforma realizada por Manoel Vitorino. (Nunes: 2008, p. 216).

O Regulamento Bulcão de 1881⁴⁷, cujo mentor deve ter sido o padre Romualdo Maria de Seixas Barroso⁴⁸, que exerceu o cargo de diretor geral de instrução da Bahia entre

⁴⁵VILELLA, Heloisa, *A Primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX*. In: ARAÚJO, FREITAS e LOPES (orgs). *As Escolas Normais no Brasil: do Império a República*. Editora Alínea, SP; 2008.

⁴⁶ NUNES, Antonietta d'Aguiar. *Política educacional no início da República na Bahia: duas versões do projeto liberal*. Tese de Doutorado: Faculdade de Educação - UFBA, 2003. A autora argumenta que após a análise de todos os 316 artigos desta lei de Sátiro Dias de 1891 detectou que quase dois terços coincidia com os artigos do Regulamento Bulcão.

⁴⁷ NUNES, Antonietta d'Aguiar. *Política... op. cit.* 2003.

janeiro de 1881 e 1885, foi implementando num cenário com *516 escolas primárias na província com cerca de vinte mil alunos, duas Escolas Normais para o preparo de professores, um Liceu com professorado e colégios, aulas e estabelecimentos particulares*.⁴⁹ Propôs mudanças gerais na instrução provincial baiana como a assunção do Estado de construir casas apropriadas a instrução; uma reorganização do Conselho Superior de Ensino e segundo Nunes a introdução nos

(...) programas das escolas primárias as Ciências Naturais, Lições de Coisas e Civildade e, nos Cursos Normais, tornados ambos externatos por esta lei, as Ciências Naturais, Física e Química, a Língua francesa, Desenho de imitação e Geometria, Álgebra e Trigonometria. O currículo deixava de ser meramente humanístico e literário. Através deste Regulamento, previa-se uma grande centralização de poderes na figura do Diretor Geral da Instrução Pública e se preconizava uma rigorosa fiscalização, com desconto de salário dos professores sempre que algum item não fosse cumprido (Nunes: 2008, p. 216).

Nunes (2008) afirma que para o interior foram realizadas nomeações de professores para várias cadeiras vagas no intuito de regularização do ensino até então realizado e que fora interrompido com as incertezas do pós-república no final do ano de 1889 e início de 1890. Esta autora informa que em 18 de agosto de 1890, o governador Hermes da Fonseca resolve mandar que para o serviço da instrução primária e secundária seja observado o Regulamento expedido n'esta data⁵⁰.

Da legislação da escola pública primária baiana, instituída em 1890 destaco a divisão do Estado da Bahia em *12 districtos escolares, para cada um dos quaes será nomeado pelo governo, sob proposta do Director Geral, um Inspector, a cuja fiscalização ficam sujeitas todas as respectivas escolas e estabelecimentos de ensino publico e particular*⁵¹,

⁴⁸ SOUSA, Ione. 2006, pesquisou esse mentor em tese de doutorado como um dos envolvidos na construção de um sistema de instrução baiano.

⁴⁹ BULCÃO, Antonio de A. de A. 1880, p. 10 *apud* NUNES, Antonietta d'Aguiar. op. cit. p. 215, 2008.

⁵⁰ Ato de 18 de agosto de 1890. In: SANTANA, Elizabete. C. e MENEZES, Jaci. M. F. de. *A Construção da Escola Primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos 1890-1930*. Vol. 1. EDUFBA: Salvador, 2011.

⁵¹ Ato de 18 de agosto de 1890, Título I; Capítulo IV; Artigo 1º, p. 30.

Para Feira de Santana as fontes registram que o cargo de Delegado Escolar foi exercido pelo Promotor Público ou o Juiz de direito da Comarca⁵², seguindo prática anterior, da instrução provincial, contrariando o desejo de mudança expresso no mesmo Regulamento ao normatizar que *as funções de inspector de districto serão incompatíveis com quaesquer outras funções publicas*⁵³.

Esta reforma Sátiro Dias, que vigeu durante o período da pesquisa, propôs organizar o ensino baiano em

Primario. Secundario. Profissional ou technico. O ensino primario será dado: Em escolas infantis. Em escolas primarias. Em escolas primarias superiores. O ensino secundario será dado: Nas Escolas Normaes. No Lyceu. O ensino profissional, além do que é ministrado nas Escolas Normaes, será dado: No Instituto Bahiano de Agricultura. No Lyceu de Artes e Officios e Academia de Bellas-Artes. (Ato de 18 de Agosto de 1890, Titulo II; Capítulo I ; Art. 29, 30, 31 e 32, p. 32,33).

Tinha ainda como proposta o ensino gratuito, obrigatório e leigo com admissão de alunos de idade entre 9 e 13 anos. Distribuiu as escolas no Estado em,

Haverá uma escola mixta, regida por professora, em todo o povoado em que se verifique a frequencia, pelo menos, de quinze creanças de cada sexo. As que não contarem este numero, serão supprimidas. Quando n'esses logares a frequencia exceder de trinta meninos de cada sexo, fundar-se-hão duas escolas, uma para o sexo masculino, outra para o sexo feminino. Haverá nas sédes de parochia e nas villas uma escola para cada sexo, com tanto que cada uma tenha de matricula, pelo menos, trinta alumnos e de frequencia vinte. Em caso contrario serão as duas reduzidas a uma mixta. Nas cidades e na capital haverá tantas escolas quantas sejam necessarias para accomodar cada uma até cem alumnos de frequencia. Crear-se-hão n'esta capital oito escolas primarias superiores, sendo quatro para cada sexo, e em cada uma das outras cidades do Estado duas escolas do mesmo genero, uma para cada sexo. [...] **N'estas escolas serão admitidos alumnos de 13 a 16 annos de idade.** (Ato de 18 de agosto de 1890. Titulo II; Capitulo II; Secção 2.^a e 4.^a; Art. 38, 39 e 50, p. 33, 34). Grifos pessoais.

Também formalizou o *ensino de adultos, as escolas nocturnas*⁵⁴ *de que trata a lei n. 2.717 de 18 de Agosto de 1890 [...] e a criação de outras nos municipios do Estado corra por conta dos cofres municipaes, sempre que o permittirem as forças dos respectivos*

⁵² Livro de Registros de Officios da Intendência Municipal de Feira de Santana, 1915 a 1923, APMFS.

⁵³ Ato de 18 de agosto de 1890, Titulo I; Capítulo IV ; Parágrafo Único, p. 31.

⁵⁴ SOUSA, op. cit., 2006 e 2014, analisou a criação de escolas noturnas pela Reforma da Instrução Pública em 1870, por Decreto do Presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins – o Barão de São Lourenço – as aulas elementares noturnas para adultos.

*orçamentos*⁵⁵, para aqueles acima dos 13 a 16 anos de idade acima indicados como não admissíveis nas primárias mixtas.

Nunes (2008) discute que esta lei só foi mesmo implantada em 1895, no Governo de Joaquim Manoel Rodrigues Lima sob nº 117 de 24 de agosto de 1895 em razão das disputas nas votações no Senado Estadual e na Câmara de Deputados, depois de promulgada a constituição do estado da Bahia em 2 de julho de 1890. Colocada em prática no ano seguinte, no governo de Luis Viana, este que escolheu Sátiro de Oliveira Dias para Secretário do Interior, pasta a qual ficara subordinada a Instrução Pública.

Assim, defende que só posterior a 1895 ocorreu legitimação dessa Reforma. Uma quantidade expressiva de decretos, propostas educacionais, atos legislativos foram se consolidando ora como reformas efetivas, ora como proposições dos recortes políticos que movimentaram a política baiana na transição dos séculos.

Quadro 3⁵⁶

Reformas educacionais baianas de 1895 a 1919.

Reforma	Nome	Governo	Objetivo(s)
Ato de 4 de Outubro de 1895.	Lei Orgânica do Ensino n. 117 de 24 de Agosto de 1895.	Joaquim Manoel Rodrigues Lima.	Legalização da obrigatoriedade escolar.
Lei n. 579 de 3 de Outubro de 1904.	Lei n. 579 de 3 de Outubro de 1904.	José Marcelino de Souza	Modifica Lei vigente de 1895: ampliou a participação dos municípios na organização e manutenção do ensino primário, reduz a responsabilidade do Estado, mudou a classificação pedagógica e administrativa das escolas municipais e estaduais.
Decreto n. 281 de 5 de Dezembro de 1904.	Decreto n. 281 de 5 de dezembro de 1904.	José Marcelino de Souza	Acrescenta-se à Lei anterior de nº 579 de 1904, cria a <i>escripturação escolar</i> e a criação do cargo de delegados residentes e itinerantes. Amplia as sanções punitivas aos genitores que descumpriam a obrigatoriedade escolar.
Lei n. 1006 de 6 de Setembro	Reforma do Ensino Primário	Dr José Joaquim Seabra	O Cap. III desta Reforma declarava que o ensino público se dividia em primário, profissional e secundário, sendo o ensino

⁵⁵ Acto de 18 de Agosto de 1890. Título II. Capítulo II. Secção 6, p. 36. In: SANTANA, Elizabete. C. e MENEZES, Jaci. M. F. de. A Construção da Escola Primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos 1890-1930. Vol. 1. EDUFBA: Salvador, 2011.

⁵⁶ Leis, Decretos, Atos e Regulamentos analisados na íntegra e em texto oficial In: SANTANA, Elizabete. C. e MENEZES, Jaci. M. F. de. A Construção da Escola Primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos 1890-1930. Vol. 1. EDUFBA: Salvador, 2011.

de 1913.	do Estado n. 1354 de 20 de Janeiro de 1914 ⁵⁷ .		primário gratuito, leigo e obrigatório nos centros populosos. O Cap. VI dividia as escolas primárias em escolas isoladas e grupos escolares. Expansão das garantias de inspeção e qualidade.
Lei n. 1.293 de 9 de Novembro de 1918.	Decreto 1.994, de 26 de Maio de 1919.	Antonio Ferrão Moniz de Aragão	Reformula os Artigos 439, 455 e 568 sobre os tramites para provimento de vaga para professor substituto. Depois de passar os custos de instalação das escolas noturnas pra as municipalidades, ao Estado é delegada a alternativa de instalação dessas. Expansão das garantias de inspeção e qualidade.

Mello (2011) ao analisar os objetivos da Instrução Pública da Bahia, destacou três momentos de definição neste período da primeira República: 1895, 1918 e 1925. Argumenta que inicialmente (1890), o Regulamento da Instrução Pública registrou objetivos apenas para as escolas em cada etapa de ensino; em 1918 foram estabelecidos objetivos gerais. Estes na sua análise foram modificados em 1925, permanecendo assim até 1930.

Para a autora, esta mudança indica um tímido movimento para a constituição de um “sistema” ainda entendido como um conjunto de escolas distribuídas pelo território do estado, cuja finalidade permanece restrita à expansão da oferta, haja vista estar posta como finalidade a criação, organização e manutenção de instituições.

Contudo, é preciso refletir que mesmo esta legislação da instrução pública nos anos investigados propositivamente ter sido de alcance estadual, é necessário salientar sua limitação de alcance e efetivação. A própria Constituição de 1891, a primeira da República, descentralizou a responsabilidade do Estado quanto à oferta da educação primária, delimitando as responsabilidades municipais quanto a esta, em Feira de Santana, as aulas elementares foram implantadas neste período pelo poder municipal.

Para Nunes (2008) foi criada uma estrutura piramidal, verticalizada, com uma base cada vez mais alargada e definida, mediante ações concretas no grande centro – a Capital - e ações esporádicas nos interiores do Estado, que em sua opinião contrastou com o espírito republicano com o qual se fundou a República no Brasil. Contudo, não se pode dizer que nessa estrutura não existiu o esforço da população no acesso as escolas. Mesmo com a

⁵⁷ Foi promulgada no dia 06 de setembro de 1913, mas o Regulamento só foi divulgado em 20 de Janeiro de 1914 sob o n. 1354 de 20 de Janeiro de 1914.

pretensão de um padrão, uma uniformidade no ensino, foram necessárias adaptações às condições locais particularmente nas questões de acesso às camadas populares interessadas no acesso a instrução.

Menezes e Santana (2011: p. 26) defendem que referente *a um imaginário normativo propositivo e menos prático, não restam dúvidas de que na Bahia, preocupou-se com a expansão da escolaridade da sua população, particularmente a infantil*. Que a ocorrência de recenseamentos escolares, a atenção à frequência dos alunos, assim como o seu aproveitamento, são elementos que demonstram essa afirmativa.

Para tanto teria sido implantada uma organização bastante centralizada, cujo principal mecanismo foi a inspeção, com níveis hierárquicos bem definidos, inclusive nos critérios de ocupação de cargos e funções. Também teria se recorrido

(...) à mobilização social – mesmo que mínima e só de espectadores – promovendo conferências pedagógicas populares, solenidades cívicas e escolares, como se percebesse que é impossível garantir uma qualidade da educação pública sem fazer da escola um centro cultural⁵⁸.

Em Feira de Santana, como cidade de maior proximidade da Capital do Estado as fontes indicam que as reformas da instrução não representaram na prática mudanças automáticas. A descentralização dos recursos e das responsabilidades na instrução presentes na legislação educacional gerou um acréscimo de gastos não prescritos para os municípios, o que levou a piora das condições de manutenção das aulas, mas a política de embelezamento da cidade perpassou pela lógica de pedagogização dos espaços urbanos e as classes dirigentes souberam centralizar recursos onde coube a política modernista republicana.

2.1. *Apropriados, esparsos e em pontos convenientes: a cartografia de uma cultura escolar urbana em Feira de Santana.*

É intento de minha administração atender quanto possível a locação do ensino Municipal em edifícios apropriados, esparsos e convenientes, onde a

⁵⁸ MELLO, Maria Alba Guedes M. Escola Primária na Bahia e sua Gestão. In: SANTANA, Elizabete. C. e MENEZES, Jaci. M. F. de. A Construção da Escola Primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos 1890-1930. Vol. 1. EDUFBA: Salvador, 2011, p.15.

população escolar, principalmente a menos abastada, possa sem necessidade de fazer grandes percursos atingir a escola.

Agostinho Froes da Mota, Intendente de Feira de Santana. *Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana*. Ano 1916. Ofício n. 50. APMFS.

Busquei neste subcapítulo acompanhar na então cidade comercial da Feira de Santana, no período de 1890 a 1910 como a instrução pública era constituída e vivenciada pelos sujeitos, em articulação com o prescrito nos regulamentos e decretos da Instrução da época, num modo de instruir baiano.

Feira de Santana apresentava uma cartografia educacional em 1895 demarcada pela existência das *cadeiras de escolas primárias isoladas*, dentro e fora da sede do município. A cadeira de uma aula/escola isolada funcionava na casa dos/as professores/as ou outros ambientes alugados para esse fim sob o regime de *locação escolar*⁵⁹ e não seriados em prédios ou grupos escolares. Os professores recebiam incluídos em seus proventos uma quantia referente ao auxílio para locação escolar, que era dado somente aos professores cujas escolas não funcionaram em prédios públicos.

Sobre esta forma de instrução, Farias Filho discorre referente a Minas Gerais na mesma época e detectou que

o Estado, além de remunerar e fiscalizar o professorado, pagava o aluguel da propriedade escolar e remetia móveis e material didático para a escola. Isso não constituía, no entanto, regra comum. É que as autoridades republicanas consideravam que era necessário a população participar do esforço de educação de seus filhos, cedendo espaços e móveis para o funcionamento da escola. Algumas vezes, essa cobrança recaía não diretamente sobre a população, mas sobre a municipalidade. (Faria Filho: 2000, p. 35).

Segundo o Decreto n. 281 de 5 de dezembro de 1904, no art. 113, que deu continuidade ao prescrito na Lei de Instrução Pública de 1895: a divisão do ensino escolar compreendia três níveis: escola infantil; escola elementar ou de 1º grau; e escola complementar ou de 2º grau. Contudo, os registros indicam que na prática estas cadeiras de

⁵⁹ Livro de Ata do Conselho Municipal de Feira de Santana. Ano 1906. Ata n. APMFS.

aulas isoladas, como tratou Sousa (2001, p.35) continuaram no século XX como (...) *cadeiras das séries iniciais, na capital e no interior em escolas isoladas, relativas a cada sexo*⁶⁰. As escolas de modalidade *mixtas*, foi promulgada a partir da Lei 117, de 1895 e compreendia a instrução compartilhada por alunos de diferentes sexos num mesmo espaço, *sem promiscuidade*⁶¹, sendo este geralmente a sala de aula.

Faria Filho (2000) especificou esta configuração escolar como parte de uma cultura escolar específica, ao indicar que este espaço poderia ser a sala de aula e esta, podendo também significar o espaço escolar como um todo ou uma casa que abrigasse salas de aulas para meninos e salas de aulas para meninas⁶². Institucionalmente, o espaço da aula, era considerado o espaço escolar como um todo, de práticas de uma determinada cultura escolar, dentro e fora da sala de aula.

A cadeira era portanto, a forma jurídico institucional de existência de uma turma de instrução primária. O/A professor/a era considerado/a proprietário/a da referida cadeira, sendo daí por diante plena e completamente responsável por ela perante o Estado que, além de pagar o salário do professor/a, submeteria-o/a mesmo/a a fiscalização, segundo determinasse o regulamento do ensino. (Faria Filho: 2000, p. 35).

Quanto a um número geral de aulas na cidade de Feira de Santana, sede e povoados, Silva & Cruz (1977) em livro comemorativo sobre os cinquenta anos da Escola Normal de Feira de Santana⁶³, afirmou que em 1889 “*19 escolas públicas existiam em Feira de Santana: cinco na sede e as restantes distribuídas pelos distritos e povoados, atendendo a uma população aproximadamente de mil alunos*”⁶⁴.

O jornal *O Propulsor*, de 1896, em balanço feito das aulas/escolas existentes em Feira de Santana em seu noticiário, apenas se referiu a três aulas municipais existentes

⁶⁰Decreto n. 281 de 5 de dezembro de 1904. Art. 113.

⁶¹ Lei estadual n. 117 de 18 de agosto de 1895 *apud* SANTANA, Elizabete. C. e MENEZES, Jaci. M. F. de. A Construção da Escola...op. cit., Vol. 1. EDUFBA: Salvador, 2011.

⁶² FARIA FILHO, Luciano M. *Dos pardieiros aos palácios...* op. cit., 2004, p. 35, considera que a cadeira era a forma jurídico-institucional de existência de uma turma de instrução primária.

⁶³ Sobre esta instituição ver Sousa(1999 e 2001) Cruz(2000), Cardoso(2012) Sousa & Cruz(2012)

⁶⁴ Livro Memorial sobre a Escola Normal de Feira de Santana, em comemoração aos 50 anos da Instituição, organizado pelas professoras SILVA, Marília Queiroz da e CRUZ, Neide Almeida da. *Instituto de Educação Gastão Guimarães: 50 anos de educação*. 1ª edição: Graficante, 1977.

na sede do município. A destacar apenas uma aula do sexo masculino, que sempre foram maioria desde o império⁶⁵,

Quadro 4⁶⁶

Escolas Primárias feirenses do final do século XIX.

Aula/Escola	Regência
1ª escola municipal feminina	Profa. Leolinda Bacellar de Mello e Lima
2ª escola municipal masculina	Profa. Maria Carolina de Castro Fiuza
2ª escola municipal masculina	Prof. Saturnino Alves

Das onze zonas distritais⁶⁷ que o município de Feira de Santana tinha naquele período, cinco não apresentaram aulas ou escolas públicas instaladas em 1890: o Distrito de Bom Despacho, cuja aula municipal/pública foi instalada em 1895⁶⁸; Bonfim de Feira, que ainda em 1913 estava sem aulas públicas de primeiras letras⁶⁹; Limoeiro, Almas e São Roque que até 1906 estiveram sem oferecer aulas públicas⁷⁰, conforme registros das atas do executivo e do legislativo feirense analisadas sobre este período.

Esta diferença quantitativa de aulas públicas no município, três na sede e seis nos povoados e distritos, somando nove, contra as 19 indicadas por Silva & Cruz (2007) permite supor que as demais dez que não surgem em fontes como jornais e relatórios municipais pudessem ter sido particulares.

Considerando a Reforma da Instrução Baiana sob a *Lei 579 de 02 de outubro de 1904*, que se efetivou como *Decreto n. 281 de 5 de dezembro de 1904*, que prescrevia que novas escolas foram criadas no município, tanto na sede quanto nos povoados, já

⁶⁵ Sousa (2006) e (2009) e Lima (2007).

⁶⁶ Jornal O Propulsor, 20 de novembro de 1896. *Noticiário*.

⁶⁷ Povoado de Almas, Bom Despacho Nossa Senhora dos Humildes, Remédios da Gameleira, Bonfim de Feira, Santa Bárbara, São José das Itaporocas Limoeiro, São Vicente Tanquinho e São Roque.

⁶⁸ Livro de Assento de Professores de Feira de Santana, 1895 a 1916. APMFS.

⁶⁹ Jornal Folha do Norte, 30 de agosto de 1913, p. 01. BSMRG/UEFS.

⁷⁰ Livro de Atas do Conselho Municipal de Feira de Santana, p. 06. Ano 1906. APMFS.

sobre a configuração de *escholas elementares*, separadas por sexo conforme registro em Ata da Câmara Municipal de Feira de Santana.

o Conselho Municipal da cidade de Feira de Sant'Anna decreta: Art. 1º. São creadas n'este municipio as seguintes escholas elementares: quatro nesta cidade, sendo duas para cada sexo, com as denominações de 1ª e 2ª cadeiras. Tres mixtas nos povoados de Almas, Limoeiro e São Roque. [...] Para os efeitos da Lei 579 de 02 de outubro de 1904 (Livro de Atas do Conselho Municipal de Feira de Santana. 14 de Janeiro de 1905, p.06. APMFS.).

Para toda esta década de 1890 o que as fontes evidenciam é que estas aulas públicas isoladas eram ainda também separadas por sexo. Cabia ao/a professor/as ministrar todas as matérias, e exercer a disciplina e a organização do *methodo de ensino*⁷¹, como então se denominava. Era sua responsabilidade o solicitar, zelar e fiscalizar sobre tudo o cotidiano escolar, sob a diretriz fiscalizadora do inspetor escolar. A análise das fontes permite afirmar que apesar das mudanças consignadas na *Lei de Instrução de 1895*, na prática, os modos de fazer, de ensinar, de ser professor/a imperial teve uma forte continuidade.

As fontes consultadas como as atas do Conselho Municipal de Feira de Santana (1893, 1906 a 1920), registram que Feira de Santana contou no período de 1895 a 1905 com aulas/escolas elementares isoladas publicas municipais, seguindo a modificação introduzida pela lei de ensino /Instrução de 1895, a Reforma de Sátiro Dias.

Quanto a oferta dos diversos níveis de ensino primário. Escolas que oferecem um nível da Escola Primária: Escola Infantil; Escola Elementar; Escola Complementar. Grupo Escolar: compreende a escola infantil, a elementar e a complementar, as quaes poderão funcionar separadamente ou em um só prédio. Categoria especial de escolas: Escolas modelos annexas aos cursos normaes. (BAHIA. Lei de 24 de agosto de 1895: Art. 10º, 15º, 17º; Ato de 4 de outubro de 1895: Art. 102º, 103º, 123º)⁷².

⁷¹ Sousa, 2006.

⁷² In: SANTANA, Elizabete. C. e MENEZES, Jaci. M. F. de. *A Construção da Escola Primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos 1890-1930*. Vol. 1. EDUFBA: Salvador, 2011.

Além destas aulas públicas, aquela aula noturna - *Escola Para Pobres* - mantida pela *Sociedade São Vicente de Paulo da Irmandade de São Benedito de Feira de Santana* desde 1904, com ajuda do pecúlio da Intendência.

O secretário Leo um ofício vindo do presidente do Conselho Particular, acompanhado de uma subscrição, paa esa Conferência auxiliar a Aula Noturna de S. Vicente, visto não ter ainda a municipalidade contribuído como notara, em favor da referida aula. O Presidente submeteo essa resolução ao parecer da conferencia, essa respondeo que em irtude do numero de desvalidos socorridos por esta conferencia não poderia ser aceito essa resolução, ficando o secretario autorizado de responder o officio⁷³.

Deixando a peculiaridade da aula noturna da *Sociedade São Vicente de Paulo da Irmandade de São Benedito de Feira de Santana* e nos detendo nas aulas elementares municipais em Feira de Santana, Faria Filho (2000) destaca que na passagem do século XIX ao XX muitas eram as aulas que funcionavam como escolas improvisadas, mantidas pelo poder público através de subvenção aos professores, que as mantinham em suas casas ou em outros espaços. Mais uma vez uma prática peculiar do período monárquico, que teve continuidade na República cujo projeto idealmente pretendeu romper com o que consideraram herança do período colonial e, por isso sinônimo de atraso.

Quanto aos proventos de um/a professor/a em Feira de Santana, os vencimentos do professorado segundo deliberação da Câmara Municipal em 1906 deveriam ser mantidos pela “*Verba Escolar que será despendida a quantia excedente do ordenado do professorado, de accordo com a 6ª parte do rendimento bruto para aquisição da mobilia escolar,*”⁷⁴ como propunha a Lei estadual n.117 de 24 de agosto de 1895.

Conforme interpretação, a verba de manutenção do professorado deveria se dividir em duas partes: a primeira parte deveria corresponder ao pagamento dos proventos dos professores, no qual se incluiria o aluguel da casa onde funcionavam as aulas, mais o

⁷³ Atas da Sociedade São Vicente de Paulo da Irmandade de São Benedito *apud* PEREIRA, Daiane Pires. O Glorioso São Benedito... op. cit., Monografia/UEFS, 2010.

⁷⁴ Atas do Conselho Municipal de Feira de Santana, *Lei n. 118 de 29 de Dezembro de 1906.O Concelho Municipal da Cidade de Feira de Santana decreta...* Art. 19. *Pela Verba Escolar...* p. 16. APMFS.

pagamento correspondente ao asseio da escola; a segunda parte corresponderia a compra de mobília escolar, sob a responsabilidade da Intendência Municipal⁷⁵.

Naquele contexto, as aulas particulares foram uma realidade na cidade de Feira de Santana do início do século XX, tendo sido responsáveis por outra forma de organização escolar, a instrução particular domiciliada na casa do aluno ou na casa do professor ou professora⁷⁶. Sobre a quantidade de aulas particulares, seus sujeitos há uma ausência de dados sobre esses registros nos documentos formais da instrução feirense a que tivemos acesso, a não ser se o professor particular fosse também professor municipal, pois alguns dos registros nos livros oficiais da instrução trazem esta informação no intuito de controlar as aulas efetivamente ministradas. Estes professores/as que exerceram coetaneamente a prática do ensino público e a prática do ensino particular buscavam somar dois ou mais vencimentos. Alguns desses sujeitos escolares são visíveis nos jornais em circulação na cidade pelos anúncios de suas aulas, como a *Escola Particular para meninos e rapazes do Prof. João Aurélio Teixeira, à rua General Osório, n. 111 – Feira de Santana*⁷⁷. Também a *Escola do Particular para meninos e rapazes do Professor Alípio Severino de Miranda, a contactar em sua residência, na Praça da Matriz – Feira de Santana*⁷⁸. Também funcionou um *curso secundário noturno* do Professor Antonio Garcia, conforme anúncio do jornal *O Progresso* de 03 de setembro de 1905, criado em 1895 por uma *Sociedade Propagadora da Instrução Feirense* que teria existido em Feira de Santana nos fins do século XIX.

Curso Secundário Noturno. Somos informados de que começará a funcionar amanhã no prédio n. 121, a rua Conselheiro Franco, o curso secundário noturno, sob a direcção do inteligente e competente professor Antonio Garcia. (Jornal o Progresso, 03 de setembro de 1905, p. 01).

Até esse período não evidenciamos o funcionamento de prédios escolares em Feira de Santana a não ser de 1906 uma sessão do Conselho Municipal que aprovou uma

⁷⁵ Livro de Assento de Professores das Escolas Municipais de Feira de Santana (1895 – 1915). APMFS.

⁷⁶ Ver FARIA FILHO, Luciano M. Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2004.

⁷⁷ Jornal Folha do Norte, 06 de novembro de 1920, n. 552. Arquivo Digitalizado. BMRG/Museu Casa do Sertão – UEFS.

⁷⁸ Jornal Folha do Norte, 25 de Março de 1911. p. 02. Arquivo Digitalizado. BMRG/Museu Casa do Sertão – UEFS.

autorização para o Intendente Coronel Rui Bacelar (1904-1907) *preparar no prédio escolar commodos apropriados para instalação de duas escolas primárias.*⁷⁹

Proposto, portanto, desde 1906, este prédio escolar só teve autorizada sua construção pela *Lei estadual n. 823 de 12 de março de 1910*. E suas obras de construção efetivamente só foram iniciadas três anos depois, em 1913, já no mandato do prefeito Bernardino Bahia através de outra Lei estadual, a de *n. 124 de 16 de abril de 1913*, com conclusão em 1916, no mandato do prefeito Agostinho Fróes da Motta.⁸⁰

2.2. Ao progresso moral e material do município: os prédios escolares em Feira de Santana.

Tendo na maior consideração, os nobres e elevados intuitos desse Concelho, relativamente ao progresso moral e material do Município, e desejando esta Intendencia ir ao encontro desses intuitos, submete a vossa apreciação a inclusa planta para edificação de um prédio para escolas municipaes.

Agostinho Froes da Mota, Intendente de Feira de Santana. *Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana*. Ano 1916. Ofício n. 53. APMFS.

O primeiro prédio escolar de Feira de Santana a ser foi construído foi o prédio escolar do Grupo Escolar J. J. Seabra, dentro das reformas de embelezamento urbano de Bernardino Bahia. Mesmo com uma deliberação de construção com recursos estaduais em 1911⁸¹, a construção foi deslanchada com a doação do terreno por Agostinho Fróes da Motta em 1912 e a construção viabilizada em 1913. Cunha (2013) argumenta que nesses governos de aliados no mesmo grupo político, a cidade e sua estrutura física foi o principal alvo das reformas urbanas empreendidas pelos intendentes Bernardino Bahia e Agostinho Fróes da Motta que através das reformas urbanas buscaram uma maximização dos lucros privados e o beneficiamento próprio e do grupo que disputava a hegemonia política da

⁷⁹ Livro de Atas do Conselho Municipal de Feira de Santana, 1905 a 1920. Lei n. 118 de 29 de Dezembro de 1906, p. 15. APMFS.

⁸⁰ Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. Ano 1915. Ofício n. 53. APMFS.

⁸¹ Jornal O Município, 31 de Março de 1911. Arquivo Digitalizado. BMRG/Museu Casa do Sertão – UEFS.

cidade. Assim foi a propósito da construção do primeiro prédio escolar, em 1913, quando articulações políticas determinaram o processo de sua construção, com constantes adiamentos e atrasos.

Foi a partir desse ano de 1912, que se intensificou a construção de prédios escolares no formato de grupos escolares, proposição estadual. No jornal O Município de 1911, esta transcrito decreto do então governador do estado da Bahia,⁸² João Ferreira de Araújo Pinho (28/05/1908 a 22/12/1911) autorizando abertura de Edital para construção:

“Predios Escolares. O governo do Estado conforme o edital firmado pelo distinto dr. Frederico Pontes, director de Obras Publicas, e por ordem do illustre Sr. Dr. Junqueira Ayres, secretário do Estado, e que vae inserto na secção competente, acaba de mandar abrir concorrência até o próximo dia 10 de abril para a construção de 5 prédios escolares nas cidades de Feira de Sant’Anna, Cachoeira, Santo Amaro, S. Felix, Nazareth, São Gonçalo dos Campos e Serrinha [...]”. D’A Bahia. (Jornal o Município, 31 de Março de 1911, p. 01).

Segundo Nunes (2008), a construção foi encaminhada com base na *Lei estadual n. 823 de 12 de março de 1910* que autorizou a despesa dos cinquenta contos de réis para a construção de prédios escolares nas cidades mais próximas a Capital do Estado, instituindo como contrapartida aos municípios a doação do terreno para a construção. Os dados evidenciam que foram construídos prédios escolares em três, das cinco cidades contempladas, a saber, Cachoeira, São Felix e São Gonçalo dos Campos, ficando de fora a cidade de Feira de Santana e Serrinha. No período imediato de dois anos após esta lei estadual, Feira de Santana não encaminhou a construção de nenhum prédio escolar. Seu intendente era o Coronel Abdon Alves de Abreu (1908-1912), desafeto político de Bernadino Bahia e este, aliado de Agostinho Fróes da Motta. Segundo o memorialista Almeida,

Abdon Alves de Abreu, que já fora intendente de 1904 a 1908, concorreu para mais quatro anos pelo Cel. Bernadino da Silva Bahia. Inconformado com a derrota e escudado na influência do governo estadual de Severino Vieira, tomou posse em conjunto com o adversário. Abdon, na intendência e Bernadino, em outro local, no mesmo dia e na mesma hora, já que fora o intendente vitorioso e legítimo. O município se viu, surpreendente e

⁸²Atas da Intendência da Prefeitura de Feira de Santana, 1906 – 1920: APMFSA. Atas da Intendência da Prefeitura de Feira de Santana, 1893 – 1905: ACMFS.

simultaneamente, com dois intendentes para governá-lo. Isto aconteceu, por alguns meses, até que o governador se dispôs a dar uma solução, estabelecendo um acordo entre ambos. O Cel. Abdon ficaria como intendente, de 1908 a 1912 e Cel. Bernadino de 1912 a 1915, na gestão posterior. Mais tarde o Cel. Bernadino da Silva Bahia tornou a ser eleito para o período de 1920 a 1922. (Almeida, Oscar Damiano. Revista Inst. Hist. Geogr. De Feira de Santana a.1m.1p. 35).

Um ano depois da publicação da Edital de construção dos prédios no Jornal *O Município* em 1911 e mesmo tempo antes de findar o período de mando de Abdon Alves de Abreu, o jornal *Folha do Norte*, em março de 1912, em pleno governo estadual de Jose Joaquim Seabra, registrou a visita do engenheiro, responsável pelo levantamento do terreno para construção do prédio escolar,

Prédio Escolar. De novo, esteve entre nós o engenheiro geographo Carlos Augusto Freire de Carvalho Filho, fiscal da construção do prédio escolar desta cidade. S. s. procurou o Sr. cel. intendente que nenhuma solução deu sobre o fornecimento pela municipalidade, do terreno respectivo. Ora, em vista de tal estado das coisas, motivado pelo propósito antipatriótico e dez vezes reprovável dum intendente que se diz filho da terra, o nosso estimado e distinto conterraneo sr. cel. Agostinho Fróes da Motta, teve um gesto de benemerência, raro nestes tempos de miséria, muita miséria: forneceu por sua conta, o local [...]. (Jornal Folha do Norte, 30 de março de 1912, p. 01).

Cunha (2013) discutiu o papel dos jornais no campo político feirense e a configuração da imprensa nesta cidade no início do século XX. Atentou para a importância do uso desses veículos de comunicação como instrumentos de disputa política entre os agrupamentos políticos de Abdon Alves de Abreu e Agostinho Fróes da Mota⁸³, *assim as descrições produzidas pelos jornais, mais do que uma fotografia da sociedade feirense, traduziam uma vontade de poder* (p.39).

Oliveira (2000) ainda destaca que o jornal *Folha do Norte*, que veiculou a referida notícia, era de propriedade do Coronel Tito Ruy Bacelar, aliado político de Agostinho Fróes da Mota e ambos desafetos políticos de Abdon Alves de Abreu, acusando-o neste processo de não ceder o terreno em noticia sobre o

⁸³ SARMENTO, Sílvia Noronha. A raposa e a águia: J.J Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. Dissertação de Mestrado: UFBA, 2009

Prédio Escolar. Volta a esta cidade o engenheiro Carlos Freire, o Intendente não dá o terreno⁸⁴(...) o homem que deslustra a administração do município⁸⁵. S. s. procurou o sr. cel intendente que nenhuma solução deu sobre o fornecimento pela municipalidade do terreno respectivo. O nosso estimado e distinto contrerrâneo cel. Agostinho Fróes da Motta teve um gesto de benemerência, raros nestes tempos de misérias e mais misérias, forneceu por sua conta o local [...]. (Jornal Folha do Norte, 30 de Março de 1912, p. 01).

O coronel Tito Bacelar destacou *a notícia* não como uma ação despretensiosa, mas localizada num contexto político de disputa de poder político na cidade. Mais especificamente naquele ano, o da mudança de partido político no executivo municipal em 1912 – quando da vitória de Bernadino Bahia, candidato do grupo político de Agostinho Fróes da Motta, que venceu as eleições, mas quem acabou ficando como intendente foi Abdon Alves de Abreu.

Novamente a destacar a intencionalidade do jornal em exaltar o Coronel Agostinho Fróes da Motta pela doação do terreno como articulador na modernização urbana e da instrução feirense. As fontes que pesquisei registram que para doar o terreno à construção do prédio escolar, o coronel Agostinho Fróes da Mota, aliado do intendente Bernardino Bahia e que o sucederia em 1916, lançou mão de negociar a *desapropriação de 4 casas. Destas casas os proprietários de três, de bom grado entraram em acordo de preços, estando-se em ajuste com o da ultima que é situada entre as outras*. Dos proprietários desses casebres não foi possível os dados, apenas do negócio de desapropriação assumido por Agostinho Fróes da Motta.

Contudo, mesmo com a doação do terreno, o prédio só começou a ser construído em 1913, quando autorizado pela *Lei municipal n. 124 de 16 de abril de 1913*,⁸⁶ no mandato de prefeito de Bernadino Bahia, tendo Fróes da Motta como presidente do Conselho Municipal. Reis (2012) destacou que o referido prédio escolar foi construído sob a orientação de uma comissão de obras liderada pelo próprio Bernardino Bahia, intendente e Fróes da Motta e *oportunamente inaugurado na intendência deste, mas com o mérito da obra direcionado aos dois* (p. 175).

Nos documentos analisados, Agostinho Fróes da Motta se destaca na política de reorganização da instrução feirense. Recebendo o prédio escolar em construção de

⁸⁴ Jornal Folha do Norte, 30 de Março de 1912, p. 01. Arquivo Digitalizado. BMRG/Museu Casa do Sertão – UEFS.

⁸⁵ Jornal Folha do Norte, 30 de Março de 1912, p. 01. Arquivo Digitalizado. BMRG/Museu Casa do Sertão – UEFS.

⁸⁶ Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. Ano 1915. Ofício n. 53. APMFS.

Bernadino Bahia no início de 1916, o utilizou politicamente como promessa às demandas de um alargamento das possibilidades de acesso à instrução para a população; e de outro como um investimento do dinheiro público, com *pequeno dispendio para o aformoseamento da cidade*⁸⁷, principalmente nas áreas adjacentes à praça de sua moradia e a localização de seus imóveis, pois os três prédios construídos na fase de sua presença nos negócios da intendência, como presidente da Câmara Municipal ou intendente, eram próximos a mesma.

Reis (2012) propôs três motivações para compreender o empenho do Cel. Agostinho em obter mais verbas para completar os custos e concluir as reformas urbanas na sede da cidade, principalmente na Rua do Remédios e na Praça General Argolo. Para o autor, as obras públicas executadas por Fróes da Motta,

[...] podem ter sido intencionada exclusivamente para atender, seja a perspectiva modernizadora da época; seja a necessidade de adaptar o espaço urbano às exigências de um comércio em rápida ascensão; seja pelo simples objetivo de favorecer e valorizar ainda mais os 49 imóveis que possuía convenientemente nos lugares reformados; ou foram efetivadas, como parece ser mais convincente, pela combinação das três motivações. (Reis: 2012, p. 179).

Fróes da Motta, seguindo Seabra em Salvador, para construir novos prédios, alargar ruas e construir praças destruiu antigas edificações, que também denominou de *casebres* que davam à cidade a caracterização de antiga vila provincial: seus becos, vielas, subúrbios e adjacências rural. A ascensão de J.J. Seabra ao governo da Bahia foi saudada em jornal local aliado, o *Republicano*, em julho de 1912, destacando o caráter de mudanças urbanas propostas pelo novo governador para afastar a *Bahia material de seus aspectos coloniais* e introduzir *uma cidade moderna*. Dentre outros *preceitos do progresso, a instrução*.

Agora tudo mudou. A Bahia entrou numa fase de trabalho que assegura o desenvolvimento do seu progresso. [...] Esta norma de governo, de tudo fazer em benefício do povo, é o começo da phase da nova administração que em boa foi cair nas mãos do Dr. José Joaquim Seabra. [...] A Bahia material que guarda ainda todas as características de uma cidade colonial de três séculos atrás vae desaparecer para ceder lugar a uma cidade moderna, construída sobre os preceitos rigorosos do progresso. [...] A instrução, que de tanto depende o progresso dos povos, vae ser disseminada por todo o vasto Estado. (Jornal O Republicano, 01 de Julho de 1912, p. 01).

⁸⁷ Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. Ano 1916. Ofício n. 50. APMFS.

Tomando J. J. Seabra como referência, Fróes da Motta sustentou propostas de disseminação da instrução em Feira de Santana e o lugar do terreno doado, e que foi alvo das desapropriações para a construção do primeiro prédio escolar, foi a Rua Conselheiro Franco⁸⁸. Bernadino Bahia em 1915, em fala a favor de sua defendeu tais intervenções de desapropriar vários casebres pelo seu aspecto de *tortuosidades e pardieiros*.⁸⁹

Senhores membros do Conselho Municipal. Tendo sido a Intendência autorizada pela Lei n. 124 de 16 de abril de 1913 a desapropriar vários casebres a Rua Conselheiro Franco, o que effectuou e em cujo terreno por benemerência do Governo do Estado, está sendo construído um prédio escolar, pelo, digo, que pelo seu estylo moderno torna-se um dos mais magnificentes fora da Capital, e justo que volvamos nossas vistas para o embelezamento desta rua, que sendo uma das principais da cidade, sob todos os aspectos ainda contem tortuosidades e pardieiros indignos de ainda permanecerem ali máximos de numero 10, digo 2, 4 e 6 na Praça Sant'Anna e os números 10, 22, 24, 26, 28 e 30 a referida Rua Conselheiro Franco, cujas desapropriações se fazem indispensáveis. [...] Assignado. Bernadino da Silva Bahia. (Livro de Registros de Offícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. Ano 1915. Officio n. 53).

Aqueles casebres a serem demolidos, citados por Bernadino Bahia, estavam localizadas na Praça Santana e pertenciam a *Josephina Carolina de Carvalho* (casa n. 2, registro 1149), *Ignez Maria de Jesus* (casa n. 4, registro 1148) e *Maria Joanna de Jesus* (casa n. 6, registro 1147), conforme o *Livro de Lançamento de Indústrias e Profissões de Feira de Santana*, que registra a declaração de imóveis em vias públicas e o pagamento de impostos referentes a posse deles por parte de seus proprietários.⁹⁰ Esses dados permite indicar que os proprietários *dos ditos casebres* não eram desprovidos economicamente, levando em consideração a localização central dos seus imóveis e o custo do pagamento dos impostos por *Ocupação de casa comercial*⁹¹ para os cofres públicos municipais, vale salientar que na construção do segundo prédio escolar, um dos casebres negociados

⁸⁸ Em pesquisa no Livro de Nomenclaturas das Ruas de Feira de Santana de 1886 a 1902, p. 01 (APMFS), esta Rua correspondeu a divisão espacial que começava na Praça de Santana e terminava na Praça dos Remédios.

⁸⁹ Livro de Registros de Offícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. Ano 1915. Officio n. 53. APMFS.

⁹⁰ Livro de Lançamento de Indústrias e Profissões de Feira de Santana (1890 – 1890). APMFS.

⁹¹ Livro de Ocupação de Casa Comercial da Intendência de Feira de Santana de 1888, 1889; Livro de Foro da Intendência de Feira de Santana 1890 a 1906.

pertencia ao padrinho de Geminiano da Costa, Cícero Carneiro, um dos amigos de Fróes da Motta.

Agostinho Fróes da Motta, sucessor do anterior intendente ratificou a *magnificiencia* e o *estyllo moderno* da construção e deu andamento a política de modernização escolar quando inaugurou o primeiro Grupo Escolar de Feira de Santana, construído com recursos públicos do cofre estadual, para o qual solicitou autorização do governador J. J. Seabra e do então Secretário da Agricultura do Estado Cel. Frederico Augusto Rodrigues da Costa⁹² *em homenagem ao vosso patriótico governo permissão para com o vosso nome denominar um dos prédios, digo pavilhões do prédio escolar desta cidade*⁹³.

Agostinho Fróes da Motta era correligionário de Jose Joaquim Seabra, que terminava um governo estadual dando posse a um sucessor aliado, Antonio Moniz de Aragão, assegurando o interesse em manter as mesmas alianças políticas. Segundo Cunha (2013), Agostinho Fróes da Motta foi, aliás, nomeado intendente em 1916, ainda por J.J Seabra através de uma reforma constitucional feita em pelo então governador em 1915, neste intuito, de concentrar poderes vide alianças de subordinação política,

criou a lei de organização municipal (lei 1.102 em 11 de agosto de 1915) de acordo com a qual os intendentes dos municípios já não seriam eleitos e sim indicados pelo governador, com a aprovação do Senado, para assumir por dois anos, com direito de se renovar por mais dois anos de mandato. Logo, só assumiria o cargo de intendente na Bahia, os políticos com seu consentimento. Nos últimos quatro meses da sua gestão, Seabra nomeou 135 intendentes de 141 municípios do Estado, sendo 65% deles coronéis e maiores da guarda nacional (Cunha: 2013, p. 85).

O governador J. J. Seabra havia nomeado Fróes da Motta intendente com o claro objetivo de capturar o apoio de coronéis, que detinham um expressivo poder econômico e político no sertão feirense. *E que no caso de Feira de Santana, parecia ser a indicação mais acertada, pois os conterrâneos do Cel. Fróes reconheceram a importância do “feliz acerto” que tal nomeação representava para Feira de Santana* (REIS 2012: p. 169).

Disto resultou a homenagem de denominar o prédio de *Grupo Escolar J.J. Seabra* em 1916⁹⁴. As fontes indicam que a denominação do prédio foi colocada posterior à visita

⁹² Ver SARMENTO, Sílvia Noronha. A Raposa e a Águia: J.J Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. Dissertação de Mestrado: UFBA, 2009.

⁹³ Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de (1915-1923). Ano 1917. Telegrama de Agostinho Fróes da Motta em 15 de maio de 1917, s/nº. p. 49,50. APMFS.

⁹⁴ SOUSA, Ione C. J... op. cit., 2001, p. 16.

do governador a Feira de Santana, em 12 de março de 1916, ocasião em que finalizava seu mandato. O Governador. J.J. Seabra visitou Feira de Santana juntamente com o seu sucessor recém eleito, o Sr. Antonio Moniz, com o objetivo de inaugurar a construção do prédio onde funcionaria o Grupo Escolar J. J. Seabra em março de 1916. Recebeu então *o pedido de permissão, expedido por Agostinho Fróes da Motta, para a colocar o nome no grupo escolar data de 15 de maio de 1917*⁹⁵.

O Grupo Escolar feirense foi construído com uma arquitetura moderna republicana, localizado entre as extremidades da Praça Santana e o início da Rua Conselheiro Franco, rua estreita e comprida em suas *tortuosidades* provinciais. Seus dois pavilhões divididos pelo prédio central eram vistos das duas extremidades, impondo um novo sentido à cena urbana naquele território ocupado majoritariamente por *pardieiros*. Faria Filho (2000) faz referência a relação entre a arquitetura escolar, a importância da educação e a arquitetura urbana, e indica as formas pelas quais se buscou através desse tripé tornar a presença dos grupos escolares na cidade um dos elementos que compunham e produziam a cidade moderna.

A escola, o prédio escolar, utilizando-se da linguagem arquitetônica deveria inscrever-se no espaço da cidade, materializando-se e dando a ver, as projeções político-culturais republicanas que se queria imprimir na cena urbana (Faria Filho: 2000 p. 49).

Vidal (2006) dialoga com as proposições de Faria Filho (2000) de que grupos escolares se constituíram como uma realidade essencialmente urbana. Assim, podemos perceber que eles foram fixados nos núcleos urbanos, geralmente na área central da cidade, em prédios construídos para os mesmos ou em edifícios adaptados de forma a embelezar e dar um ar de modernidade nas cidades.

A construção do Grupo Escolar feirense foi regida pelas orientações normativas que vigoraram no governo seabrense. Lei n. 1006, de 06 de setembro de 1913, no Capítulo V, dividiu as escolas primárias em escolas isoladas e grupos escolares. A ressaltar a promessa de que seriam criadas para difusão do ensino primário no Estado em numero suficiente a demanda, o que não foi cumprido. E também que se refere à complexidade de serviços a serem ofertados por cada grupo escolar a ser instalado a um *gráo de cultura* de cada cidade. Esta delimitação indica que as cidades pequenas, as de pouco ou baixo *gráo de*

⁹⁵ Telegrama de Agostinho Fróes da Motta ao governador J.J. Seabra e ao Secretário da Agricultura do Estado da Bahia, 15 de maio de 1917, s/nº. Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de (1915-1923). Ano 1917. p. 49,50. APMFS.

cultura não teriam grupos escolares com todos os serviços, *como uma escola infantil, uma ou mais escolas elementares, e uma complementar para cada sexo:*

Haverá para difusão do ensino primario em todo o Estado **em numero suficiente ás necessidades publicas;** a) escolas isoladas; b) grupos escolares.⁹⁶ Os grupos escolares se constituirão de escolas elementares desdobradas já para um, já para outro sexo, de 30 a 40 alumnos, e cada uma regida por um professor. Conforme **o gráo de cultura das cidades,** o grupo escolar se comporá de uma escola infantil, uma ou mais escolas elementares, e uma complementar para cada sexo. (Decreto n. 1354 de 20 de janeiro de 1914. Art. 110, 111, 116, 117). Grifos pessoais.

Sobre os Grupos Escolares como nova forma de organização escolar, Faria Filho (2000) argumenta que nos primórdios do período republicano brasileiro *reinventar a escola*, expressão conceitual que usa para caracterizar as mudanças nas formas desta instituição, significou também agrupar diferentes níveis de ensino em um só local; readequar espaço e tempo ao ensino; reorganizar o ensino através de outras metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a/o professora (o), dividindo o trabalho realizado por estes entre outros profissionais, submetendo-os/as à uma nova disciplina da organização escolar.

A representação positiva dos grupos escolares – construída tendo como uma de suas bases a produção das escolas isoladas como símbolo de um passado que deveria ser ultrapassado, quando não esquecido – busca moldar as práticas, os ritos, os símbolos escolares, produzindo e expressando, no mesmo movimento, uma nova identidade para os profissionais que se ocupam da instrução primária..(Faria Filho: 2000, p. 39).

Souza (2006, 2008) desenvolveu análise sobre a criação dos grupos escolares e suas finalidades para a modernização da sociedade brasileira e centralizam a discussão da preocupação por parte dos republicanos através da atenção constantemente voltada aos avanços educacionais e econômicos dos países civilizados, e nessa perspectiva, empreenderam-se em reorganizar o ensino nos moldes desses países no intuito de garantir a ordem e o progresso da sociedade brasileira. Diante disso, Souza (2008) nos esclarece que nas primeiras décadas da República, o ensino primário passou por redefinições e

⁹⁶ Decreto n. 1354 de 20 de Janeiro de 1914. Capitulo V; Secção I, Art. 110, 111, 112, 113, 114,115, 116, 117.

ampliações em relação às finalidades atribuídas à educação escolar, da qual primavam pela formação cívico-patriótica dos alunos e pela modernização da sociedade. Nesse processo, houve a substituição do método individual⁹⁷ pelo ensino simultâneo e a escola unitária foi sendo substituída pela escola de várias classes e vários professores.

O modelo da escola graduada, amplamente em voga nos países europeus e nos Estados Unidos desde meados do século XIX, **compreendia um tipo de organização didático-pedagógico e administrativa de escola mais complexo**, econômico e racional, adequado à expansão do ensino primário nos núcleos urbanos. **Ele pressupunha um edifício com várias salas de aula e vários professores, uma classificação mais homogênea dos grupos de alunos por níveis de adiantamento, a divisão do trabalho docente, atribuindo a cada professor uma classe de alunos e adotando a correspondência entre classe, séria e sala de aula.** (Souza, 2008, p.41). Grifos pessoais.

Dessa forma, a utilização do método simultâneo consistia em dividir os alunos em classes de acordo com o *mesmo nível de conhecimentos e de idade dos alunos, eram entregues a uma professora, às vezes acompanhada de uma assistente, que deveria propor tarefas coletivas. Cada um e todos os alunos teriam que executar uma mesma atividade a um só tempo* (Faria Filho; Vidal, 2000, p. 25). Essa organização fez surgir a figura do diretor, sendo este o responsável pela parte administrativa, pelo controle dos professores e por manter a ordem e a disciplina dos alunos. Em relação à parte pedagógica, os conteúdos foram sistematizados e distribuídos por séries, os alunos eram classificados em classes através de avaliações, e houve uma maior ordenação do tempo onde se destacam o calendário letivo e a jornada escolar.

Os grupos escolares foram instituições propulsoras e difusoras da escola graduada no Brasil, integrando a realidade urbana e “fundaram uma representação de ensino que não apenas regulou o comportamento, reencenando cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais).” (Vidal, 2006, p. 9).

Podemos destacar que a implantação do modelo dos grupos escolares levava a uma eficiente divisão do trabalho escolar por meio das classes com alunos de mesmo nível de

⁹⁷ É válido ressaltar que o método intuitivo não era novidade na época, mas por haver um grande descontentamento em relação ao ensino que gerou um amplo movimento de renovação pedagógica, ele foi considerado o instrumento capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar

aprendizagem o que possibilitava um melhor rendimento, mas conduzia também a segregação com relação as escolas isoladas que ainda continuaram existindo, principalmente nos subúrbios, distritos e povoados feirenses. Um dos grandes problemas enfrentados pelos professores das escolas isoladas era o de ensinar diferentes classes de alunos em uma mesma sala de aula, algo que a implantação dos grupos escolares não conseguiu superar, visto que aquele modelo de organização escolar foi restrita a uma normatização na cena urbana da cidade, as escolas de outras localidades do município, em sua maioria continuaram enfrentando os mesmos problemas estruturais dos anos anteriores a República. Nem as inúmeras reformas educacionais republicanas, iniciadas com a de Sátiro Dias em 1895 deu conta da precariedade que cercou o desenvolvimento da estrutura da instrução em Feira de Santana, como foi em outras cidades baianas, como a Capital do Estado. O jornal *Folha do Norte* de 1911, noticiou *De um pai de família recebemos o seguinte comunicado:*

As sucessivas reformas do ensino público, pouco tem obtido do desdobramento crescente do magistério, porque em vez de desobstruir essas lacunas em destaque, as mais das vezes desnacionalizam-se remodelando-se pelas teorias exóticas que pouco a pouco se implantam em nosso estado. **Por sua vez, estabelecerá a nova reforma em letras de lei, sem dar a Cesar o que for de Cesar, sem visar que deve haver uma fiscalização sincera,** posto que; benigna mas real. Numerosas são as honrosas victimas do dever, força é confessar, **inumeros são aqueles e aquellas que, sob a manutenção do herário municipal ou estadual, descuidam dos seus encargos,** deslustrando o magistério, com prejuizo das creanças, do Estado, da família e da pátria, sem que a lei geral da instrução publica, atravez das reformas e das fiscalizões, ponham cobro a essas incosntitucionalidades. (Jornal Folha do Norte, 02 de setembro de 1911). Grifos pessoais.

O dado acima referencia uma crítica de um pai de família feirense a estrutura da instrução feirense. A denúncia começa a crítica a quantidade de reformas que não alavancaram soluções concretas para organização do sistema de instrução, como fiscalização e verbas, *o herário*, consideráveis para manutenção *dos encargos*, a que a denuncia referencia como o pagamento do professorado para o exercício do magistério. Problemas como atrasos no pagamento de salários dos professores foram recorrentes, não apenas em Feira de Santana, em 1915 na cidade de Salvador os atrasos *nos herários*,

eclodiu na greve do professorado de 1918. O jornal feirense *Folha do Norte* em 1917 publicou o seguinte texto sobre a situação da escola primária baiana,

Infelizmente a escola da infância, em nossa Bahia é uma amanchia pedagógica, é uma aberração científica e prática, o pobre professor vegeta no desprezo dessa republica sem ideal e sem princípios no bem geral e na escola do povo: atirado a espeluncas, sem mobiliário, sem utensílios, sem higiene, o infeliz ou desventurado preceptor, alem de um ridículo vencimento leva dez e mais mezes sem receber [...].(Jornal Folha do Norte, 16 de Junho de 1917, p.01) Grifos pessoais.

A crítica que atrelou o *fracasso da instrução a uma república sem ideal*, também indicava a situação de um sistema de instrução que, em 1917, já passara por uma quantidade expressiva de reformas e não conseguira, depois de tantos intentos, sequer pagar os proventos do professorando. Era comum que os cortes no orçamento municipal e os atrasos nos pagamentos incidissem mais sobre essa categoria que era numerosa⁹⁸.

Os problemas com o pecúlio dos professores não foi uma realidade dos meados da década de 1910 a 1920, ainda no início do período republicano em Feira de Santana, em 1906, o professorado ainda recebia o mesmo pecúlio que em 1895⁹⁹, o que evidencia-se que os descasos com a manutenção do funcionamento da instrução republicana, vinha de problemas antigos ainda do período do império. O cotejamento dos valores do vencimentos do professorado feirense de 1915 apresentaram um acréscimo de apenas vinte por cento (20%) referente ao valor de 20 anos atrás, como consta o *Livro de Assento de Professores de 1895 a 1915*.

Em Feira de Santana quanto as implantação de novos projetos de urbanização escolar, Agostinho Fróes da Motta, em 1916, salientou com frequência aos conselheiros municipais feirenses que o *intento da minha administração atender quanto possível a locação do ensino Municipal em edifícios apropriados, esparsos e em pontos convenientes*¹⁰⁰. Contudo, os materiais escolares eram escassos e à medida que se instalou novas escolas, principalmente nos subúrbios e na zona rural da cidade¹⁰¹, faltavam

⁹⁸ Ver LUZ, José Augusto Ramos da. Um olhar sobre a Educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928). Tese de Doutorado: UFBA; Salvador, 2009.

⁹⁹ Cruzamento de dados: Livro de Assento de Professores. Data Limite: 1895/1896/1912/1913/1914/1915. APMFSA.

¹⁰⁰ Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. Ano 1917. Ofício n. 50. APMFS.

¹⁰¹ Atas do Conselho Municipal de Feira de Santana. Ano 1906. APMFS.

materiais e melhor acesso as mesmas e de todos os reajustes de salários que fez para a categoria de servidores municipais nos anos que exerceu o cargo como intendente, não reajustou o pecúlio do professorado, estes tiveram reajuste salarial em 1916, depois só em 1918¹⁰², quando das inaugurações dos prédios escolares municipais.

Naquele mesmo ano de 1916, após dois meses da inauguração do Grupo Escolar, Agostinho Fróes da Motta entrou na empreitada de mais dois prédios escolares municipais, também localizados em locais que considerou *pontos convenientes*, estrategicamente nos lugares de antigos *pardieiros*, o primeiro na Praça General Argolo e o segundo na Rua Barão de Cotegipe.

A análise dos locais de instalação das escolas possibilita discutir que longe de ser ação de aformoseamento despreziosa, o prédio escolar municipal construído na Praça General Argolo preencheu o discurso de embelezamento *moral* para o lugar de moradia do próprio Intendente e valorização da rota de localização de outros seus imóveis, Reis (2012).

Agostinho Fróes da Motta justificou a construção dos dois edifícios escolares municipais, com um discurso primoroso e aparentemente preocupado com a instrução popular, pela necessidade de acesso *da população escolar, principalmente a menos abastada, possa, sem necessidade de fazer grandes percursos atingir a escola*¹⁰³. Justificou aquele gasto público destacando no ofício enviado ao Conselho Municipal que

Essas construções, encaradas sob dois pontos, digo principaes aspectos - embelezamento da cidade e construções relativamente pouco dispendiosa, atendendo ao nosso sistema de edificações que satisfaz perfeitamente as nossas necessidades. Pelo lado econômico, **o município enriquece o seu patrimônio em edifícios adequados** as suas necessidades e deveres, **poupando-se ao pagamento de casas sem as condições mais rudimentares de conforto para o fim em que são empregados**. (Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. Ano 1916. Ofício n. 50). Grifos pessoais.

Em de 01 de junho de 1916, o Conselho Municipal de Feira de Santana, aprovou a planta, enviada por Agostinho Fróes da Motta para apreciação, e autorizou a construção de

¹⁰² Livro de Assento dos Professorado de Feira de Santana 1895 a 1915; Atas do Conselho Municipal de Feira de Santana 1893, 1906 a 1920. APMFS.

¹⁰³ Ofício do Intendente Agostinho Fróes da Motta ao Conselho Municipal de Feira de Santana. Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. Ano 1916. Ofício n. 50. APMFS.

um prédio escolar na Praça General Argollo; e depois de outro prédio na rua barão de Cotegipe¹⁰⁴. As plantas dos mesmos não foram até agora encontradas, mas o Contrato de Construção¹⁰⁵ assinado entre a Intendência e o coronel José Paulino de Carvalho Filho, que em concorrência pública ganhou como contratante responsável pelas construções em 20 de julho de 1916 permite analisar alguns aspectos do contrato,

Termo de Contrato celebrado entre o Município de Feira de Sant'Anna representando pelo seu Intendente Agostinho Fróes da Motta e o Coronel José Paulino de Carvalho Filho para construção de dois prédios escolares nesta cidade da Feira de Sant' Anna. Aos vinte **dias do mês de julho de mil novecentos de dezesseis**, nesta cidade da Feira de Sant'Anna, no Paço Municipal presentes o Intendente Agostinho Fróes da Motta e o cidadão Coronel José Paulino de Carvalho Filho, denominado neste termo como contractante [...] foram accordadas as seguintes cláusulas: [...] Cláusula 1ª: O contractante obriga-se a construir de acordo com o projecto e planta approvados pelo Intendente, dois prédios escolares nesta cidade da Feira de Sant' Anna, sendo um a Praça General Argollo, e outro a Rua Barão de Cotegipe, em **terrenos fornecidos pelo Intendente** [...]. [...] Cláusula 4ª: **A entrega de ambos os prédios será feita de uma só vez, no fim de (8) meses da assignatura do presente contracto, podendo ser prorrogado somente no caso de força maior justificada ao juiso do Intendente.** [...] (Contrato de Construção, n. 203, p. 01, 04, 05. APMFS). Grifos pessoais.

Uma semana depois, em 27 de julho de 1916, foi realizada a *collocação da pedra fundamental*¹⁰⁶ no terreno da Praça General Argollo, representando a fundação dos dois edifícios municipais. Este local era transversalizado pela *Rua das Ganhadeiras*, vizinho a *Rua da Cadeia*, lugar da *baixo meretrício*, Mais abaixo, a rua desembocava na *Rua de Aurora* conhecida mais como estrada por onde passava o gado depois de beber no “tanque da nação”.

Quanto as desapropriações, Agostinho Fróes da Motta, como membro da comissão, negociou pessoalmente com os proprietários as desapropriações dos casebres de n. 17, 19, 21, 23 e 25 para liberação do terreno para construção do prédio escolar municipal na Praça

¹⁰⁴ Ofício do Intendente Agostinho Fróes da Motta ao Conselho Municipal de Feira de Santana. Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. Ano 1916. Ofício n. 60. APMFS.

¹⁰⁵ Contrato de Construção de dois prédios escolares, n. 203. 1916. Coronel Agostinho Fróes da Motta. APMFS.

¹⁰⁶ Ofício do Intendente Agostinho Fróes da Motta ao Conselho Municipal de Feira de Santana. Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. Ano 1916: p. 28. APMFS.

General Argolo.¹⁰⁷, como consta no Livro de Foros de Feira de Santana. A casa n. 17 pertencia a Cícero Carneiro da Silva; a casa n. 19 a Antonio Paulino Victoria; a casa n. 21 a Antonio da Costa Cictória e a casa nº 25 a Rosa Augusta Medeiros¹⁰⁸.

A estimativa de valor no Contrato de Construção foi de *trinta contos de réis*, (30.000\$000), ou seja, *quinze contos* (15.000\$000) para cada prédio, em prestações em 4 parcelas iguais relativamente ao serviço feito [...] ¹⁰⁹. Era um valor referente a trinta por cento (30%) do valor de toda a receita anual da intendência do período¹¹⁰. Apesar de classificar as construções como *pouco dispendiosas*, Agostinho Fróes da Motta em 10 de novembro de 1916 enviou uma sinalização da insuficiência de recursos ao Conselho Municipal.

Cinco meses depois o Intendente, em 10 de abril de 1917, pediu abertura de créditos suplementares de cinquenta contos de réis (50.000\$000) para término dos prédios, acrescidas as reformas em andamento nas mesmas ruas e praças dos edifícios escolares. Em 10 de outubro de 1917, o intendente rescindiu o contrato de construção com o contratante José Paulino Carvalho de Araújo Filho, o que indica a conclusão das construções seis meses depois dos oito meses estipulado pelo contrato de construção. Enfim, em 1º de Janeiro de 1918, já no segundo mandato de prefeito de Bernardino Bahia, ofereceram os dois aliados uma festividade de inauguração.¹¹¹

O Cronograma da construção destes prédios escolares para a instrução publica na sede da cidade, indica uma cartografia escolar republicana em Feira de Santana em consonância com outros edifícios e reformas urbanas, uma arquitetura da modernização urbana e escolar feirense. Um conjunto de prédios escolares, todos de mesma época que obedeceu a um rito político, econômico e ideológico.

¹⁰⁷ Ofício do Intendente Agostinho Fróes da Motta ao Conselho Municipal de Feira de Santana. Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. Ano 1916: Ofício 50. APMFS.

¹⁰⁸ Livro de Foros de Feira de Santana, de 1890; Livro de Ocupação de Casa Comercial da Intendência de Feira de Santana de 1906. APMFS.

¹⁰⁹ Contrato de Construção de dois prédios escolares, n. 203. 1916. Cláusula 5ª. Coronel Agostinho Fróes da Motta. APMFS.

¹¹⁰ Receita Anual do Município de Feira de Santana. Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. Ano 1916: APMFS.

¹¹¹ Convite para inauguração dos prédios escolares. Ano 1917. Ofício 77. Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. APMFS. Na placa afixada no edifício consta data do término da construção em 1917, como ocorreu.

- 1- na Rua Conselheiro Franco, a popular Rua Direita, foi localizado o Grupo Escolar J.J. Seabra, próximo a Praça de Santana e a Igreja Matriz nas proximidades do Asilo Nossa Senhora de Lourdes¹¹²;
- 2- 2- na Praça General Argollo, no fim de linha da Rua Direita, a poucos metros da Praça da Igreja dos Remédios e esta da Rua da Cadeia Pública, foi erguido o segundo prédio escolar;
- 3- 3- na rua Barão de Cotegipe, rua de Cima, a poucos metros do também recém construído Mercado e do prédio do Paço Municipal, foi construído o terceiro prédio escolar feirense¹¹³.

Para ocupação desses lugares escolares foram transferidas três aulas/escolas isoladas já existentes, a do *Professor Geminiano Alves da Costa*, da *Professora Maria do Carmo Miranda Ramos*, a do *Professor Lucindo dos Santos Silva e Mello*. Para o primeiro no prédio escolar, o da Praça General Argolo, foi transferida a anterior aula/escola isolada do Professor Geminiano Alves da Costa, afamado por ser um professor da cidade. Fontes como os impressos de jornais, trazem evidências que trabalhava com um público específico de alunos pobres na aula/escola municipal que funcionou na Rua dos Remédios, em casa alugada de seu padrinho Cícero Carneiro e na Escola para Pobres, na sede da Igreja dos Remédios, local de reunião da Sociedade Filantrópica que mantinha a aula. Este professor tinha também a fama de em sua aula particular, situada em sua própria casa, e de liberar o pagamento das taxas de matrícula quando os progenitores apresentavam dificuldades para cumpri-las. Este é o protagonista do terceiro capítulo desta dissertação.

Todavia, apesar da rapidez com que as cadeiras dos novos prédios escolares foram supridas por antigos professores municipais de aulas isoladas da sede da cidade nessa proposta de reinvenção algumas questões antigas não foram resolvidas. As fontes como os jornais continuaram por toda a década de 1910 a 1920 a noticiar sobre uma existente desorganização no provimento do professorado, da falta de escolas nos subúrbios da cidade e nos seus povoados. Também quanto a fiscalização. O *Livro de Ofícios da*

¹¹² Este Grupo Escolar não é objeto desta pesquisa por duas razões: esta sendo pesquisa em outra investigação coetânea. E interessou mais a esta dissertação tratar das escolas isoladas, pois na construída na praça general argolo exerceu parte de seu magistério, os dois últimos anos, o professor Geminiano Alves da Costa.

¹¹³ As ruas que receberam os prédios escolares, junto com a Rua Marechal Deodoro, formavam o Carlos Alberto Alves (2009) denominou Complexo do Meio, baseado em Antonio do Lajedinho, *Feira na Década de 30*, (2004); Carlos Alberto Alves Lima, *Das luzes aos becos: retrato da Rua do Meio na Feira Moderna (1950-1967)*, (2009).

Intendência de Feira de Santana registra em 05 de Julho 1917, ano de conclusão das obras dos prédios escolares, que

Um grupo de representantes populares dos povoados de Olhos D'Água, Sobradinho e outros lugares adjacentes deste município solicitaram o meu intermédio afim de encaminhar ao Governo do Estado as representações que junto envio a V. Ex. solicitando a criação de escolas mixtas nos mencionados logares. (Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. Ano 1917. Ofícios. 37).

Naquele contexto, a autorização de criação da cadeira de aula estava diretamente ligada à comprovação de *estatística escolar com mais de 30 creanças, dentro de uma circunferência do raio de um Kilometro, uma vez demonstrado que a escola mais próxima não fique ao alcance para ser pelo menos frequentada*¹¹⁴. Este número mínimo de creanças deveria ser comprovado via documentos oficiais do Conselho de Comarca ou Municipal. Seria então encaminhado ao Conselho Superior e este ao Governo do Estado.

Neste pedido da instalação das aulas/escolas nos povoados de Olhos D'Água e Sobradinho o Intendente seguindo os tramites enviou ao Conselho Municipal, que prontamente enviou os *mapas do censo* para o Conselho Superior de Ensino, situado na Capital. Contudo, o Conselho Superior de Ensino não aprovou os mapas que comprovariam a quantidade mínima de crianças em idade escolar, sem acesso a instrução nessas localidades, por causa da falta de documentos de registros comprobatórios da existência das crianças, mesmo com seus nomes constantes nos mapas escolares. O intendente Bernadino Bahia buscou articulações com o Juíz de Paz de Feira de Santana, para sanar as lacunas burocráticas para implantação da escola do subúrbio.

Tendo esta Intendencia de encaminhar ao Concelho Superior de Ensino, os mappas juntos representando a urgente necessidade da criação das escolas dos povoados de” Olhos d’ Água” e “Sobradinho”, districto dessa cidade, objetivos da maior importância e de utilidade publica incontestável, torna-se rigorosamente necessário que seja certificado o que constar dos assentamentos relativamente a cada uma das crianças constantes do mencionado mappa. (Ofício do Intendente Bernardino Bahia para o Juiz de Paz. Ofício n. 32. Ano 1918. Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. APMFS).

¹¹⁴ Decreto n. 1354, de 20 de janeiro de 1914, Art. 62 e 129 *apud* SANTANA, Elizabete. C. e MENEZES, Jaci. M. F. de. A Construção da Escola Primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos 1890-1930. Vol. 1. EDUFBA: Salvador, 2011.

A fonte registra que quase um ano depois, em 27 de Maio de 1918, o intendente ainda buscava junto a o Juiz de Paz a expedição das certidões das crianças sem registro, justificando que *a de falta de assentamentos nos livros do registro de cada uma das creanças constantes nos mappas, que notoriamente deficientes não impede que a certidão seja passada, uma vez que tenha a certeza da existência das mesmas, por conhecer os respectivos pais*¹¹⁵.

No mesmo dia, juntamente com o Promotor Público e Delegado Escolar residente, o senhor Everaldo Cruz, Bernadino Bahia, então intendente enviou ofício para o Conselho Superior de Ensino da Capital do Estado justificando que

Cumpro o dever de confirmar as expressões do esclarecido sr. Dr. Everaldo Cruz, promotor público e delegado escolar residente, cujos conceitos subscrevo: **os mappas anexos apresentam a mínima população infantil em idade escolar**, cujos pais residem nos próprios centros de populações alludidas. **Não haverá exagero assegurar que num raio mínimo de uma légua, a população escolar, de referencia, a cada um dos povoados referidos, fosse quádrupla, ou ainda maior.** Sabe muito bem que o emérito Conselho Superior **que a grande maioria da população por insanável ignorância, não registra o nascimento dos filhos**, cousa que e' infelizmente commum nos centros populosos e radicados costumes, onde o analphabetismo impera, o que e' muito notório e de correctiso, a bem dizer, impossível. **Dahi a falta de preenchimento da exigência legal de juntar as certidões de idade de todas essas creanças. Entretanto, pensa essa Intendencia que a falta irremediável das certidões, não impede que seja deferido o justo pedido de numerosos pais de família** impetrantes, uma vez que pelo Official do Registro Civil é attestada essa condição de cada qual delles, na impossibilidade de ser cumprida fielmente a disposição legal referente ao caso vertente. (Livro de Ofícios da Intendência de Feira de Santana. Ano 1918. Ofício n. 33, p. 73). Grifos pessoais.

Os *mapas estatísticos* enviados pelo *Conselho Escolar* feirense eram documentos/planilhas preenchidos com os dados da população infantil informados pelos pais através de recenseamento escolar. Depois deveriam ser registrados em livros apropriados somente para esse fim. Estes dados comprovavam ou não o numero de crianças que estavam em idade escolar fora da escola. A responsabilidade de fazer o recenseamento em localidades onde não existiam escolas era do Conselho Escolar Municipal ou da Comarca. No caso de Feira de Santana o Promotor Público, o Juiz de

¹¹⁵ Ofício do Intendente Bernardino Bahia para o Juiz de Paz. Ofício n. 32. Ano 1918. Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. APMFS.

Direito e o Intendente faziam parte do Conselho Escolar¹. Na Inspeção de Ensino que se concentrava ou o conhecimento e controle da situação do ensino: a coordenação do recenseamento, a elaboração de formulários (preenchidos pelos professores) para registro das estatísticas escolares, além de informações específicas que poderia requerer a qualquer dos responsáveis pela estrutura local.

Quanto a normatização desses procedimentos, Menezes e Santana (2011) apresentam que depois que a quantidade de crianças era registrada nos referidos mapas, outras informações deveriam ser comprovadas a saber: *os registros de idade*, um requisito determinante para confirmação dos dados do censo¹¹⁶.

Naquele incidente o Intendente agiu no papel de articulista ao travar com o Conselho Superior uma negociação para instalação das aulas para *favorecer as numerosas crianças daquellas localidades, na maioria filhos de operários e pequenos lavradores que habitam fora de portas da cidade, os quais fallecem de recursos para colloca-las nas escolas da sede.*¹¹⁷ O pedido de instalação foi atendido cinco meses depois, e em outubro de 1918 a criação das escolas foi efetivada.

Assim, para além do acesso a escola enquanto edificação material, a própria normatização era falha e dificultava o acesso, fosse pela exigência de comprovação de dados e pelo caráter privado com a manutenção de pagamentos de certas taxas como matrícula, uniforme e atestados, emperrando o acesso das camadas populares no cumprimento desses ritos normativos. Nos discursos civilistas veiculados nos jornais da época era recorrente esta temática da normatização das práticas e em consequência as dificuldades das crianças das camadas populares terem matrícula e frequência as aulas publicas

Instrução Pública. Concernente ao nosso respeito, na escola primária, a plena liberdade que os alumnos possuem de matricular-se em qualquer tempo de janeiro a novembro além de collocar o professor em dificuldades para classificá-los, porquanto quase sempre não são portadores do quantum integral de conhecimento exigidos, para qualquer dos cursos, em que a escola se acha insufficientemente dividida, pois na maioria, se apresentam desarmados vindos desses recantos onde as trevas preponderam com prejuízo da verdadeira luz – também dispersa no espírito [...] dos applicados e dos assíduos, a prevenção de uma patente injustiça. (Jornal Folha do Norte, 22 de Abril de 1911, p.01. Instrução Pública).

¹¹⁶Decreto n. 1354, de 20 de janeiro de 1914, Art. 62 e 129 *apud* SANTANA, Elizabete. C. e MENEZES, Jaci. M. F. de. A Construção da Escola Primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos 1890-1930. Vol. 1. EDUFBA: Salvador, 2011.

¹¹⁷ Livro de Registros de Offícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. Ano 1918. Offício. 65. APMFS.

Em Feira de Santana, apesar da representação de ser um *locus* privilegiado para a difusão da *verdadeira luz* as fontes indicam que os sujeitos das camadas populares pouco estiveram na cena urbana escolar das últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. Um dos espaços possíveis foi a denominada Escola de Pobres, regida pelo professor Geminiano Alves da Costa, a que o próximo capítulo se dedica.

Capítulo III: As Andanças de um *distinto professor*¹¹⁸: Geminiano Alves da Costa.

Constituir o professor Geminiano Costa como protagonista no processo de escolarização feirense foi possível através do trabalho com as fontes que nos permitiu destacar, mesmo de forma prematura, as experiências de um sujeito escolar negro feirense que atuou na instrução de meninos e homens trabalhadores em Feira de Santana. A possibilidade de destaque do sujeito Geminiano da Costa e suas experiências na difusão do saber letrado e não qualquer saber, mas o republicano foi possível, a priori, graças à importância dada a esse sujeito pelos impressos dos jornais feirenses, vigentes no período republicano. E à medida que estes impressos foram sendo garimpados, consolidou-se a possibilidade de destaque a Geminiano da Costa como protagonista em um determinado contexto.

Para isso, recorri a uma abordagem teórica que problematize a ação de Geminiano da Costa, a partir de pressupostos que protagonizem suas ações, assim como as ações repressoras de outros sujeitos que exerceram ações conjuntas no processo de escolarização feirense no intuito de uma instrução popular. Dialoguei com os conceitos de “experiência” trabalhados pelo historiador britânico, E. P. Thompson (1989) que permite discutir questões relacionadas a influência das experiências de classe, determinada pelo lugar na produção no qual os indivíduos nasceram. Segundo este, a “experiência” se constitui nas práticas sociais do ser social, ou seja, como os indivíduos estão dispostos nas estruturas de produção e como suas vivências são interpeladas por este posicionamento.

Enfatizar tal direcionamento não significa negligenciar outros aspectos do cotidiano dos sujeitos, e sim, que as vivências de trabalho, se constituíam enquanto elemento definidor de outras práticas cotidianas. Apesar de tratar da análise das ações de um sujeito específico, a pesquisa não leva em consideração apenas o indivíduo, mas se debruça sobre as redes de relações nas quais ele esteve inserido e as posições que ocupou em determinadas instâncias para entender como cada uma influenciou e colaborou na sua formação, como foi a escola, as associações filantrópicas, religiosas e políticas, já que compreendemos que os sujeitos escolares não devem ser pensados separados da sociedade, posto que a todo tempo estão estabelecendo suas visões de mundo, se relacionando com as diversas esferas da sociedade.

¹¹⁸ Referente ao Professor Geminiano Alves da Costa em notícia do Jornal *O Município* de 12 de março de 1911, p. 02, a propósito da aquisição de um museu escolar por parte do mesmo.

3.1. O professor e as experiências familiares como redes articuladoras: a família.

Verdadeira lição de civismo e perseverança foi essa que nos legaram os nossos maiores, inspirados no mais ardente desejo da sua liberdade política e do progresso moral e material da nossa querida Pátria [...]. E assim, compreendendo que, se era um direito da metrópole portuguesa tentar prolongar ou eternizar sobre nós o seu jugo, maior razão ainda nos cabia de pugnar pela nossa emancipação. Não foram vãos os nossos esforços, com olhos fitos, como fervorosos cathólicos, no symbolo da fé, a Cruz, a qual desde o principio sempre dominou o gigante americano, pois, apesar de luctas incessantes, durante quase três séculos, de nada prevaleceu tanto sangue derramado pelas côrtes de Lisboa no intuito inglório de reprimir o nosso justo anhelos. Salve 2 de julho de 1823.

Discurso do Professor Geminiano Alves da Costa intitulado, *2 de julho de 1823*, noticiado no Jornal *O Município* de 7 de julho de 1911, p. 01. BSMRG/Museu Casa do Sertão – UEFS.

Foi com esse discurso cívico-patriótico que o Professor Geminiano Alves da Costa se referiu o feito histórico das lutas de 02 de julho de 1823 na Bahia, através de um texto publicado no Jornal feirense *O Município* em 07 de julho de 1911, na página principal. Em sua fundamentação, o Professor priorizou dois pilares, a liberdade política e a fé católica, que no deslinde de seu escrito formaram os pressupostos para um possível *progresso moral e material da nossa querida Pátria*. Nessa Pátria, o filho de Constantino Alves da Costa e de Ruffina Bonfim Costa, nascido em Feira de Santana, cidade do sertão baiano, em 04 de dezembro de 1867, seis anos de sua elevação à cidade comercial de Feira de Santana, contando com uma população estimada em pouco mais de 30.000 pessoas.

Foi batizado quatro meses depois por sua tia paterna Adélia Alves da Costa, e pelo Major Cícero Carneiro da Silva, de quem se tornou genro em 1906 a propósito do casamento com Junília Carneiro da Silva.¹¹⁹ Em seu assentamento de batismo, datado de abril de 1868, consta como *filho natural* de sua mãe, que aparece com nome de solteira, Rufina Maria Aciolle Bonfim. A presença da tia paterna pode ter sido uma estratégia de reconhecimento da linhagem paterna, na ausência do mesmo.

Geminiano. Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de mil oitocentos e sessenta e oito, o Padre Epiphanyo Pereira da Silva Moraes, baptizou solenemente, Geminiano, do sexo masculino, com idade de quatro meses,

¹¹⁹ Inventário de morte de Geminiano Alves da Costa, 1925. Arquivo do CEDOC/PPGH/UEFS.

filho natural de Ruffina Maria de Aciolle Bonfim, sendo padrinho Cícero Carneiro da Silva e Adélia Alves da Costa. (Assentamento de Batismo de Geminiano Alves da Costa, n. 561, p. 68. Feira de Santana – Bahia. Registros da Igreja Católica, 1598-2007. Images. *FamilySearch*. <http://FamilySearch.org>; accessed 2016. Paróquias Católicas, Bahia, (Catholic Church parishes, Bahia).

Este assentamento de batismo que não consta o nome do pai de Geminiano, no lugar consta o nome da tia paterna *Adélia Alves da Costa*, o nome do pai foi evidenciado no registro de casamento de Geminiano da Costa com Junília Carneiro. Também não evidencia a categoria rácio-social do futuro professor Geminiano Alves da Costa, o permite afirmar como homem de cor, a documentação imagética que o registrou. Como nesta imagem em o professor é registrado com a postura ereta, com a mão direita sobre o peito como em atitude de patriotismo republicano, com seu olhar investido fixo e direto para a câmara, a roupa colocada de forma impecável, como se esperava no período de um professor¹²⁰. Um detalhe, ao lado de um aluno negro, posto de mesma forma, ereto.

Imagem 1



Geminiano Alves da Costa, à porta de sua escola/aula do sexo masculino, antes de 1917.

BSMRG: Museu Casa do Sertão/UEFS.

¹²⁰ Sousa, Ione. *Presença masculina na educação baiana do século XIX*. In: Revista do IGHBa, 2010.

Quando nasceu, a Província da Bahia tinha uma economia agroexportadora, com a venda no mercado internacional de produtos primários como fumo, açúcar, cacau, algodão e outros e a força de trabalho baseada no trabalho escravo. Destaque para o papel fundamental desempenhado pelo Porto de Salvador na abrangência de um mercado consumidor externo de matérias primas.

Em Feira de Santana, predominava uma economia de cidade rural, com um comércio transitório de varejista para atacadista, de casas comerciais que pertenciam às famílias de destaque econômico, como a família do Major Cícero Carneiro da Costa, padrinho de Geminiano Costa. Naquele contexto, a base de sustento dos pequenos comerciantes urbanos e rurais era funcionamento de um comércio de diversos produtos varejistas, a exemplo de tecidos e gêneros alimentícios, além de práticas de comércio de rua, comércio de feira livre. Atuavam ainda os profissionais artesãos e trabalhadores de pequeno porte que movimentavam a urbe. Na juventude de Geminiano da Costa, nos fins do século XIX, Feira de Santana era uma cidade comercial de base agropecuária.

As fontes analisados indicam que Geminiano Alves da Costa não foi um escravizado, mas nasceu 04 anos antes da Lei do Ventre Livre que foi promulgada em 1871, portanto provavelmente era filho de *pessoas de cor* livres. Fonseca (2001)¹²¹ ao analisar o processo de promulgação da Lei do Ventre Livre, destacou que a educação foi um dos aspectos importantes do debate não apenas em relação às crianças que nasceriam livres, mas também dos negros de um modo geral. Sua pesquisa evidencia o acesso de sujeitos negros ao ensino elementar antes da abolição formal da escravatura.

Para o contexto baiano, Sousa (2006, 2013, 2014)¹²² através da análise dos mapas de aulas públicas elaborados por professores na Bahia, evidenciou a presença de *sujeitos negros, os denominados de cor – pretos, pardos, mamelucos, mestiços, cabras e de cor índia – nas aulas públicas, elementares ou de primeiras letras, na Província da Bahia, alguns também antes da promulgação da Lei do Ventre Livre.*

¹²¹ FONSECA, Marcus Vinicius da. *Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro*, Editora Ação Educativa/ anped; SP, 2001, ao analisar essa relação entre a abolição da escravatura e a educação dos negros, tal como foi concebida durante o processo de escravismo no Brasil toma como ponto de partida a Lei do Ventre Livre para evidenciar e avaliar as experiências educacionais desses sujeitos.

¹²² SOUSA, Ione. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2006; SOUSA, Ione C. J. de. *As aulas noturnas para adultos: para os que pedem ao trabalho de cada dia satisfação de suas necessidades*, In: Ananias ET alii (orgs) *Temas sobre a Instrução Imperial II*, UFPB: 2014; SOUSA, Ione C. J. *Pobres e negros nas aulas públicas - província da Bahia-1842/1850*. Anais do VII CBHE/UFMT, Cuiabá, MT; 2013.

Estes dois autores fazem parte de uma vertente historiográfica que se empenhou em desmitificar a afirmativa generalista da proibição aos negros de adentrar as salas de aulas públicas; e de considerar que as experiências escolares desses sujeitos se deram apenas no período republicano. A partir desta proposição historiográfica é possível indicar que Geminiano Costa pode ter tido acesso a instrução ainda na infância em Feira de Santana, que desde a década de 1830 tinha aulas públicas, conforme informa Nunes (2003). Na década de 1830, para os anos de 1845 e 1846, Sousa (2009) encontrou mappas de aulas do sexo feminino e masculino, elaborados conforme normatizava o Decreto n. 172 de 1842.

Os mapas apresentavam os alunos em ordem alfabética, com enumeração visível, com o nome dos discípulos ou discípulas; a condição legal de legitimidade; a **côr** ou **qualidade**; idades; situação de vacinação variológica; profissão ou ocupação dos pais ou responsáveis; moradia. Sousa (2009, p. 07). Grifos pessoais.

Esta historiadora apresenta registros de duas aulas públicas na sede da Vila de Sant'Anna dos Olhos d'Água,

Regia a aula de meninos o professor Manuel Joaquim Sampaio Pedreira, com trinta alunos, vinte eram pardos. Destes, apenas sete eram legítimos. As mães, como regra, não tiveram a ocupação registrada, mas responderam por quatorze dos alunos, tendo três delas - Maria de tal e Maria de Jesus, com filhos pardos, e Teresa Maria de Jesus, com filhos brancos, cada uma com dois filhos nesta aula. (Sousa: 2009, p. 09).

Quanto à aula de meninas, era regida pela professora D. Josephina Sarmiento, da qual encontrou dois mapas.

No primeiro, de 1845, não registro **côr ou qualidade**. Felizmente em 1846 fora mais afeita às orientações da Presidência da Província e registrou suas alunas neste critério. Meio a meio, das vinte, dez foram registradas como brancas e dez como pardas. Este mapa da aula de meninas do ano de 1846 ainda registrou a profissão de sete mães –seis costureiras e duas que “botam negócio”. Destas costureiras, quatro eram

responsáveis por suas filhas pardas. Uma negociante também tinha uma filha parda. (idem).

Destas evidências levantadas por Sousa (2009), além da existência de aulas públicas desde a época destes mappas, a ressaltar a presença tão densa de crianças qualificadas como *pardas*, ainda que também pudessem ser mestiças de índios, o que aponta a longa marcha da educação de negros no Brasil, e em Feira de Santana. Na década de 1860, do nascimento do protagonista deste capítulo, contava a Villa com uma escola elementar para cada sexo, na sede. Apadrinhado por Cícero Carneiro da Silva, filho de José Carneiro da Silva, família de homens de cor, que fazia parte da elite comercial de Feira de Santana, como joalheiros, comerciantes de algodão e casas comerciais. Infere-se que Geminiano Alves da Costa de 1867 a 1889, recebeu educação financiada por esta família.

As fontes consultadas registram que no período inicial do regime republicano, a vida profissional de Geminiano Costa como professor primário começava. Até este estado da pesquisa não foram encontrados registros de ter feito o curso de formação de professor no Externato de Homens da Escola Normal da Província da Bahia.

A legislação que regulamentava o ingresso dos professores primários no início do século, na Bahia, que era a Lei de 24 de agosto de 1895, em seu Art. 22º normatizou que *Ninguém poderá exercer o magistério publico primário elementar sem que: exhiba diploma de alumno mestre, conferido pelas escolas normaes do Estado ou dos municípios.* Contudo, não era seguida com rigidez. Sousa (2006) encontrou diversas evidencias de professores adjuntos e substitutos contratados, inclusive empregados por ações de apadrinhamento na Bahia dos fins do século XIX. Geminiano da Costa pode ter conseguido um contrato de professor sem ter o diploma de *alumno –mestre*, até nos concursos para substitutos de que trata Sousa (2006).

Geminiano Alves da Costa foi nomeado pelo Conselho Municipal de Feira de Santana professor da *segunda escola do sexo masculino da cidade de Feira de Santana em 31 de dezembro de 1895*¹²³ para exercício no Distrito de Bom Despacho. Doze anos depois foi transferido para assumir a *segunda cadeira do sexo masculino da cidade de Feira de Sant’Anna* em 1907¹²⁴ alguns meses após o casamento com a filha do Major Cícero Carneiro da Silva, também seu padrinho de batismo.

¹²³ Livro de Assento de Professores de Feira de Santana. Data Limite: 1896 – 1915. APMFS.

¹²⁴ Idem, Data Limite 1896 – 1915. APMFS.

Casou com *dispensa de impedimento de consaguinidade de 2º grau da linha collateral igual*¹²⁵ o que indica um nível de parentesco entre os nubentes. Cícero Carneiro era um homem de cor, um negro, conforme dados iconográficos de seu filho Tertuliano Carneiro¹²⁶. Isto também o indica a prática de profissão de fé ao santo negro Benedito na Irmandade de São Benedito e Associação São Vicente de Paulo em Feira de Santana.

Os dados indicam é que o sogro de Geminiano Alves da Costa era comerciante bem sucedido em Feira de Santana. O patrimônio avaliado a partir dos lançamentos no *Livro de Indústrias e Profissões da Intendência de Feira de Santana* em 1890 o registra como envolvido em negócios no ramo de *casa comercial, comércio de vinagre, torrefação de café, estribaria, comércio de transporte de água*¹²⁷ e com um número considerável de casas de alugueis nas ruas centrais da urbe. Tinha também muitos imóveis declarados nos *Livros de Ocupação de Casa Comercial de Feira de Santana* de 1890, no *Livro de Foros da Intendência Municipal* (de 1888, 1889 e 1906); e no *Livro de Lançamento de Indústria e Profissões da Intendência Municipal*, de 1917, em nome de Cícero Carneiro da Silva.

Quadro 5¹²⁸

Imóveis em nome de Cícero Carneiro da Silva.

Nº de Identificação Municipal ¹²⁹	Endereço	Propriedades nesta rua
11, 16, 92,94,96,124 ¹³⁰	Rua Conselheiro Franco	05

¹²⁵ Assentamento de matrimônio de Geminiano Alves da Costa e Junília Carneiro da Costa. Livro de Registros de Matrimônios. p. 196. Ano 1906. Feira de Santana – Bahia. Registros da Igreja Católica, 1598-2007. Images. *FamilySearch*. <http://FamilySearch.org>; accessed 2016. Paróquias Católicas, Bahia, (Catholic Church parishes, Bahia).

¹²⁶ Em anexo neste trabalho.

¹²⁷ Livro de Lançamento de Indústrias e Profissões da Intendência de Feira de Santana do ano de 1890; Livro de Lançamento de Indústrias e Profissões dos anos de 1916 e 1917 (livros separados); Livro de Registro de Matrículas da Intendência Municipal do ano de 1917 a 1922. APMFS.

¹²⁸ Livro de Foros da Intendência Municipal de 1888, 1889 e 1906, p. 01, 07, 14, 20, 25, 89; Livro de Lançamento de Indústria e Profissões da Intendência Municipal de 1917; Livro de Ocupação de casa comercial da Intendência de Feira de Santana, 1890. APMFS.

¹²⁹ Pela ordem em que aparecem nas listas dos referidos Livros de Registros da Intendência Municipal, as quais apresentam uma planilha com dois números de identificação, o número da repartição pela ordem de organização dos *Livros* e o número de identificação municipal que se referia ao número que aparecia na frente das casas. APMFS.

¹³⁰ A casa de n. 124 aparece no *Livro de Foro de 1888-1889*, como pertencente aos *herdeiros de José Carneiro da Silva*, pai de Cícero Carneiro da Silva, mesma residência de cerimônia do casamento de Geminiano Alves da Costa em 1906.

15, 16, 17	Rua dos Remédios	02
75, 107	Rua General Osório	02
92, 94	Praça do Comércio	02
03, 23	Rua Duque de Caxias	02
22, 28	Rua Manoel Victorino	01
17, 19, 21	Rua 24 de Maio	03
S/N	Travessa de Santana	01 terreno 36m x 50m ¹³¹
	Total de imóveis em ruas comerciais	16

Em 1907 alugou uma casa à Intendência, mesmo ano da transferência deste professor para a sede do município, para o funcionamento de uma escola primária que aquele passou a dirigir¹³², a casa de número 15¹³³, na Rua dos Remédios.

O contrato de aluguel foi feito no governo de Tito Ruy Bacellar - aliado político e amigo de Agostinho Fróes da Motta. Cunha(2013; 28) informa que fora a pedido de Tito Ruy Bacellar, que Agostinho Fróes da Motta ganhou o título de Coronel da Guarda Nacional em 1903.

Era uma rede de alianças e proteção de longa data, a destacar a proximidade de parentesco de Geminiano da Costa com o Major Cícero Carneiro da Silva, que Pereira(2010; pg 36) indica ser até 1889 negociante de pedras, tendo sido depois vereador e conselheiro municipal na República, que era seu padrinho de batismo, além de existir *consequinidade* entre as famílias evidente na necessidade de desobriga nupcial.

Da mesma forma, o Major Cícero Carneiro da Silva nutria uma amizade política com o Coronel Agostinho Fróes da Motta um dos homens mais poderosos de Feira de Santana. Os pecúlios de Cícero Carneiro da Costa não se nivelavam com a fortuna de seu amigo Agostinho Fróes da Motta mas ele teve prestígio suficiente para proteger seus familiares.

¹³¹ Segundo consta nos registros de Ocupação de Casa Comercial da Intendência de Feira de Santana. Ano 1890. APMFS.

¹³² Livro de Atas do Conselho Municipal de Feira de Santana, 1906 a 1920. APMFS.

¹³³ Jornal O Propulsor, 20 de Janeiro de 1907, p. 01; Jornal O Município, 29 de novembro de 1908, p.02; Livro de Ofícios da Intendência de Feira de Santana 1915 a 1920, p 62. Ofício 76: 27 de novembro de 1917.

Cunha (2013, p. 30) que investigou as elites feirenses destaca que a família Carneiro tinha destaque econômico e se enfileirou entre as famílias mais abastadas de Feira de Santana, mas que Agostinho Fróes da Motta possuiu um patrimônio *muito maior, que era imenso. Casas de aluguel, imóveis, fazendas, terrenos, cabeças de gado, carros, máquinas, promissórias de empréstimos para receber, obras de artes*, entre outros. Para se ter idéia da dimensão da riqueza de Agostinho Fróes da Motta, ele criou um banco para cobrar e receber os aluguéis de suas propriedades. Em vários processos-crimes e cíveis ele é registrado cobrando empréstimos, promissórias, pagamentos atrasados, devolução de produtos roubados por funcionários, entre outras questões.

Quanto à casa alugada funcionou como escola até o final de 1917, quando os prédios para as escolas isoladas foram inaugurados, assim registrado no livro de ofícios que *a partir de 1º de Dezembro próximo, o Município deixará de responsabilizar-se pelo aluguel da casa de vossa propriedade, onde funcionava a escola municipal sob a direção do sr. Professor Geminiano da Costa*¹³⁴.

Cícero Carneiro enquanto comerciante não teve prejuízo com o término do aluguel à intendência para escola de seu genro para o novo prédio municipal. Ao contrário, para construção do edifício escolar fora negociado sob escolha de Agostinho Fróes da Motta 04 casas na Rua dos Remédios, no seu término, já bem perto da Praça General Argollo. E uma dessas casas, classificadas na documentação como *casebres e pardeiros*¹³⁵ pertencia a Cícero Carneiro da Silva, a de número 17, localizada ao lado da casa onde funcionava a escola de Geminiano Alves, a de número 15.

Nesta transação os vínculos de solidariedade pessoal, as alianças interpessoais e intergrupais influenciaram o processo de compra e venda de terrenos, assim como a carreira no magistério no do professor Geminiano Alves Investigar suas relações familiares com o Major Cícero Carneiro da Silva, que era amigo de Agostinho Fróes da Motta, permitiu encontrar suas experiências como sujeito histórico, conforme a premissa de Thompson (1981, p.182),

(...) que é nas evidências que os sujeitos históricos surgem não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtiva determinadas como (...) interesses e antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência na sua

¹³⁴ Livro de Ofícios da Intendência de Feira de Santana 1915 a 1920, p 62. Ofício 76: 27 de novembro de 1917.

¹³⁵ Livro de Registros de Ofícios da Intendência de Feira de Santana de 1915 – 1923. Ano 1915. Ofício n. 53.

consciência e na sua cultura(...) das mais complexas maneiras (...) em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

O registro de óbito registra que Geminiano permaneceu casado com a dona de casa Junília Carneiro da Costa por 14 anos, de 1906 a 1920, com quem teve três filhos: José Carneiro da Costa, com 15 anos de idade a época do óbito do pai; Maria de Lourdes Carneiro da Costa, com 14 anos de idade; e Paulo Carneiro da Costa com 08 anos de idade¹³⁶.

De Maria de Lourdes, uma notícia no o jornal *Folha do Norte* em virtude de seu aniversário de 16 anos, em 1921, a destacou como a filha *do finado e ilustríssimo professor Geminiano Alves da Costa, que grandes contribuições trouxe a instrução feirense*¹³⁷.

Paulo Carneiro da Costa foi aluno da Escola Normal de Feira de Santana em 1935, tendo estudado no curso de formação para professor primário e se diplomado¹³⁸.

O professor Geminiano Costa morreu em 1919, com 52 anos de idade, de uma doença que os dados constantes em seu inventário de morte indicam ter sido alguma moléstia do aparelho digestivo. Receituários assinados pelo Dr. Macário Cerqueira, médico da família, constantes no inventário, informam que de setembro de 1917 a agosto de 1919 os medicamentos listados *como dívida em nome do Professor na Farmácia de João Barbosa e Cia*¹³⁹, aviados pelo farmacêutico João Barbosa¹⁴⁰, indicam tratamento de males digestivos e fortificantes a exemplo da *Emulsão de Scott*¹⁴¹, do *Purgante de aguardente Alemã* e *Água de cal*, utilizada na época como cicatrizante de úlceras, dentre outros medicamentos. O período destas dívidas indicam que a enfermidade acometeu o professor Geminiano da Costa no ano de 1917. Na lista de notas somaram-se compras de medicamento, atendimento médico em domicílio e promissórias de receitas, além de

¹³⁶ Inventário de Morte do Professor Geminiano Alves da Costa, 1925. Arquivo: CEDOC/UEFS.

¹³⁷ Jornal Folha do Norte, 02 de julho de 1921, p.01. *Anniversariantes*.

¹³⁸ CRUZ, Marcela Serra Paul. *O masculino na Escola Normal de Feira de Santana e a formação de professores 1927-1941*. Monografia/UEFS, Feira de Santana, TCC em História. Orientação Prof^a Dr^a Ione Sousa. Defesa 09 de maio de 2016.

¹³⁹ Inventário de Morte do Professor Geminiano Alves da Costa, 1925. p. 18. Arquivo do CEDOC/PPGH/UEFS/BA.

¹⁴⁰ Livro de Indústria e Profissões de Feira de Santana, 1917 – 1920. Ano 1917. p. 008. Número de Registro 209. APMFS.

¹⁴¹ Medicamento muito aparecido nas folhas de propagandas dos jornais feirenses. Era feito de óleo de fígado e oferecido como fortificante, receitado como curativo de fraqueza e problemas do estômago e intestino.

atestados médicos¹⁴², que foram adicionadas no Inventário aquelas referentes aos preparativos do velório e o enterro. Todas em nome de Geminiano da Costa e assinadas por Junília Carneiro, quitadas pela referida viúva, com ajuda de seu procurador legal Arthur Fróes da Motta.

Além da família que teve com Junília Carneiro, Geminiano da Costa deixou um irmão, João Alves da Costa, noticiado na ocasião da sua morte como *irmão do digníssimo professor*¹⁴³. João Alves da Costa exercia naquele momento a profissão de cabeleireiro, segundo Livro de Indústria e Profissões de Feira de Santana (1917-1922)¹⁴⁴. Tinha uma casa na Rua Calumby, s/n¹⁴⁵, zona suburbana da cidade¹⁴⁶.

Silva (2012) encontrou uma evidência de João Alves da Costa de testemunha a propósito de um delito envolvendo dois trabalhadores no Mercado Municipal, que resultou causou na morte de um dos envolvidos em dezembro de 1919. João Alves da Costa se *declarou com 48 anos de idade e com profissão de artista*, classificação laborial utilizada para as profissões manuais que exigiam mais habilidade do artífice como marceneiro, sapateiros, ferreiros.

Socialmente fazia parte da mesma irmandade de maioria negra, a Conferência de São Benedito da Sociedade São Vicente de Paulo que Geminiano da Costa, e assumiu nesta instituição as aulas noturnas no lugar de seu irmão, sem que exista algum indicio de ter cursado uma formação específica ao magistério.

A rede de sociabilidades vivenciadas por Geminiano Alves nos indicou, ao contrário da hipótese inicial que delimitei da existência de sujeito escolar isolado em um contexto específico, uma família de negros letrados e uma possibilidade de ter existido *uma elite de cor*¹⁴⁷ ou *elite negra*¹⁴⁸ em Feira de Santana, inserida nas diversas instituições feirenses do período.

¹⁴² Inventário de Morte do Professor Geminiano Alves da Costa, 1925. p. 19, 20, 21. Arquivo do CEDOC/PPGH/UEFS/BA.

¹⁴³ Jornal folha do norte, 05 de novembro de 1921, p.03. Arquivo Digitalizado. BSMRG/Museu casa do Sertão. UEFS/BA.

¹⁴⁴ Livro de Indústria e Profissões de Feira de Santana, 1917-1922. Página 009. Número de registro 233. APMFS.

¹⁴⁵ Livro de Ocupação de Casa Comercial da Intendência de Feira de Santana, 1890. Rua Calumby. APMFS.

¹⁴⁶ SILVA, Mayara. P. Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana. Dissertação de Mestrado, FSA, UEFS, 2012.

¹⁴⁷ Termo clássico utilizado por Thales de Azevedo para analisar negros que detinham boa condição sócio econômica em Salvador até a década de 1950, advindas da habilidade como artífices e artistas em profissões manuais ou através de carreiras do letramento, como médicos, advogados, farmacêuticos, engenheiros e professores/as.

3.2. Outras redes de sociabilidades: a membresia nas confrarias feirenses de São Benedito e São Vicente de Paulo.

O analisar as inserções de Geminiano Alves da Costa como parte de uma elite negra feirense que viveu no pós-abolição, parte do seu lugar de nascimento como livre, que não fora diretamente submetido às relações de exploração escravista¹⁴⁹.

Sobre esta questão Fraga (2006) aborda o período da pós-abolição no Recôncavo da Bahia acompanha as formas *como os sujeitos oriundos da escravidão burlaram e articularam com os entraves para suas inserção no mundo alforriado*. O autor trás evidencias *que a população egressa da escravidão procurou acionar politicamente suas prerrogativas de liberdade, rejeitando situações que julgavam incompatíveis com a nova condição*.

Uma das táticas foi mudar para outras localidades, *formando uma população flutuante e migratória para outras localidades do Recôncavo e as cidades que constituíam importantes pontos de ligação entre Salvador e as localidades mais distantes do litoral, chamadas de Sertão, como Feira de Santana*, adotando outro sobrenome, ou pelo aprendizado de uma nova profissão ou o reaproveitamento das experiências profissionais na escravidão.

As fontes registram que uma das formas de inserção de Geminiano Alves da Costa nas redes de sociabilidades feirenses foi pela da Irmandade de São Benedito, pela Conferência de São Benedito da Sociedade São Vicente de Paulo e na Sociedade Monte Pio dos Artistas Feirenses, nas quais exerceu cargos em associações. Sobre estas instituições sociais, Costa e Silva (1981)¹⁵⁰ indica que na Bahia em fins do século XIX,

¹⁴⁸ REIS, utiliza esta expressão para análise de Caitite. A apropriação do mesmo possibilita compreender as experiências de Geminiano Alves da Costa nas alianças com outros sujeitos negros feirenses da época, Cícero Carneiro, Agostinho Fróes da Motta e Tertuliano Carneiro, que podem ser considerados membros de uma elite negra, alfabetizada e letrada, que exercia, naquele contexto específico do século XIX, no interior da Bahia, alguma forma de poder.

¹⁴⁹ Fraga (2006). Op.cit

¹⁵⁰ COSTA e SILVA, Maria Conceição B. da Costa e. *A Sociedade Monte Pio dos Artistas: um momento de mutualismo em Salvador*. Dissertação de Mestrado/UFBA (1981), as confrarias surgiram na Europa como associações formadas por 'homens livres' para se ajudarem mutuamente tanto no material como no espiritual, tratando-se como irmãos. A autora indica que já em fins do século XI, encontra esse tipo de associativo entre trabalhadores urbanos, reunidos por profissão. Modelavam-se nas corporações mercantis e nas as irmandades do Rosário.

esse tipo de grupo associativo era encontrado entre trabalhadores urbanos, reunidos por profissão.

Especificamente na região do Recôncavo baiano, Reis (1996) investigou sobre as Irmandades Católicas constituídas por negros, lançando mão de documentação escrita produzida por essas sociedades. Destacou as confrarias e irmandades como instituições de ajuda mútua, *em torno das quais os negros se agregaram de forma mais ou menos autônoma ainda no período da escravidão*.

Reis (1996) ainda apontou para a importância dessas associações como espaços de relativa autonomia negra, e que também funcionavam como sociedades de ajuda mútua. Seus associados contribuíam com joias de entrada e taxas anuais, recebendo em troca assistência em suas diferentes necessidades.

Segundo Silva (2014), as Irmandades eram devoções de leigos que tinham um santo padroeiro, festejado anualmente, além de se constituírem, em espaços de sociabilidade. Ainda no período colonial, a Igreja Católica, visando a catequese de negros e indígenas, criou no território brasileiro associações como a Irmandade de São Benedito, dentre outras. Essas confrarias negras se alastraram em toda costa e no sertão em decorrência do trabalho missionário do clero católico e se constituíram em Feira de Santana no século XIX.

Sobre as confrarias no cotidiano feirense, a autora indica a membresia da associação composta por uma maioria de *pretos de prol, de conceito, artífices de prestígio, em plena ascensão social. Brancos dela faziam parte*¹⁵¹. Ambas as associações não faziam restrições para analfabetos ou trabalhadores. Contudo, considera que a *Irmandade de São Benedito apresentou-se mais estática* ao cobrar uma taxa para autorizar o ingresso de interessados na membresia, além de uma taxa fixa anual, o que dificultava o acesso dos menos possuídos financeiramente¹⁵².

A *Conferência de São Vicente de Paulo* seria mais flexível neste aspecto de taxas. Apesar de também sustentar requisitos de seleção, priorizava *a caridade aos menos favorecidos fora dos muros da associação*. Para a admissão de um sujeito como membro, ambas exigiam o cumprimento de requisitos como professar a fé católica e ser proposto por um membro da associação ou pedir autorização da mesa diretora via petição escrita. As fontes indicam que Geminiano Alves em 1903 se tornou membro da *Irmandade de São*

¹⁵¹ SILVA, 2010, p. 133.

¹⁵² PEREIRA *O Glorioso São Benedito...* op. cit. 2010, p. 36.

Benedito, fundada em Feira de Santana em 1863¹⁵³; e da **Conferência do Glorioso São Benedito de São Vicente de Paulo** fundada em Feira de Santana naquele mesmo ano de 1903.

Pereira, (2010) explica as diferenças entre as duas associações, ambas tendo patrocinador o santo católico da ordem dos franciscanos, São Benedito. Contudo, a Conferência além deste, prestava o culto também a São Vicente de Paulo. Segundo a autora a **Irmandade de São Benedito** sustentou em seus princípios regras *mais estatizadas do ponto de vista da inserção do sujeito como membro, como a cobrança de taxa anual e um rito de comportamento moral de boa conduta moral e viver de alguma profissão, emprego ou industria perfeitamente lícita, não estando casado somente pelo civil* (p. 32). Além disto, a **Irmandade de São Benedito** prescrevia atos de bondade e caridade para com seus semelhantes.

Já a **Conferência de São Benedito da Sociedade São Vicente de Paulo** considerava a caridade o princípio mais importante dentro da associação, apresentando características de agremiações caritativas. Segundo Pereira (2010), tinha um caráter mais assistencial de socorro aos desvalidos.

Os jornais pesquisados¹⁵⁴ informam que também foram membros da primeira e confrades da segunda com seu padrinho Cícero Carneiro da Silva, Agostinho Fróes da Motta e seu cunhado, o cônego Tertuliano Carneiro.

No início do século XX Geminiano da Costa já galgava cargos de destaque dentro da **Irmandade de São Benedito**. Participou em 1905 da primeira eleição para diretoria da referida disputando o cargo na chapa do sogro, mas perdeu as eleições, constando na urna o total de um 01 voto, o seu próprio voto¹⁵⁵.

Após esta derrota inicial, Geminiano Costa sempre ocupou cargos como o de secretário e o de tesoureiro da **Irmandade de São Benedito**¹⁵⁶, que necessitavam de habilidades do letramento como ler, escrever e contar bem. Anos após sua ascensão ao

¹⁵³ SILVA, 2010.

¹⁵⁴ Conforme dados do Jornal Folha do Norte, 30 de março de 1912, p. 02. *Festa de São Benedicto*. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS.

¹⁵⁵ *Idem...* op. cit. 2010.

¹⁵⁶ Jornal *O Município*, 30 de abril de 1911, p. 01. *Irmandade de S. Benedito*. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

cargo de diretor da Irmandade se deu em 1915, depois de eleição concorrida também contra seu sogro, vencida com considerável diferença de votos¹⁵⁷.

Na Conferência São Vicente de Paulo, as fontes de jornais indicaram que em 1911 ocupou o cargo de presidente da associação¹⁵⁸, período em que já ocupava o cargo de secretário da *Irmandade de São Benedito*. Em todos os cargos que ocupou, como secretário ou tesoureiro, dividiu a mesa diretora com seu sogro Cícero Carneiro ou com seu cunhado Tertuliano Carneiro.

Neste período de 1905 a 1915 enquanto não atingia a presidência da Irmandade, dois eventos demarcaram sua trajetória dentro das associações: o casamento com Junília Carneiro da Silva em 1906; e o retorno a Feira de Santana de Tertuliano Carneiro da Silva, seu cunhado, em 1907 como padre, depois de ter se formado novo sacerdote¹⁵⁹.

Contudo, os indícios apontam que Geminiano Alves da Costa não esteve atrelado a cargos de distinção naquelas instituições pela simples assunção do posto, ao contrário foi tão presente nos assuntos relacionados ao princípio da caridade e assistência ao desvalido, quanto nos assuntos que diziam respeito ao letramento dos pobres. Em 1910, o jornal *O Município* noticiou que

Acha-se encarregado pelo Concelho Central da Sociedade S. Vicente de Paulo da Capital para receber donativos daquellas pessoas a quem o mesmo Concelho se dirigiu por cartas, o professor Geminiano Alves da Costa, que nos pediu que fizéssemos publico que até o dia 18 do andante devem ser remetidos os referidos donativos afim de ter logar a kermesse em principio do mês vindouro.(Jornal *O Município*, 12 de novembro de 1910, p. 02).

Essa responsabilidade foi deliberada pelo Conselho da Central, da Sociedade S. Vicente de Paulo, localizada na Capital do Estado, articulação que o promoveu a um posto de prestígio junto aos confrades do Conselho Central e os confrades feirenses, um ano antes de ganhar as eleições para a presidência da Sociedade. Com referência ao socorro aos desvalidos do analfabetismo, na emergência das demandas de letramento de

¹⁵⁷ *Ibidem...* op. cit., 2010, p. 57.

¹⁵⁸ Jornal *O Município*, 07 de outubro de 1911, p. 03. *Sociedade São Vicente de Paulo*. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

¹⁵⁹ Jornal *O Progresso*, 03 de novembro de 1907, p. 01. *Padre Tertuliano Carneiro*. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

trabalhadores pobres e negros, que existiam desde o início do século XX¹⁶⁰ através da instituição de aulas noturnas.

Estas, primeiro funcionaram como *Escola do Centro Operário de Feira de Santana*. A partir de 1903¹⁶¹, dirigida pelo Professor Geminiano Alves da Costa, reabriram com a denominação de *Escola Noturna da Sociedade São Vicente de Paulo*, em 1907, com a assunção das aulas pelo farmacêutico e confrade Saturnino Luiz Boamorte¹⁶². Posteriormente, em 1908, estas aulas da *Escola do Centro Operário de Feira de Santana* foram assumidas pelo Professor Geminiano Alves da Costa. A partir de 1914 foram denominadas *Escola para Pobres*, assim grafado no livro de matrícula e nos anúncios dos jornais.

O cruzamento das fontes, permitiu discernir que a *Escola do Centro Operário*, quanto a *Escola da Sociedade São Vicente de Paulo*, e posteriormente a *Escola para Pobres*, foram etapas de uma única proposta de escola para as camadas de pobres e trabalhadores feirenses, mudando apenas a denominação. Nas interrupções no funcionamento estão os conflitos entre a Intendência de Feira de Santana e a *Conferência de São Vicente de Paulo* para recebimento de pecúlio para auxílio da manutenção das aulas em 1904¹⁶³.

De acordo com Pereira (2010) as aulas noturnas da *Sociedade São Vicente de Paulo* eram divididas em dois momentos: no primeiro o ensino de primeiras letras. No segundo, com a ajuda de outro confrade, as aulas de catecismo, um vez na semana.

Em 1911 assumiu a presidência da *Conferência de São Vicente de Paulo*, na qual assumiu não apenas passou a ministrar a aula noturna primária para trabalhadores pobres, mas utilizou as relações de influência dentro das associações para defender maiores oportunidades de *instrução popular*, como era denominada na época, casada com o trabalho, proposta já antiga entre diversos educadores e filantropos. *Em sessão de assembleia geral o sr. presidente Geminiano Alves da Costa regozijou-se com os presentes*, mas lembrava de que defender mais amplas ações quanto a difusão da instrução

¹⁶⁰ Livro de Matrícula da Escola da Sociedade São Vicente de Paulo de Feira de Santana. Arquivo do Arcebispado de Feira de Santana. Centro Paroquial de Feira de Santana. Consulta em fevereiro de 2015.

¹⁶¹ Livro de Matrícula da Escola Noturna da Sociedade São Vicente de Paulo. Consulta em fevereiro de 2015.

¹⁶² Jornal *O Progresso*, 26 de maio de 1907, p. 03. *Sociedade São Vicente de Paulo*. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

¹⁶³ PEREIRA... op. cit., 2010, p. 55.

Não é só com a esmola, que muitas vezes, **encoraja o ócio e o vício**, que se deve praticar tão doce virtude, **mas distribuindo a instrução e o trabalho e com outras obras de edificação**. **Lembro que se deve restaurar a antiga escola**, com auxilio de todas as sociedades religiosas e **profanas desta cidade**, e, por si, **estará pronto a auxiliar naquillo que as suas forças permittirem, finalmente necessita de uma tenda, ainda mesmo que seja nocturna, iniciando assim uma casa de educação profissional nesta cidade** [...] (Jornal *O Município*, 7 de outubro de 1911, p. 03). Grifos pessoais.

Para ele a *caridade* não deveria se limitar a alimentar, pesar as feridas, agasalhar, mas também dar a *instrução, o trabalho e as obras de edificação*,¹⁶⁴ apesar de defender a parceria das *insituições religiosas e profanas*.

Como era comum na época nestes momentos de publicização, Geminiano Costa expoes publicamente seus ressentimentos, protestos e reclames, nesta festividade quanto à sua concepção de caridade. Sobre esta questão da demanda de escolas noturnas por parte dos trabalhadores feirenses, Agostinho Fróes da Motta defendeu no Conselho Municipal a implantação de *escolas populares para a população menos abastada*¹⁶⁵ no seu primeiro mandato como Intendente. Aos membros do Conselho Municipal Agostinho Fróes da Motta informou que,

[...] observa-se no subúrbio, grande quantidade de crianças em idade escolar sem frequência que não as frequentam, **ordinariamente pela escassez de recursos reunida a negligencia de paes menos favorecidos e ignorantes**. Cogita esta Intendência abrir taes inconvenientes, prestando assistencia espiritual mais pronta e mais efficaz a esses nossos concidadãos secundando os patrióticos esforços de beneméritos patrícios, dando franco combate ao analfabetismo. [...] julga a Intendencia a criação nesta cidade e subúrbios em logares considerados os mais convenientes de escolas **para adultos e crianças, estas mixtas e diurnas**, podem ser construidas pela verba destinada a instrução e economias destinadas em outras verbas. (Livro de Ofícios da Intendência de Feira de Santana. Ofício n. 119. Ano 1916. APMFS). Grifos pessoais.

Apesar do aparente discurso benevolente de ampliar o acesso a instrução para as populações pobre, Agostinho Fróes da Motta reproduziu nesta fala o lugar e de representante das camadas mais abastadas, ao se referir *a ignorância das populações*

¹⁶⁴

¹⁶⁵ Livro de Ofícios da Intendência Municipal de Feira de Santana, 1915 a 1923. Ano 1915. Ofício n. 50. APMFS.

menos favorecidas como causa do analfabetismo. A destacar a proposição de criar escola noturna por Agostinho Fróes da Motta nos subúrbios, o que ainda não fora encontrado na documentação oficial de outros intendentos.

Esta defesa do professor Geminiano Costa da instrução de pobres em aulas noturnas, com caráter profissionalizante, assim como o discurso do Coronel Agostinho Fróes da Motta, se inseriam numa demanda mais ampla, que percorria o país.

Por outro lado, estavam inseridos na teia de relações sociais e políticas em Feira de Santana e por ações políticas ou pelo compromisso filantrópico das associações das quais fizeram parte. Assim, Geminiano Costa assumiu posturas de defesa de uma instrução que alcançasse o grosso da população adulta em Feira de Santana, fazendo críticas à instrução feirense e aos seus responsáveis por não investirem os devidos esforços para garantir tal acesso.

3.2.1. A membresia na Sociedade Monte Pio dos Artistas Feirenses.

Além da Irmandade de São Benedito e da Conferência de São Benedito de São Vicente de Paulo, Geminiano Costa atuou também como membro da *Sociedade Monte Pio dos Artistas Feirenses*, desde o início do século.¹⁶⁶ Essa Sociedade foi fundada em Feira de Santana em 1876 pelo Padre Ovídio Boaventura¹⁶⁷ e sustentou entre os seus princípios a assistência mútua entre seus membros e familiares.

Costa e Silva (1981) pesquisou a Monte Pio dos Artistas em Salvador e destacou o caráter caritativo dessa associação para os seus membros. Entre os objetivos dessa associação destacou que

O socorro mútuo entre os sócios, prioridade assinalada no artigo 19 do estatuto que lhe deram os fundadores [...] tem por fim ajuntar um capital adquirido por meio de joias, prestações mensais e donativos, que será empregado nos benefícios e justos fins de socorrer os associados. [...] socorrer a aquelles de seus sócios que por molestia, ou alguma outra circunstância prescripta d'estatutos se acharem impossibilitados de

¹⁶⁶ Jornal *O Progresso*, 15 de Outubro de 1907. p. 01. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

¹⁶⁷ Segundo SANTOS, (2010), era filho da prestigiada família dos Boaventura, e ocupou e reproduziu o lugar de aristocrata e privilegiado. Padre Ovídio fundou algumas associações filantrópicas em Feira de Santana, a exemplo da Monte Pio e do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, para meninas órfãs, a partir de mecanismos paternalistas no intuito de controlar e vigiar os pobres, ofertando-lhes instituições de caridade, *paternalisticamente sustentadas pelas esmolas e caridades dos fazendeiros e grandes comerciantes de Feira de Santana* (p.147).

proverem aos meios de subsistência: assim como as viúvas, os orphãos... e as mães e irmãs dos sócios que falecerem sem deixar filhos. [...] Três aspectos integram-se a essa assistência financeira: o sócio doente, o sócio que morre, e a pensão familiar, como forma de suprir o ganho do cabeça da família que não mais existe. Com prioridade, a doença que impossibilitava ao associado de maneira permanente prover pela arte sua arte, as suas necessidades. (Silva: p.38, 39, 50).

Silva (2010) para Feira de Santana afirma que o *Monte Pio era decentemente organizado, com estatutos elaborados em 1881 e ‘todos os artífices dignos poderiam ser membros do Monte Pio, dos sexos ambos, de qualquer nacionalidade’*¹⁶⁸. Seus objetivos era garantir auxílios mútuos a seus associados e familiares em situações pouco promissoras.

Silva (2010) afirma que *numa época em que não havia benefícios da Previdência Social, as viúvas pobres recebiam o pecúlio deixado por seus maridos, “pouco, mas certo”*. Contudo, para a autora, Montepios e Círculos Operários de origem católica era *uma espécie de antídoto à crescente organização da classe operária dos fins do século XIX*.

Geminiano Alves da Costa esteve ligado a esses movimentos de organização de trabalhadores, tanto por dirigir a Escola do Centro Operário, por atuar na Escola para Pobres da Sociedade São Vicente de Paulo; e por dar aulas a operários feirenses, enquanto por ser membro na Sociedade Monte Pio dos Artistas Feirenses. Nesta, participou como membro até sua morte, e dividiu o *rol* de membros com *Tertuliano Carneiro, Agostinho Fróes da Motta, o Capitão Leoncio Evangelista, Jacynto Ferreira, o juiz de Direito da cidade em 1909*¹⁶⁹ e outros nomes de destaque político e econômico feirense, sujeitos pertencentes aos setores da elite comercial e agropecuária feirense.

Mas existia nesta associação também de uma variedade de sujeitos, artistas e artesãos, que enxergavam o acesso aos processos de inserção social por meio da atuação nas associações. O irmão de Geminiano Alves da Costa era *artista* exercia a profissão de cabeleireiro¹⁷⁰, João Alves da Costa assumiu as aulas da Escola para Pobres depois da morte do Professor em 1919, o que nos indica que os dois faziam parte de uma família que partilhava entre os sujeitos de cor o exercício do magistério.

¹⁶⁸ SILVA, *op. cit.*, 2010, p. 131.

¹⁶⁹ Jornal *Folha do Norte*, 17 de setembro de 1909, p. 02. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

¹⁷⁰ Livro de Indústria e Profissões de Feira de Santana, 1917 a 1920. Página 008. APMFS.

João Alves da Costa não tem registro de associado na Sociedade Monte Pio dos Artistas Feirenses mas é provável que o tenha sido pela condição de *artista*; e, pelo lugar de destaque ocupado pelo seu irmão professor nos cargos na mesa diretora da Monte Pio. João da Costa era parte da membresia na Conferência de São Vicente de Paulo, da qual se tornou professor e diretor das aulas noturnas em 1921¹⁷¹. Entre 1907 e 1909 Geminiano Costa ocupou o cargo de orador oficial da Sociedade Monte Pio, mesmo ano do ingresso de Tertuliano Carneiro como associado. Em 1909 Tertuliano Carneiro foi eleito presidente.¹⁷²

Tertuliano Carneiro foi um sujeito presente nas ações de Geminiano Alves da Costa, as fontes indicam estes sujeitos articulados fosse na assunção de cargos nas associações, fosse nas manifestações cívicas escolares. Tendo retornado a Feira de Santana como padre auxiliar em 1907, depois de ter concluído seus estudos para sacerdote na Capital do Estado. Exerceu o posto de auxiliar durante um ano. Quando o cónego Moysés Gonçalves de Couto, que era então vigário oficial de Feira de Santana, foi transferido para a paróquia da cidade de Santo Amaro ocupou o posto de cónego oficial e posteriormente chegou a Monsenhor.

Quando do seu retorno como jovem padre feirense, a festa para o receber que durou dois dias, contou com personalidades importantes feirenses e amigos de Cícero Carneiro da Silva, seu pai, muitas oriundas das cidades vizinhas como Santo Amaro e São Gonçalo dos Campos, como o professor Dyonísio Assumpção, também homem negro, que trouxe

a philarmonica Lyra sangonçalense compareceu a tarde para felicitar o Padre Tertuliano Carneiro, falando nesta ocasião em nome da Lyra, o nosso distinto amigo professor Dyonísio Assumpção que produziu bellissimo e poético discurso¹⁷³.

Tertuliano Carneiro conciliou na sua trajetória de vida a política e a religião. Exerceu diversas vezes cargo no Conselho Municipal, sendo presidente deste em 1925

¹⁷¹ Jornal Folha do Norte, 05 de novembro de 1921, p.01. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

¹⁷² Jornal Folha do Norte, 17 de setembro de 1909, p.02. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

¹⁷³ Jornal O Progresso, 23 de junho de 1907, p. 01; Jornal O Progresso, 15 de setembro de 1907, p. 01; Jornal O Progresso, 24 de novembro 1907, p. 01. Arquivos digitalizados. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

Tinha o hábito de usar a insígnia de cônego nas posses desse conselho. Manteve, além das relações políticas e religiosas, relações sociais com boa parte da sociedade feirense¹⁷⁴.

Ele era o vigário anunciado nas festividades escolares de Geminiano Alves da Costa. Os jornais indicam que no percurso profissional deste professor, todas as solenidades festivas de encerramento e abertura de ano letivo referente à escola do sexo masculino foram ministradas pelo padre Tertuliano Carneiro na Igreja dos Remédios, local de organização da *Confraria de São Benedito de São Vicente de Paulo e da Irmandade de São Benedito*,

Quanto a participação destas instituições em ações caritativas a *Conferência de São Benedito de São Vicente de Paulo e a Sociedade Monte Pio dos Artistas Feirenses* foram associações que agiram de forma compartilhada na manutenção de projetos filantrópicos como a aula noturna para trabalhadores pobres. Uma destas ações foi a aula noturna mantida com a parceria financeira das duas associações, primeiro, as aulas funcionaram na sede da Conferência no prédio da Igreja dos Remédios. Depois com o aumento da quantidade de alunos foi transferida para a sede da *Sociedade Monte Pio*.¹⁷⁵

No discurso feito na assembleia da *Conferência de São Benedito de São Vicente de Paulo* como presidente em 1911 Geminiano Alves da Costa convoca *os concidadãos de preferência e a Sociedade S. Vicente de Paulo e Monte Pio dos Artistas deviam cogitar desse tentamen, a saber, da implantação de uma casa de educação profissional nesta cidade, onde se possa abrigar os meninos pobres*¹⁷⁶.

Esta participação nas confraria e na irmandade foram redes de sociabilidade que funcionaram como uma das instâncias facilitadoras para ter trânsito livre em espaços de circulação dos diversos sujeitos, inclusive os trabalhadores. Esses espaços de relações foram determinantes para constituição de um professor *de pobres trabalhadores* atuando na escola do Centro Operário de Feira de Santana e da Escola para Pobres; e na aula municipal para meninos na zona rural do município, e posteriormente na sede da cidade.

¹⁷⁴ CUNHA, Nayara F. de A. Os coronéis... *op.cit.*, 2013.

¹⁷⁵ Jornal O Progresso, 26 de maio de 1907, p.03. *Escola Nocturna São Vicente de Paulo*. Jornal Folha do Norte, 22 de março de 1919, p.01. *Escola para Pobres*. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

¹⁷⁶ Jornal O Município, 7 de outubro de 1911, p.03. *Sociedade S. Vicente de Paulo*. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

3.3. O Professor e suas Escolas: sujeitos e modos de instruir.

3.3.1. A cadeira de aula municipal do sexo masculino.

Geminiano Alves da Costa. Professor primário bastante dedicado ao Magistério. Na sua escola, os alunos carentes estudavam gratuitamente. Em recompensa pelo seu trabalho humanitário, dedicaram-lhe a rua frente à Biblioteca Arnold Silva colocando seu nome¹⁷⁷.

Nessas poucas linhas Oscar Damião descreveu uma imagem do professor Geminiano da Costa em seu dicionário de personalidades feirenses. Corriam os anos pós-abolição e pós república, ano de 1895, Geminiano Alves da Costa acompanhava o processo de implantação tanto dos sistemas nacionais de educação nos países europeus, quanto no Brasil e na Bahia, a partir das sucessivas reformas, insufladas pela prematura reforma de Sátiro Dias em 1890.

Certamente se informava através de leituras que realizava nos jornais da cidade e das notícias de companheiros das associações da Capital do Estado, o que lhe possibilitou inserção e assunção de posturas a favor de uma educação para as camadas populares. Acreditava que pautado nos princípios democráticos propostos pelas novas reformas que se estabeleceram com a instituição da República, poderia alcançar o *progresso moral e material de nossa Pátria*¹⁷⁸.

¹⁷⁷ ALMEIDA, Oscar Damião de. *Dicionário personativo Histórico Geográfico e Institucional da Feira de Santana*, 2002. APMFS.

¹⁷⁸ Jornal O Município, 07 de julho de 1911, p.01. *2 de julho de 1823*. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

A aula/escola municipal dirigida pelo professor esteve no contexto da institucionalização das escolas primárias públicas na Bahia, do final do século XIX e início do XX. A aula municipal de Geminiano se configurou dentro das propostas de criação e manutenção de cadeiras de aulas primárias pelo poder público municipal no período republicano¹⁷⁹ funcionou como escola isolada em casa alugada na Rua dos Remédios até 1917¹⁸⁰, quando foi mudada para o prédio escolar na Praça General Argollo, do mesmo lado da antiga casa de funcionamento, casa de seu sogro Cícero Carneiro da Silva.

Para o mesmo prédio foram as anteriores aulas isoladas da professora Maria do Carmo Miranda Ramos e do Professor Lucindo dos Santos Silva e Mello da 2ª cadeira do sexo masculino e feminino, que a partir daquele momento deixavam de serem escolas isoladas para uma reunião de escolas funcionando no mesmo prédio. Contudo, não formaram um grupo escolar por não aglomerar seriação entre as classes.

Faria Filho (2000) destaca que esse modelo de escola através da organização das aulas/escolas em prédio escolar apesar de parecer um simples ato de reunião de aulas isoladas, indicia uma forma de *reinvenção da escola*, objetivando ~~torná-la~~ mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade e dos sujeitos sociais.

Foi uma defesa do edifício escolar como instrumento do progresso e da mudança e, ao mesmo tempo, a produção das escolas isoladas como símbolo do passado e da miséria. Estratégia de reinvenção não apenas dos lugares do saber, mas também dos modos de saber e fazer, através da normatização de práticas, os ritos, os símbolos escolares, produzindo e expressando, no mesmo movimento, uma nova identidade para os profissionais que se ocuparam da instrução primária.

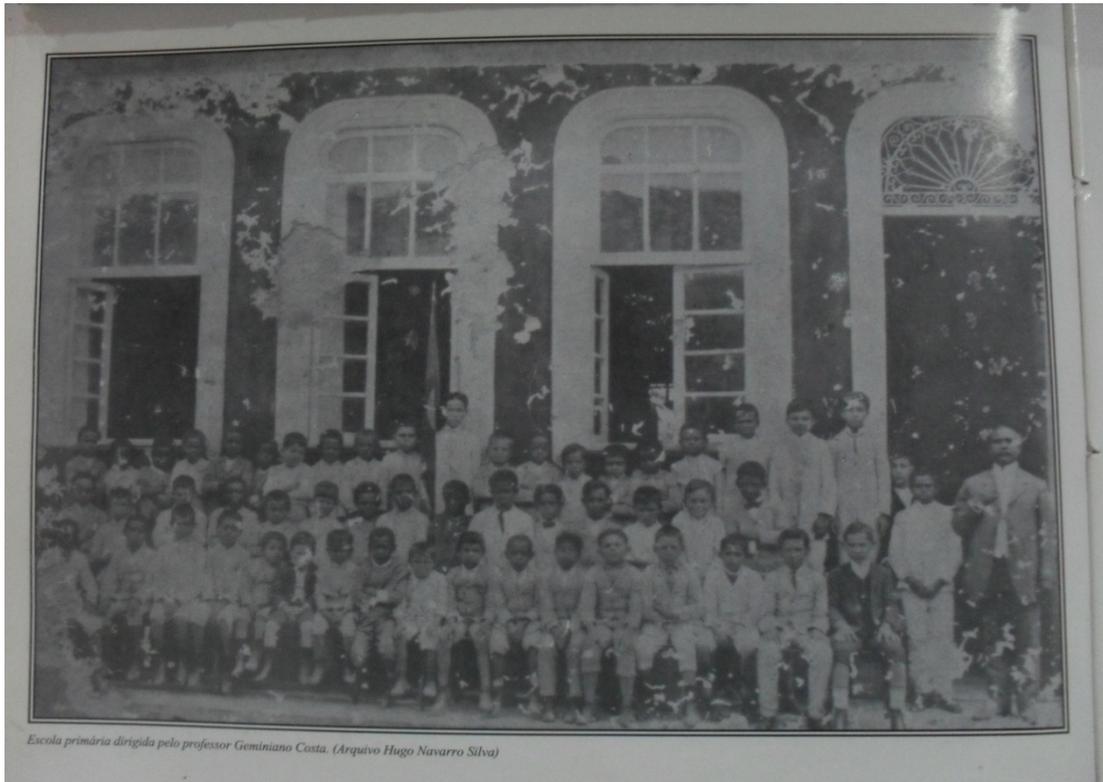
Mas nem tão linear assim, pois Faria Filho (2000) indica resultados nem tão homogêneo, destacando a diversidade social e étnica de adultos e crianças pertencentes às camadas populares nos diversos espaços, que foram alvos de intervenções por meio de práticas escolares, mas que tiveram interesse no acesso ao letramento.

Dos alunos da escola municipal masculina do Professor Geminiano da Costa, esta foto evidencia a presença dos *alunos de cor*.

¹⁷⁹ Conforme Lei n. 117 de 24 de agosto de 1895. Artigo 6º In: SANTANA, Elizabete. C. e MENEZES, Jaci. M. F. de. *A Construção da Escola Primária na Bahia...* op. cit., 2011, *o ensino primário é de competência dos municípios, que deverão criar, manter e fiscalizar*.

¹⁸⁰ Livro de Ofício da Intendência Municipal de Feira de Santana, 1915 a 1923. Ano 1917. Ofício s/n. Página 62. APMFS.

Imagem 02



Escola do sexo masculino do Professor Geminiano Alves da Costa
Fotografia do arquivo iconográfico da BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS-BA

O fotografo registrou a aula masculina do Professor quando ainda funcionava na casa alugada de seu sogro para a Intendência, na Rua dos Remédios de número 15¹⁸¹, próximo a Capela dos Remédios. Neste registro, além da presença dos alunos de cor, há que se destacar a diversidade etária dos alunos em uma sala de aula, o que provocava um condicionamento de diversas classes, que formava uma sala multisseriada, com vários níveis de ensino em uma mesma turma. Pela postura e posicionamentos exigidos para os alunos na fotografia, fica evidente a noção de cultura escolar sustentada pelo Professor, com a disciplina, o civismo, a ordem e a fé católica como foco de suas ações, os alunos de pés estão eretos em mesma posição, os que estão sentados, da mesma forma e todos sem apresentar sinais de risos, o que para o período poderia ser considerado prática de desrespeito e desordem nas práticas escolares, mesmo se fosse para o registro de uma fotografia.

¹⁸¹ Jornal O Município, 29 de novembro de 1908, p. 02; Livro de Foro de Feira de Santana, 1888, 1889, 1906. APMFS.

Desses meninos, estão registrados alguns nomes como de *Aurelio Vasconcelos Sobrinho, Edgar Pimentel, David de Oliveira Mattos, Filinto Ribeiro Falcão, Franklin Affonso do Rêgo*¹⁸². Existem os nomes de destaque social e os nomes como o de *Marcos Aurélio Ferreira de Medeiros*¹⁸³, filho da empregada doméstica da filha de Agostinho Fróes da Motta e que dividia espaço na aula com outros alunos das famílias de destaque.

Na análise da fotografia há que destacar que além do patriotismo do Professor republicano, com a bandeira nacional hasteada pelo aluno em destaque no centro da foto, Geminiano da Costa sustentava seu patriotismo nos discursos que proferiu nas associações feirenses, defendendo uma pátria com progresso material e moral. Considerava Dom Pedro I como herói delegando a ele o processo de independência do Brasil. E fazia questão de destacar no contexto baiano, a importância da emancipação da mente e do humano frente às imposições do que chamou de *jugo*.

(...) em 2 de julho de 1823, depois de vários combates em Itaparica, Funil, Cabrito e Pirajá entra na cidade de Salvador, triunfante, o exército libertador, ao mesmo tempo que os nossos opressores são, pela esquadra, as ordens de Lord Cochrane, expulsos do território e perseguidos até a foz do Tejo de Lisboa. (Discurso de Geminiano da Costa na Sociedade São Vicente de Paulo. Jornal Folha do Norte, 07 de julho de 1911, p. 01).

O professor Geminiano da Costa, como grande parte dos professores deste período, professava a fé católica, e reafirmava essa profissão de fé a membresia na Irmandade e na Conferência de São Benedito. Acreditava que também nas práticas escolares os alunos deveriam ter *os olhos fitos como fervorosos católicos, no symbolo da fé, a Cruz, a qual desde o princípio sempre dominou o gigante americano [...]*¹⁸⁴.

As comemorações cívicas e as festividades escolares, ou mesmo os exames finais dos alunos da aula do professor, obedeciam a um rito que começava com a missa na Igreja dos Remédios, celebrada pelo seu cunhado Padre Tertuliano Carneiro. Depois seguia o desfile nas ruas centrais do comércio e terminava no espaço escolar com a dispensa dos alunos.

¹⁸² Jornal Folha do Norte, 27 de novembro de 1909, p. 02. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

¹⁸³ Cedido pela mestrandia Keilane Souza Santana, PPGH/UEFS, 2016.

¹⁸⁴ Discurso de Geminiano da Costa na *Sociedade São Vicente de Paulo*. Jornal Folha do Norte, 07 de julho de 1911, p. 01.

No dia 21 do corrente, teve lograr o encerramento dos exercícios do anno letivo na 2ª escola municipal do sexo masculino desta cidade, a cargo do professor Geminiano Alves da Costa. A's 9 horas foi celebrado uma missa acompanhada de harmonium e maviosos cânticos na Capella dos Remédios, assistindo-a, o professor, alumnos, muitos convidados, inclusive o Intendente Municipal. Findo o acto dirigiram-se todos para o edificio escolar situado a mesma rua n. 15 [...]. (Jornal *O Município*, 29 de novembro de 1908, p.02).

Como grande parte das festividades das escolas do período, era marcante a presença do catolicismo cristão. Ordenar sua prática pela profissão de sua fé era, ao ver do Professor, dar acesso aos meninos *as obras de edificação*.

Desde a assunção das aulas por Geminiano da Costa, em 1907, todas as missas de comemoração foram celebradas por seu cunhado padre Tertuliano Carneiro, na Igreja dos Remédios¹⁸⁵. Essas celebrações são aqui analisadas como quebra do cotidiano realizadas de modo que alcançasse a atenção das diversas camadas sociais. Eram programações festivas com-caráter cívico nacional consideradas importantes na formação de “habitus” e atitudes, apresentando um caráter organizacional uniforme: apresentavam quase sempre o mesmo programa e se faziam frequentes entre os *anunciados* dos jornais feirenses. O intuito era modelar os as índoles que ainda insistiam em permanecer em suas práticas de *superstição grosseira* como a *crença infantil em feitiços e nas almas penadas*¹⁸⁶, práticas religiosas agregadas às características dos sertanejos.

Bencostta (2006) os classificou como os *desfiles patrióticos* que nos espaços intra e extraescolares transmitiam uma linguagem coletiva, expressando planos simbólicos, representando o real como se fossem desprovidos de influência ideológica, sendo identificados como uma grande festa, sendo uma “*máquina de fabrico de respeito e de submissão*”¹⁸⁷. Práticas como os batalhões infantis e o escotismo escolar, que quando entravam em contato com a população contribuía em certa medida para a consolidação de um projeto político-ideológico, de construção de um novo modelo de nacionalidade e cidadania brasileira.

Com Geminiano da Costa, um destaque curioso, segundo a análise das fontes dos jornais sobre os anúncios, as festividades de aniversário de casamento do Professor com

¹⁸⁵ Jornal Folha do Norte, 1909 a 1919; Jornal *O Município*, 1893, 1908, 1909, 1910, 1911. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

¹⁸⁶ Jornal Folha do Norte, 24 de abril de 1920, p. 01. *O Problema do Brasil*. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

¹⁸⁷ O autor se baseia em Roger Chartier (2000).

Junília Carneiro da Costa, aconteceram sempre em mesmo dia das celebrações escolares, exceto o primeiro aniversário em 1907, que aconteceu no mesmo dia de festa da recepção de Tertuliano Carneiro como padre. Geminiano casou no mês de novembro, o que coincidia sempre com o encerramento do ano letivo, mas tinha a alternativa de comemorar em outros dias, que não o da comemoração escolar. No mesmo dia de celebração, o Professor colocava a missa escolar pela manhã e a celebração de casamento *em sua residência com lauto jantar, ao qual tomaram parte diversos parentes e amigos*¹⁸⁸.

3.3.2. A materialidade da escola primária de Geminiano Alves da Costa.

Para análise da estrutura material das aulas do professor Geminiano da Costa foi preciso montar o quebra cabeça acerca da constituição material dos *objetos de uma escola primária isolada*¹⁸⁹. Gaspar da Silva (2010)¹⁹⁰ ao realizar um mapeamento de fontes no sentido de apurar o material necessário para o funcionamento de uma escola isolada, identificam aquilo que na visão do mesmo formava o material adequado para funcionamento de uma escola dessa modalidade considera esta expressão como um artifício retórico para falar de edificações, mobiliário, materiais didático-pedagógicos e similares que, aos poucos, foram organizando a estrutura material do projeto de escolarização.

Problematiza então o espaço de funcionalidades das práticas escolares, como a estruturação material para essa funcionalidade, suas condições estruturais, os objetos que as compunham, os símbolos que sustentavam e as identificavam, os objetos escolares significativos de sua cultura material, como a bandeira nacional, o mobiliário, o quadro e outros.

Veiga (2013)¹⁹¹ considera a cultura material para além de um aglomerado de objetos e propõe que o uso do conceito de cultura material escolar, deve ser impregnado de

¹⁸⁸ Jornal Folha do Norte, 27 de novembro de 1909, p. 02. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

¹⁸⁹ SILVA, Vera Lúcia Gaspar. JESUS, Camila Mendes e FERBER, Luiza Pinheiro. *O mínimo necessário: mobiliário escolar de escolas isoladas (1910 – 19120)*, (2012), fazem um mapeamento de fontes no sentido de apurar o material necessário para o funcionamento de uma escola isolada, identificam aquilo que na visão do mesmo formava o material adequado para funcionamento de uma escola dessa modalidade.

¹⁹⁰ Silva, Vera Lúcia Gaspar da (2010), *Cultura material da escola em mensagens presidenciais: entre o dito e o não dito - Santa Catarina –1874 a 1930* (2010) localiza e analisa a cultura material nas escolas catarinenses, considerando um recorte mais amplo, de 1874 a 1950.

¹⁹¹ VEIGA. Cynthia Greive. *Cultura material escolar no século XIX em Minas Gerais*. Anais do VII CBHE, Cuiabá, MT; 2013.

uma investigação quanto aos modos de uso dessa materialidade, sua escolha, a receptividade, ausências e presenças de utensílios, o preço, os processos de aquisição e procedência, entre outros, como elementos que participaram ativamente da criação, operação, manutenção e/ou desativação das experiências escolares, dessa forma, a autora analisa os suportes materiais que concretizaram a escola como lugar de transmissão do saber.

Com base nestas proposições, primeiro salienta o Professor Geminiano da Costa como um professor republicano e sua escola localizada dentro das propostas organizativas das reformas educacionais, que retoricamente se apropriou grande parte dos instrumentos da materialidade escolar republicana, pré-requisito primordial para o funcionamento de uma escola isolada no início do século XX.

A sua escola primária contou primeiro com a materialidade burocrático pedagógica, através *escripturação escolar* sancionada como obrigatória nas escolas baianas pelas reformas do pós república como força de registro da vida burocrática pedagógica da escola. Pelo regulamento vigente, em continuidade ao império, os professores e professoras deveriam organizar a escripturação escolar *em tres livros: o do registro de matricula e exames, o de presença e visitas, o de inventarios. O professor receberá estes livros convenientemente riscados, e da mesma fôrma o boletim e o mappa annual, segundos os modelos annexos. Os livros de matricula e inventario serão rubricados pelo Delegado Escolar*¹⁹².

Os regimentos legais nem sempre eram cumpridos como eram propostos. Para Minas Gerais Faria Filho (2000) destaca que ao contrário da retórica regimental, os diagnósticos produzidos eram unânimes: os professores eram considerados incompetentes e desleais para com o governo, pois fraudavam os livros de registro de matrícula e frequência dos alunos para manter a cadeira funcionando.

Na Bahia e em Feira de Santana, o jornal *O Município* de 1911 fez destaque crítico a organização da escola primária baiana, chamando atenção para o caso da *irrealização da abertura da escola, sem o número de alumnos exigidos por lei, pesará a acção da*

¹⁹² Acto de 4 de Outubro de 1895. Secção VII. *DA ESCRIPTURAÇÃO ESCOLAR*. Art. 67, 68, 69 e 70. Arquivo Digitalizado na íntegra in: In: SANTANA, Elizabete. C. e MENEZES, Jaci. M. F. de. *A Construção da Escola Primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos 1890-1930*. Vol. 1. EDUFBA: Salvador, 2011.

*autoridade superior em, desdobrando-a ou transferindo-a para local conveniente ao sacrifício do Estado*¹⁹³.

Em 1916 a Intendência de Feira de Santana cobrou do professor Geminiano que remetesse *a esta Intendencia, com a possível urgência, a cópia da matrícula e frequência de alumnos na escola a vosso cargo durante o primeiro trimestre do corrente ano*¹⁹⁴. Essa notificação foi dispensada a mais cinco professores primários dos distritos e sede do município, que acumulavam o atraso de trinta dias para apresentação de tais dados, requisito para pagamento dos proventos do professorado em Feira de Santana¹⁹⁵.

Na crítica feita pelo jornal *O Município* em 1911 à organização do ensino primário na Bahia, o destaque foi para falta de regras na forma de conceber a materialidade burocrática da escola pública. O texto sem autor indicado criticou

A matrícula, em estados mais desenvolvidos, em assumptos de ensino, realisa-se num período restrito, isto é em dias primeiros da abertura das aulas, encerrando na presença da autoridade escolar. [...] A conveniência deste alcance está, em dar logar ao educador iniciar mui regularmente, a classificação da escola, distribuindo seus alumnos de accordo com os respectivos cursos. [...]. Mas, concernente a nosso respeito, na escola primária, a plena liberdade que os alumnos possuem de matricular-se em qualquer tempo de janeiro a novembro, além de colocar o professor em dificuldades para classificá-los, se apresentam sem o *quantum integral*, tendo que colocar os assíduos a prevenção de uma patente injustiça. (Jornal *O Município*, 22 de abril de 1911).

Gaspar Silva (2012) em pesquisa sobre os objetos da escola, os discute como componentes imprescindíveis da materialidade das instituições escolares que revelam modos de conceber e praticar o ensino e interferem diretamente nos modos de fazer dos profissionais da escola.

Dyonísio Assumpção, professor negro da vizinha cidade de São Gonçalo dos Campos, contemporâneo e amigo de Geminiano e que tinha suas aulas noticiadas nos jornais feirenses, destacou a utilização dos livros didáticos nas escolas baianas. O texto deste professor enfatiza criticava a utilização de um tipo específico desse material, *livros em prosa e versos, que primando pela boa encadernação, pelas produções literárias, pela variedade dos assumptos, cuja redacção e cuja moral são um solvente prejudicial aos fins*

¹⁹³ Jornal *O Município*, 22 de abril de 1911. *Instrução Pública*. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

¹⁹⁴ Livro de Ofício da Intendência Municipal de Feira de Santana, 1915 a 1923. Ano 1916. Ofício n. 42. APMFS.

¹⁹⁵ Livro de Assento dos Professores da Intendência de Feira de Santana, 1895 – 1915. APMFS.

a que são destinados¹⁹⁶. Seu destaque foi explicitadamente cultural quanto ao ensino hegemônico da *cultura portuguesa* em

dois livros, feitos em letras manuscritas, que andam por ahí a percorrer as escolas. Um prosa e verso, colleccionando por Duarte Ventura; outro, cognominado “Paleographos” de Carlos Silva¹⁹⁷; outros de nacionalidade portuguesa, os quais interessados sobretudo ao paiz donde procedem pelo seu conteúdo, em nada interessam aos nossos costumes, a nossa vida nacional [...]. E no entanto vivem a invadir as salas primárias, dê preferência a muitos outros maximamente superiores, nacionais e nacionalizados. (Jornal *Folha do Norte*, 16 de novembro de 1912).

Geminiano Costa realizou articulações para implementação da materialidade de sua escola, para conseguir mobiliário escolar novo em 1908¹⁹⁸ e um museu escolar em 1911¹⁹⁹. A verba escolar em Feira de Santana segundo Ato de 04 de outubro de 1895 e o Decreto n. 281 de 05 de dezembro de 1904 seria *despendida a quantia excedente do ordenado do professorado, de accordo com a 6ª parte do rendimento bruto, para aquisição de mobília escolar*²⁰⁰. Neste procedimento era incluído os vencimentos dos professores para saída de caixa, separado posteriormente pela Intendência para aplicar somente na compra de mobiliário.

No caso do mobiliário da escola do Professor Geminiano, a mobília recebida pela escola do professor deve ter sido as carteiras escolares. Luz (2008) destaca que a democratização do ensino na primeira república enfrentou o problema das instalações inadequadas para as escolas como um dos mais graves entraves. A ausência de prédios, mobílias e materiais escolares adequados foram alguns dos problemas enfrentados pelas escolas baianas. O autor destaca a divisão de carteiras por mais de um aluno, o mobiliário que era completado com caixotes, *onde se tinham marcas diversas*.²⁰¹

¹⁹⁶ Jornal Folha do Norte, 16 de novembro de 1912. *Livros escolares*. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

¹⁹⁷ Segundo pesquisa em <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Batista>, o primeiro citado na fonte: DUARTE VENTURA. *Arte de aprender a ler a letra manuscrita para uso das Escolas em 10 lições progressivas do mais fácil ao mais difícil*. Paris: Em casa de J.P. Aillaud. Ed. 1868, 1872, 1873, 1885, 1901 tinha edições já bastantes antigas. Idem para o segundo de SILVA, Carlos. *O paleographo em escala calligraphica para aprender a laeitura manuscrita, aprovado pelo Conselho Superior d’Instrução Pública para uso dos Collegios*. Lisboa: Lithogr. De Palhares, Ed. 1870, 1877, 1884, 1897, 1912..

¹⁹⁸ Jornal *Folha do Norte*, 29 de novembro de 1908. p. 02. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

¹⁹⁹ Jornal O Município, 12 de Março de 1911, p.02. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

²⁰⁰ Livro de Atas do Conselho Municipal de Feira de Santana. 28 de dezembro de 1906. APMFS.

²⁰¹ LUZ, 2008.

3.3.3. O museu de anatomia e geografia de Feira de Santana.

Depois do processo da aquisição da nova mobília escolar, o professor Geminiano da Costa adquiriu através de articulações com a Liga da Educação Cívica da Capital, um *Museu Escolar em 1911*, o primeiro museu escolar de Feira de Santana. Vidal (1999) chama de *museu escolar* uma reunião metódica de coleções de objetos comuns e usuais, destinados a auxiliar o professor no ensino das diversas matérias do programa escolar²⁰². O jornal *O Município* registrou a aquisição do

Museu escolar. O distinto professor Geminiano Alves da Costa, segundo informações que dignou prestar-nos, acaba de adquirir da Liga da Educação Cívica, da Capital, um pequeno Museu escolar composto de vários instrumentos indispensáveis ao ensino prático de desenho, geographia, etc, e uma bandeira nacional. S.S. pretende, dentro de poucos dias, fazer condigna inauguração do citado muzeu, para quando nos aguardarmos no sentido de nos ocupar minuciosamente do assumpto. Enviado desde já ao **incançavel educador** os nossos parabéns pelos esforços que empregou para aquisição do mesmo (Jornal O Município de 12 de Março de 1911, p. 02).

As fontes não registraram a inauguração do *Museu*, mas é necessário destacar o objetivo da prática escolar que incluía a utilização do mesmo. Para Petry (2012)²⁰³ os museus escolares, entendidos como suporte a atividade de ensino, integraram os discursos modernizadores da educação, tanto na Europa quanto no Brasil, especificamente quando defendiam um ensino pautado em objetos concretos.

A autora se apropria de três perspectivas de museu escolar para proceder sua pesquisa: o primeiro, presente dentro das salas de aula; o segundo, em um gabinete específico nas escolas. Apesar de ocuparem diferentes espaços físicos, cumpriam a mesma função de auxiliar nas atividades pedagógicas. O terceiro, o *Museu Pedagógico*, caracterizado como um instituto de pesquisa, responsável pela formação em serviço dos professores e pela disseminação de ideias pedagógicas.

O *Museu* conseguido pelo Professor se enquadrava nas características da primeira e da segunda perspectiva, pois tinha a função de ajudar no *ensino de desenho e de geographia*. É necessário salientar que a definição de *museu escolar* no período abordado

²⁰² VIDAL, 1999.

²⁰³ PETRY, Marília Gabriela. Museu escolar: o que dizem os inventários (Santa Catarina, 1914 – 1942) In: SILVA, Vera Lúcia Gaspar de. PETRY, Marília G. (2012). *Objetos da escola: Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar* (Santa Catarina – Séculos XIX e XX).

e na proposta de abordagem como objeto da cultura material escolar, tinha como noção aqueles presentes nos interiores da escola, funcionando como auxiliares do ensino com aplicação do método intuitivo e não como locais de preservação de memória e eles poderiam contemplando as várias áreas: científico, histórico, artístico, geográfico e demais.

Souza (2000) argumenta que o alvorecer da republica ratificou a crença no poder da educação, injetando programas de ensino com introdução de novas disciplinas e conteúdos culturais, a adoção de novos métodos e processos pedagógicos como o método intuitivo, o qual exigia para sua aplicação uma abundância de material didático e livros escolares.

Schickmann (2012) argumenta que para lidar com o método intuitivo, além de uma preparação para lidar com os artefatos, o professor deveria fazer com que o aluno tivesse um contato visual de qualidade para se proceder a aprendizagem. A completar a demanda republicana, uma bandeira nacional foi acrescentada ao conjunto da obra, um dos principais símbolos escolares da Pátria no alvorecer do século XX e que indicamos ser a mesma que aparece na fotografia da aula do Professor, abordada anteriormente. Sousa (2006) quando argumenta sobre uma cultura escolar, tomando como viés a evidência da materialidade escolar nas aulas primárias da capital do Estado, discute sobre a função patriota da escolarização a partir dos objetos escolares, apropriados por essa cultura escolar como símbolo de um país progresso. *Objetos que construídos como elementos significativos de uma cultura nacional, visaram criar um cidadão disciplinado, via a incorporação de um conjunto de representações sociais, entre outras a dignificação do trabalho e o culto do amor a Pátria.*

3.4. A Escola Noturna para Pobres: instruir para o trabalho.

Investigar a *Conferência de São Benedito de São Vicente de Paulo* e destacar seu interesse na instrução de pobres e a defesa do professor Geminiano Costa, como seu e sujeito escolar negro no pós-abolição, para ampliar o acesso à instrução de trabalhadores em Feira de Santana é de suma importância para alcançarmos a essência dos objetivos da instrução de adultos pobres em Feira de Santana no século XX.

A sua *aula noturna para trabalhadores pobres* foi implantada em 03 de agosto de 1903, sob a direção do professor e confrade Geminiano Alves da Costa. A implantação se

deu três meses após a implantação da *Conferência de São Benedito de São Vicente de Paulo* na cidade de Feira de Santana.²⁰⁴

A princípio, aquela aula noturna foi implantada como *Escola do Centro Operário de Feira de Santana*²⁰⁵, mas apareceu nos jornais feirenses como *Escola Noturna de São Vicente de Paulo*²⁰⁶ até 1907, quando foi anunciado que a referida escola *reabre-se no mez de Maio, a antiga Escola Nocturna, do Conselho Particular de S. Vicente de Paulo, sob a immediata regência do avantajado, linguista e professor, o sr. Pharmaceutico Sartunino Luiz Boamort*²⁰⁷.

Contudo, no decorrer da pesquisa fica evidente que não existiu fechamento, mas uma mudança de denominação, sendo reaberta como escola da *Sociedade São Vicente de Paulo* (primeira denominação em 1903) e não mais como *Escola do Centro Operário* (denominação que assumiu ainda em 1903), como indica o registro no Livro de Matrícula, que por está danificado, impossibilitou a transcrição.

Com base nos registros dos jornais que anunciavam a vida burocrática da *Conferência de São Vicente de Paulo*, no ano de 1906 e os primeiros anos de 1907 a escola se ausentou dos anúncios jornalísticos como *Escola Noturna da Sociedade São Vicente de Paulo*, voltando sob a direção do Professor Saturnino Luiz em maio de 1907 com um anuncio de *reabertura* e sob a direção do Professor Geminiano Alves da Costa em 1908, como *Escola para Pobres*, onde este professor permaneceu até sua morte em 1919.

Quanto ao funcionamento destas aulas noturnas, para a Bahia oitocentista Sousa (2006 e 2014)²⁰⁸, destaca as aulas noturnas para adultos na Província da Bahia, como estratégia de escolarização voltada para as camadas populares, criadas pela Reforma da Instrução de 1870 e estabelecidas na capital e interior em 1871.

Esta historiadora destacou que entre as escolas noturnas criadas naquele período, uma experiência mais específica foi na *Escola de Primeiras Letras da Casa de Prisão com Trabalho*, da província da Bahia que foram implantadas durante o último governo do Barão

²⁰⁴ Livro de Ata da Conferência do Glorioso São Benedito da Sociedade São Vicente de Paulo, Ata de nº 01, 21 de junho de 1903.

²⁰⁵ Livro de Matrícula da Escola da Sociedade São Vicente de Paulo. Centro Paroquial de Feira de Santana, Secretaria do Arcebispado. Pesquisa em fevereiro/2015.

²⁰⁶ Jornal O Progresso, Feira de Santana, 26 de maio de 1907, p.03. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

²⁰⁷ Jornal O Progresso, Feira de Santana, 26 de maio de 1907, p.03. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

²⁰⁸ SOUSA, Ione: *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia - 1870 a 1890*. PUC/SP, 2006 e SOUSA, Ione C. J. de. *A escola como regeneradora: a aula elementar primária da Casa de prisão com trabalho*, 2014.

de São Lourenço, como parte do projeto de estratégias de instruir nas primeiras letras as camadas populares, principalmente adultos trabalhadores.

Sousa (2006) defende que a implantação destas escolas noturnas para adultos *foi um projeto para instrução de adultos em espaços específicos, com objetivo de implantar uma nova racionalidade na educação, cuja expressão mais visível foi ampliar a escolarização para o povo*. Ainda na análise da autora o interesse em educar adultos, trabalhadores e pobres estava no bojo das preocupações das elites na segunda metade do século XIX, no intuito da formação do novo trabalhador brasileiro e do interesse da ampliação da base eleitoral, já que para exercer o direito do voto exigia a condição de alfabetizado.

Essa dimensão foi tomada pela *Escola para Pobres* em Feira de Santana, como instância educativa, atentou aos processos de racionalização que ocorreram no mundo social em geral com aquele que ocorre no mundo escolar. Para Faria Filho (2000), a escola republicana não apenas recriou ou readaptou teorias e métodos de organização e controle adventícios, mas criou *novas racionalidades, sensibilidades, temporalidades, conhecimentos, dentre outros que foram impostos ao conjunto social para formação da nova mão de obra exigida pelos tempos fabris*.

A escola noturna republicana levou em consideração, por exemplo, que os adultos que eram alunos na aula, participavam de outras práticas sociais, como o mundo do trabalho. Essa consideração foi legitimada na aula para pobres de Feira de Santana pelo funcionamento da escola no turno noturno, de seis às oito e meia da noite, cumprindo seu papel fundamental.

As iniciativas da Conferência do Glorioso São Benedito da Sociedade São Vicente de Paulo se destacaram no oferecimento de instrução a homens adultos como parte essencial da política de instrução para formação desse novo modelo de trabalhador do pós-abolição na Bahia que mobilizou diversos agentes sociais na criação e manutenção de escolas noturnas, inclusive associações religiosas.

A *Escola para Pobres* foi mantida pela parceria entre a *Conferência e a Sociedade Monte Pio dos Artistas Feirenses*, que dividiam entre si a responsabilidade pela manutenção e estruturação material da aula. A *aula noturna* passou a receber ajuda financeira da Prefeitura de Feira de Santana em 1904, contudo, sem datas fixas de disponibilização dos recursos.

Um ano depois de instalada a *aula noturna*, a **Conferência** ainda discutia a falta de compromisso financeiro da Prefeitura de Feira de Santana para manutenção das aulas. Em resposta a uma solicitação de ajuda financeira para as aulas, os representantes do Conselho Municipal responderam ao pedido propondo que a Conferência faça a manutenção total do pecúlio:

O secretário leu um officio vindo do Prezidente do Conselho Particular, acompanhado de uma subscrição, para esta Conferência auxiliar a Aula Noturna de S. Vicente, visto não ter ainda a municipalidade contribuído como notara, em favor da referida aula. O Prezidente submeteo essa resolução ao parecer da conferencia, esta respondeo que em virtude do numero de desvalidos socorridos por esta conferencia não poderia ser aceito essa resolução, ficando o secretario autorizado de responder o officio²⁰⁹.

Ficaram salientes neste registro as relações entre os representantes do governo feirense e os membros da Conferência. Os conflitos e alianças sociopolíticas podem ter entravado o subsidio da prefeitura à *Escola dos Pobres*. No governo anterior de José Antunes Guimarães não houve assistência a escola noturna, só na intendência de Tito Ruy Bacelar, a partir de 1904, é que um auxílio foi dispensado para a aula noturna, mas sem efetivação de responsabilidades legais, mesmo com uma legislação vigente de *instituição de aulas noturnas pela municipalidade*, garantida pelo Decreto n. 281 de 5 de dezembro de 1904.

Tito Ruy Bacellar neste período já era aliado político de Agostinho Fróes da Motta²¹⁰ e de Cícero Carneiro da Silva, padrinho do professor Geminiano, *homens de cor* membros da *Conferencia e da Sociedade Monte Pio dos Artistas*, o que indica que as influências políticas incentivaram o auxílio financeiro para a aula noturna, mesmo que sem oficialidade. Uma das dificuldades na concessão do auxílio por parte da prefeitura foi a forma de instituição da *aula noturna* implantada por particulares que tinham na filantropia, uma prática da ajuda mútua. Esse caráter filantrópico foi utilizado pelo poder público como justificativa para a negação do auxílio.

²⁰⁹ Livro de Atas da Conferencia do Glorioso São Benedito da Sociedade São Vicente de Paulo, 19/06/1904.

²¹⁰ CUNHA, *op. cit.* 2013.

Nogueira (2012)²¹¹, analisa as variadas iniciativas de escolarização noturna em Minas Gerais na passagem do século XIX ao XX, voltadas para os trabalhadores, sob a responsabilidade de particulares, em especial, dos proprietários de fábricas têxteis e das associações de operários.

A autora discute de que forma as iniciativas pioneiras das fábricas têxteis se destacavam no oferecimento *de instrução elementar às crianças e adultos analfabetos por meio de inserção no mundo do letramento e das práticas de instrução, atreladas a uma concepção de tratamento comportamental e social*. Segundo a autora,

(...) a política de escolarização foi mediadora na reprodução da identidade do aluno, ordenada pelos saberes, conhecimentos e pela própria definição de uma idade escolar adequada, que seguia o rito moral e religioso das associações que as mantinham, reproduzindo os códigos de condutas, os valores, os rituais; enfim, de toda a organização da vida escolar, poder ser considerada fundamental para o entendimento da conformação da escola para atender aos sujeitos que, por definição, estariam fora da idade escolar.

É importante salientar que os dois pilares das organizações filantrópicas que mantiveram *a aula noturna* eram o *sustento da fé no cristianismo romanizado e caridade aos desvalidos*: a filantropia social católica. O sustento na fé católica foi um aspecto que determinou as práticas nestas *aulas noturnas*. A escola oferecia a alfabetização e o catecismo: Geminiano Alves era responsável pelo ensino e os confrades auxiliares ensinavam o catecismo²¹². Os modos de fazer dessa aula estiveram vinculados a luta em garantir instrução não desvinculada dos instrumentos da fé católica e do conjunto de modos para formar o *novo trabalhador cidadão*.

3.4.1.. Os sujeitos alunos das aulas noturnas: identidades e profissões.

Problematizar as relações sociais dos sujeitos da *Escola para Pobres* é tomá-los como sujeitos sociais e atuantes em contextos sociais específicos - o contexto da rua e da

²¹¹ NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A Escola Primária Noturna em Minas Gerais (1891 – 1924)*. BH: Mazza Edições, 2012.

²¹² Jornal Folha do Norte, 22 de março de 1919, p. 01. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

escola – que criaram táticas²¹³ para acessar a escola e ter acesso a instrução e a outros níveis de organização que não apenas as aulas.

Buscar os alunos permitiu adentrar o mundo social do sujeito, desvinculando-o dos discursos representativos de negatividade e ignorância como atributos naturais da condição de pobres e desvalidos. Com destaque nos pobres feirenses do pós-abolição e suas experiências de trabalho.

Se um dos objetivos da instrução dos pobres era a escolarização dos trabalhadores como via de civilização e letramento da força de trabalho, por outro lado, parte dos sujeitos pode ter se utilizado dessa via como caminho para tentativa de ascensão a outros lugares e grupos sociais. No caso da *Escola para Pobres*, o ingresso de alguns desses sujeitos na Conferência ou na Irmandade de São Benedito, foi tomado como tática de ascender socialmente em Feira de Santana. Sendo um associado da Irmandade ou da Conferência e da Sociedade Monte Pio, o sujeito tinha acesso direto a matrícula na aula noturna, se fosse um iletrado. Se fosse apenas um vinculado as aulas noturnas, os alunos tinham mais facilidade de ingresso nas associações. *Justo Alves Boaventura, Constatino Santos, Durval dos Santos e João Evangelista* foram autorizados a entrarem para a Conferência como aspirantes, por já fazerem parte da *Escola para Pobres*.

A metodologia de identificação dos sujeitos e de suas práticas foi realizada a partir do nome, possível por intermédio de um conjunto de registros que se construiu sobre esses alunos pobres constante no *Livro de Matrículas da Escola para Pobres*, que cobre o período de 1914 a 1930²¹⁴. Carlo Ginzburg (1989) orienta de que forma utilizar o nome²¹⁵ como uma espécie de *fio condutor, capaz de cumprir papéis de direcionamento do pesquisador pelo universo documental e assim organizar a narrativa orientando o pesquisador a diminuir sua escala de observação de uma estrutura macro para um privado e pessoal*. Para este autor, o nome pode ser considerado como elemento condutor e decifratório para além das fontes demográficas e construir um entrelaçado de diversas conjunturas. Esse jogo metodológico permite acompanhar

As linhas que convergem para o nome e que dela partem, compoem uma espécie de teia de malha fina, que dão ao observador a imagem gráfica do

²¹³ Sobre estas táticas de pobres para acessarem as aulas públicas ver Schueler (1997); Sousa (2006) e Fonseca (2007).

²¹⁴ A documentação usada é referente a da *Escola para Pobres*. A parte referente a *Escola do Centro Operário* está danificada, foi retirada as páginas que constavam os dados da matrícula desse período, não sendo possível a identificação dos alunos pelos seus nomes, só sendo possível a partir do período de 1914.

²¹⁵ Em *O nome e o como* da obra *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

tecido social em que o indivíduo está inserido. Uma investigação do mesmo gênero é possível mesmo no caso de indivíduos que pertençam a estratos sociais de elevada mobilidade geográfica. [...]e serem referidas como estratos subalternos da sociedade e terem o nome como fio condutor (Ginzburg 1989, p. 175).

Metodologicamente, utilizei *o nome* como ponto de investigação, partindo do Livro de Matrículas para outros documentos, como o *Livro de Indústrias e Profissões de Feira de Santana de 1916 e 1917 e o Livro de Registro de Magarefes e Carroceiros de 1917 a 1922*, em busca de dados que estão silenciados nos registros da matrícula, como as profissões.

Primeiro, analisei o número de matriculados e de frequentes; em seguida a faixa etária comparando com a legislação vigente do período; depois uma análise do alto número de alunos sem o nome do genitor, seguido da ausência de registro de matrículas de mulheres. Por fim, as profissões de alguns desses alunos como resultado do cruzamento de fontes.

Sobre a faixa etária os registros de matrícula mostram o quanto foi comum, naquele no período e nesta *Escola*, a matrícula de alunos com idade pontuada pela legislação como idade infantil, conforme Lei n. 1006, de 6 de novembro de 1913 e Decreto n. 1354, e 20 de janeiro de 1914 da *Obrigatoriedade do Ensino Primário na Bahia*, considerando as legislações que cobriram o período de registro no Livro de Matrículas, a partir de 1914.

O Decreto n. 1354 de 20 de janeiro de 1914, normatizava a matrícula nas escolas públicas de ensino primário elementar como obrigatória para todas as crianças de 6 a 14 anos de idade, no ensino diurno. Entretanto, a despeito da definição de um recorte etário, para Feira de Santana, não encontrei um recorte geracional etário sobre a tolerância de idade para o acesso as escolas noturnas, inclusive daquelas que passaram a existir na década de 1937²¹⁶. O quadro abaixo considera a idade dos matriculados da Escola para Pobres no ano de 1915²¹⁷, com a quantidade de alunos com as idades, o que forma uma faixa etária que identifica a média de idade dos frequentadores.

²¹⁶ Os registros do Jornal Folha do Norte indicam a inauguração da *Escola Municipal Nocturna Tito Ruy Bacellar* e o *Curso Primário nocturno para adultos* em 15 de maio de 1937, p.1.

²¹⁷ O Livro de Matrícula da Escola para Pobres de 1914 a 1930, dos anos anteriores não foram encontrados os registros e se fará a seleção da utilização dos registros dos anos considerando a trajetória do Professor Geminiano Alves da Costa até 1919 e 1920.

Quadro 6²¹⁸

Faixa etária dos alunos da aula noturna em 1915.

Idade	Total
08	03
09	01
10	11
11	06
12	06
13	08
14	11
15	07
16	05
17	02
18	09
19	05
21	01
24	01
25	02
26	03
27	01
28	01
42	01
N/D	03
Total	87

O ano de 1915 para análise foi escolhido pela discrepância etária, pois as idades registradas variaram de 08 a 42 anos no ano de 1915, média de idade dos sujeitos que já

²¹⁸ N/D se refere aos alunos com idade não declarada.

exerciam atividades laboriosas nos diversos espaços da cidade, mas a maior parte abaixo do permitido para frequentar aulas noturnas no período. A faixa de idade mais incidente neste ano foi entre os 11 e 18 anos, faixa etária padrão atual de escolaridade. Em idade escolar obrigatória, isto é até 14 anos o percentual de alunos fora de 40%, quase metade dos alunos matriculados neste ano, o que indica uma divergência entre as determinações legais acerca da idade escolar e o cotidiano escolar. O quadro é uma referência a variação nos outros anos de matrícula, salvo no ano de 1914 que consta um aluno da idade 06 anos.

Quadro 7

Matrícula da aula noturna do ano letivo de 1914.

	Nome	Idade	Origem	Nome de um dos genitores
01	João dos Santos Pereira	13	Bahia	Maria dos Anjos
02	Manoel Alves D'Assis	13	Bahia	Ilegível
03	João Moreira Vital	14	Bahia	Daniel Vital
04	João Lacerda	15	Bahia	Anna Paixão
05	Manuel Sant' Anna	8	Bahia	Filomena
06	Agnello Marques dos Santos	16	Bahia	Pedro Antonio dos Santos
07	Affonso Andrade dos Santos	13	Bahia	Agostinha Salutiana Santo
08	Gonçalo	13	Bahia	José
09	Epiphanio D'Almeida	8	Bahia	Francisca Leopoldina Almeida
10	Lourenço da Rocha	17	Bahia	Eusébio
11	Guilherme Gonçalves da Silva	8	Bahia	Antonia Gonçalves da Silva
12	João	14	Bahia	Ambrósio
13	Lourenço Alves Barreto	17	Bahia	<i>sem declarados</i>
14	Josepho Ferreira D'Almeida	10	Bahia	<i>sem declarados</i>
15	Hermenegildo Almeida	10	Bahia	<i>sem declarados</i>
16	Antonio Lima	25	Bahia	Maria Izabel
17	Alcides Gomes de Sá	16	Bahia	Gorcina Gomes de Sá
18	Fellipe de Lima de Jesus	12	Bahia	Rosa de Lima de Jesus
	Florentino José Soares	17	Bahia	Maria Joanna

19				
20	Euclides	14	Bahia	Maria Luisa
21	Manuel Faustino do Distem	18	Bahia	Emília
22	Gustavo Marcellino Pereira	17	Bahia	Benvindo Ferreira
23	José Marcelino da Paixão	17	Bahia	Mariana de Jesus
24	Godofredo Jesus d' Oliveira	15	Bahia	Genesisia
25	Pedro Celestino dos Anjos	20	Bahia	Elisa Belmira
26	Antonio de Jesus	10	Bahia	Delmira d'Almeida
27	Epiphanio Amancio de Cerqueira	15	Bahia	Maria
28	Paulo Gonçalves Oliveira	12	Bahia	<i>sem declarados</i>
29	Rosalvo D'Oliveira	11	Bahia	Ubalдина d'Oliveira

A faixa etária dos alunos que consta nesse quadro esteve concentrada dos 13 aos 20 anos, diferente das listas de matrícula dos anos posteriores. Um destaque para ausência de indícios das localidades de origem dos matriculados em todos os registros, assim como da de moradia ou de nascimento. A localidade *Bahia* é determinada para identificar a naturalidade, pois era prática comum no período colocar o Estado como indicador de localidade de origem²¹⁹.

O destaque da lista de 1914 é o aluno *Pedro Celestino dos Anjos*, de 20 anos (n. 26) e que exercia a profissão de sapateiro, registrado com número de matrícula e pagador de tributos por exercer tal profissão, conforme Livro de Profissões e Indústrias da Intendência de Feira de Santana de 1916²²⁰.

Quadro 8

Matrícula da aula noturna do Ano Letivo de 1915.

	Nome	Idade	Origem	Nome de um dos genitores
	Cipello Marques dos Santos	13	Bahia	Camilla Santos

²¹⁹ O registro do ano de 1920 trás no lugar da localidade que até então vinha como registrado *Bahia*, identificações como *Log. e Nat.*, os quais não tivemos condições de decifrar.

²²⁰ Livro de Profissões e Industrias da Intendência de Feira de Santana de 1916/1917. Nº de ordem 331. APMFS.

1				
2	Mescanse Ribeiro Falcão	19	Bahia	João Ribeiro Falcão
3	Mauricio Ribeiro Falcão	13	Bahia	João Ribeiro Falcão
4	Coosio Oliveira	18	Bahia	José Marcos
5	Harminil Almeida	17	Bahia	Maria Voluntariano de Jesus
6	Guilhermie Gonçalves	8	Bahia	Antonio da Silva
7	Florentin José de Jesus	19	Bahia	Maria Joana de Jesus
8	Jonas dos Santos	14	Bahia	Agostinho dos Santos
9	João Laorda	16	Bahia	Maria da Paixão
10	João Aleluia	-	Bahia	Aleleuia
11	Valente Alves e Britto	15	Bahia	Maria Alves e Britto
12	Mescanose Gonçalves	14	Bahia	Tibúcio
13	Manuel dos Santos	15	Bahia	Hermenegildos Gomes
14	Antonio dos Santos	12	Bahia	Hermenegildos Gomes
15	João dos Santos Pereira	16	Bahia	Maria dos Anjos
16	João Simas Francisco	14	Bahia	Maria Francisco
17	Manuel Alves de Assis	-	Bahia	Josito
18	João Guilberti dos Santos	17	Bahia	Maria Pertruos dos Santos
19	Gustavo Ferreira	18	Bahia	Maria Marcellina
20	Rosalvo d'Oliveira	11	Bahia	Hubaldina d'Oliveira
21	Zacarias de Jesus	11	Bahia	Louisa de Jesus
22	Gonçalo Oliveira	12	Bahia	José
23	Theodori dos Santos	13	Bahia	<i>sem declarados</i>
24	Antonio Romão de Lima	26	Bahia	Maria Izabel
25	Alvon Lopes d'Oliveira	16	Bahia	Maria de Jesus
26	Pascosin Moreira Ribeiro	26	Bahia	Manoelito Rineiro
27	José Francisco Lima	16	Bahia	<i>sem declarados</i>
28	Avelin dos Santos Silva	42	Bahia	Maria
29	Agnaldo Campos	13	Bahia	Camelia Campos
30	Henrique Antonio Almeida	6	Bahia	Francisco

31	Manuel Paixão Campos	15	Bahia	<i>sem declarados</i>
32	Horaciu Lacorda Alvanji	18	Bahia	João Lacorda
33	Geafriz José Oliveira	14	Bahia	<i>sem declarados</i>
34	Antonio de Jesus	14	Bahia	Rilmira
35	Asaph Cerqueira Silva	19	Bahia	José
36	José Levimm Damaceno	13	Bahia	<i>sem declarados</i>
37	João Mattos da Fonceca	16	Bahia	Bernadette Mattos da Fonceca
38	Antonio Circumpcisão	7	Bahia	<i>sem declarados</i>
39	Joaquim Oliveira	17	Bahia	Anjelina Oliveira
40	Manuel dos Santos	18	Bahia	Santos
41	Atéfio Teixeira Sant. Anna	12	Bahia	Firmínio
42	Francisco Pereira da Silva	18	Bahia	<i>sem declarados</i>
43	Noberto Paulo	13	Bahia	Maria
44	Martiniano Lopes Oliveira	12	Bahia	Maria Lopes Oliveira
45	Manuel Carlos dos Reis	25	Bahia	Maria dos Reis
46	José Moreira da Silva	26	Bahia	Bernadina Moreira
47	João Martin de Alm ^a	—	Bahia	Maria Philormenia
48	Raphael Avelino	13	Bahia	<i>sem declarados</i>
49	Antonio Borges da Paixão	27	Bahia	Rufino da Paixão
50	Pedro Marques d'Almeida	11	Bahia	Antonia Marques
51	Aquilino Medeiros	15	Bahia	Antonia
52	Pedro Alexandre de Souza	19	Bahia	Alpha Tertuliana
53	Hencílio Bispo dos Santos	14	Bahia	Maria Euclides Ribeiro
54	Chripim de Sant'Anna	14	Bahia	Maria de Sant' Anna
55	Ismael da Silva José	—	Bahia	<i>sem declarados</i>
56	Manuel Honorato Oliveira	18	Bahia	<i>sem declarados</i>
57	Marcelino Fagundes	21	Bahia	Joanna Maria de Jesus
58	Manuel Felix Martins	25	Bahia	Maria
59	<i>Ilegível</i>	24	Bahia	Vitalina de Jesus
	Raphael Sant'Anna dos Santos	27	Bahia	Maria

60				
	Registros de 61 - 87 <i>Nomes ilegíveis</i>			

O nome e sobrenome dos alunos permitiu alcançar os níveis de parentesco e também analisar e as rupturas e continuidades desses alunos nos processos de ensino. Destaque para os alunos sem paternidade identificada, em lugar apenas os nomes das genitoras, o que indicamos como filhos de mães solteiras ou viúvas.

Sousa (2009) ao pesquisar os mapas de aulas das escolas públicas da Província da Bahia, argumenta que a ilegitimidade era alta nos registros escolares do final do século XIX, a autora destaca nos mapas de aulas públicas do período de 1843 a 1889 a representativa filiação registrada apenas pela mãe. Da lista de 1915, trinta alunos declararam apenas a genitora como responsável de um total de sessenta nomes em legibilidade, ou seja, 50% por cento.

Destaque ainda para a quantidade dos alunos sem declaração de genitores. No total de 60 nomes legíveis, 10 alunos não tiveram genitores declarados, mais de 10%. Rastreamos nesta lista o aluno *Manoel Carlos dos Reis, 25 anos, (n.45)* que exercia a profissão de sapateiro, conforme registro do Livro de Indústria e Profissões dos anos de 1916 a 1918. Os dados dos anos constantes nos livros de registros de profissões, não indicam um limite do exercício da profissão pelo aluno, a pesquisa sobre as profissões foi direcionada pela existência dos registros.

Ao contrário existia a família Ribeiro Falcão, representada por dois alunos, *Mescanose Ribeiro Falcão de 19 anos e Maurício Ribeiro Falcão de 13 anos (n.02 e 03)*. Não encontrei nomes referidos vinculados diretamente a atividades profissionais, mas o de *João Ribeiro Falcão*, o responsável pelas matrículas dos mesmos, que aparece registrado como alfaiate; e o Antonio Ribeiro Falcão, que capturei por ter semelhante sobrenome registrou-se como sapateiro no Livro de Registro de Profissões²²¹.

Quadro 9

Matrícula da aula noturna do ano letivo de 1916.

	Nome	Idade	Origem	Nome de um dos genitores
01	Antonio Bastos de Assis	14	Bahia	João Bastos
02	Manuel Bastos Assis	13	Bahia	<i>sem declarados</i>
	Aucide Sipryani de Souza	13	Bahia	Rita Maria de Jesus

²²¹ Livro de Registro de Indústrias e Profissões da Intendência de Feira de Santana: 1917 a 1922. Página 002, 009. APMFS.

03				
04	Pascasio Moreira Ribeiro	14	Bahia	Martinho Ribeiro
05	Jovencio Lima Gonzaga	15	Bahia	Antonia
06	João Francisco Silva	15	Bahia	João Ulisses Fonseca
07	Felix Sacramento	12	Bahia	Norfesto Tavares
08	Joveniano da Cruz	22	Bahia	Maria da Cruz
09	Carlos Gonçalves	12	Bahia	Wenceslau Gonçalves
10	Gonçalo Oliveira	12	Bahia	<i>Ilegível</i>
11	Antonio Gonçalves	12	Bahia	<i>sem declarados</i>
12	Adolphi Pereira Silva	12	Bahia	<i>sem declarados</i>
13	Manoel dos Reis	12	Bahia	<i>sem declarados</i>
14	Raphael	12	Bahia	<i>sem declarados</i>
15	Miscanose Gonçalves	12	Bahia	<i>sem declarados</i>
16	Guilherme Gonçalves dos Santos	12	Bahia	<i>sem declarados</i>
17	Excílio Bsipo dos Santos	12	Bahia	<i>sem declarados</i>
18	Roberto da Cruz Santos	11	Bahia	<i>sem declarados</i>
19	Oswaldo Lima	8	Bahia	Martínia Lima
20	Francisco Fonseca	30	Bahia	João Francisco
21	Juvenal Befluto Lopes	14	Bahia	Maria Amélia Lopes
22	Rosalvo Oliveira	11	Bahia	Hubaldina Oliveira
23	Pedro Suzart	14	Bahia	Pedro Suzart
24	João Santos	14	Bahia	Vigílio Santos
25	<i>Ilegível</i>	16	Bahia	Maria Harmenia de Jesus
26	José Martins D'Assumpção	17	Bahia	Leopoldon D'Assumpção
27	Manuel Paulo da Conceição	9	Bahia	Maria Anita
28	Antonio Mauricio da Rocha	18	Bahia	Maria Cletetina Jesus
29	Manuel Messias	25	Bahia	<i>sem declarados</i>
30	Antenor Pereira Santos	19	Bahia	<i>sem declarados</i>
31	Harminil Almeida	14	Bahia	Francisco Lopes
32	Francisco Sant'Anna	—	Bahia	<i>sem declarados</i>

No registro do ano de 1916, uma quantidade de 12 alunos não tiveram representação dos nomes dos genitores, o que gera um dado superior em porcentagem aos dados de 1915, quase 30% do total de 32 alunos matriculados. Os genitores também constituem dado importante para traçar um perfil familiar dos sujeitos. Desse ano, foi possível traçar o perfil familiar do aluno Carlos Gonçalves, de 12 anos, a partir de seu genitor que declarado na matrícula como *Wenceslau Gonçalves* exercia a profissão de cabeleireiro²²². A matrícula de Carlos Gonçalves de 12 anos na aula noturna abre possibilidade que este já auxiliasse seu pai no serviço.

Quadro 10

Matrícula da aula noturna do ano letivo de 1918²²³

01	Manuel Sflío Carmes	21	Bahia	Artista
02	Saluntiano Marques Souza	20	Bahia	Artista
03	Francisco Borges Santana	22	Bahia	Artista
04	Manuel Conceição	25	Bahia	<i>sem declarados</i>
05	Valeriano Marques Santos	19	Bahia	<i>sem declarados</i>
06	José Albertino Assumpção	13	Bahia	<i>sem declarados</i>
07	Euposino Stª Rosa	16	Bahia	<i>sem declarados</i>
08	Faustino Ferreira	11	Bahia	<i>sem declarados</i>
09	Cleutênio da Silva Machado	9	Bahia	<i>sem declarados</i>
10	Octon Santos Ferreira	11	Bahia	<i>sem declarados</i>
11	Mario Santos Ferreira	—	Bahia	<i>sem declarados</i>
12	Dario Machado Oliveira	11	Bahia	<i>sem declarados</i>
13	Julio Ferreira D'Oliveira	12	Bahia	<i>sem declarados</i>
14	Aurelino de Sousa	10	Bahia	<i>sem declarados</i>
15	Angelo Vasconcelos	18	Bahia	<i>sem declarados</i>
16	Antonio Sousa	14	Bahia	<i>sem declarados</i>
17	Manuel Bispo dos Santos	18	Bahia	<i>sem declarados</i>
18	Pedro Pereira Suzart	14	Bahia	<i>sem declarados</i>

²²² Livro de Registro de Indústria e Profissões da Intendência de Feira de Santana: 1917 a 1922. Número de Registro 379. APMFS.

²²³ O registro dos anos de 1917 e 1919 está ilegível.

19	João de Motta	18	Bahia	Maria
20	Vicente da Silva	18	Bahia	Josepha da Silva
21	Adalberto Pereira Neca	19	Bahia	José de Neca
22	Carlos Gonçalves	13	Bahia	Wenceslau
23	Antonio Gonçalves	12	Bahia	<i>sem declarados</i>
24	Mescanose Ribeiro Falcão	18	Bahia	João Ribeiro Falcão
25	Miguel dos Santos	18	Bahia	Manuel
26	Luiz Gonçalves Batista	18	Bahia	João Batista
27	Abdon Moreira Santos	16	Bahia	Jovensa Moreira Santos
28	Miguel Lopes	11	Bahia	<i>sem declarados</i>
29	Antoni Gonçalves	—	Bahia	<i>Ilegível</i>
30	Raymundo Aloson Santos	18	Bahia	Maria Auxiliadora
31	Américo dos Santos	13	Bahia	Amélia
32	José Martins Assumpção	11	Bahia	Cecília Lufoldina
33	Martins Alves Ferreira	13	Bahia	<i>Ilegível</i>
34	Enoce Alves da Silva	16	Bahia	<i>Ilegível</i>
35	Anitelio Elias Mattos	13	Bahia	Antonio Elias de Mattos
36	João Elias Mattos	12	Bahia	Antonio Elias de Mattos
37	Cospinceno Lima	13	Bahia	Maria Conceição
38	Cláudio José da Costa	18	Bahia	Macário José da Costa
39	Alpheos Damião Borges	11	Bahia	João Damião Borges
40	João dos Santos	12	Bahia	Antonia Pereira dos Santos
41	Levi da Costa	19	Bahia	Pedreira
42	João dos Santos Silva	13	Bahia	Francisco dos Santos Silva
43	<i>Ilegível</i>	—	Bahia	<i>sem declarados</i>

Os alunos sem genitores declarados continuaram sendo 30% do total de matriculados em 1918, somando aos alunos que declararam apenas a genitora somaram mais de 50% do total, uma quantidade de vinte e cinco alunos, O quadro acima trás um

dado novo, os primeiros nomes de alunos que apresentam junto ao nome dos genitores a identificação *artista*.

A partir do quarto nome, Tertuliano Carneiro, padre responsável por fazer os registros de matrícula dessas aulas, retomou ao registro dos nomes dos genitores, o que pode indicar mudança de metodologia pela dificuldade de identificação da profissão dos alunos pelo padre, que assumia o posto de secretário da Escola²²⁴.

Foi possível perceber também uma diminuição do número de matriculados em comparação com 1915. Faria Filho (2000) destaca que de acordo com os padrões da época, a frequência era bem menor do que o número de matriculados, principalmente as que funcionaram a noite, atendendo principalmente a crianças, adolescentes e jovens trabalhadores e pequenos operários.

Sobre a diferença de registro e frequência em uma escola voltada para trabalhadores pobres em Feira de Santana que exerciam suas obrigações durante o dia para estudar a noite, o horário das aulas funcionava das seis horas da tarde às oito e meia da noite²²⁵, o que funcionava como uma barreira para a matrícula e frequência das aulas noturnas

Esta foi a avaliação de *Cincinato Ricardo Pereira Franca*, histórico professor defensor da instrução de pobres, em visita a escola noturna em 1915.

Vizitei hoje esta escola dirigida aos pobres dirigida pelo illustre preceptor Germiniano Alves da Costa cuja habilitação justifica o extraordinário adiantamento em que se acham **os allunnos cujo numero de trinta de frequência e quarenta e nove de matricula** deixam bem claro attestado de seo desenvolvimento moral tal a ordem e respeito que encontrei, tudo justificando a grandeza profissional do Mestre e dedicado pedagogo que honra a classe do professorando baiano²²⁶. Grifos pessoais.

Quadro 11

Matrícula da aula noturna do ano letivo de 1920²²⁷

01	Almiro Ferreira da Silva	9	Log.	Marcos Ferreira da Silva
02	João Pereira dos Santos	12	Log.	Vicente Pereira dos Santos
03	João dos Santos	13	Log.	Antonia dos Santos

²²⁴ Livro de Matrícula da Escola para Pobres da Sociedade São Vicente de Paulo de 1914 a 1930.

²²⁵ Jornal Folha do Norte, 22 de março de 1919.N. 468. p. 01. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

²²⁶ Livro de Matrícula da Escola para Pobres da Sociedade São Vicente de Paulo de 1914 a 1930.

²²⁷ Ano letivo das aulas noturnas, posterior a morte de Geminiano Alves da Costa.

04	Demétrio Manoel Correia	15	Log.	Eustárquio Correia
05	Januario Caelário da Silva	9	Log.	João Caelário da Silva
06	Américo dos Santos	14	Log.	Amélia
07	Julio Ferreira do Sacramento	15	Log.	Eslovania do Sacramento
08	Justino Bispo de Almeida	15	Log.	Lucia V. de Sousa
09	João Philipe de Jesus	14	Log.	Maria do Sacramento
10	José Valentino de Anunciação	12	Log.	Alzira de Jesus
11	Manoel do Carmo dos Santos	10	Log.	Idalina dos Santos
12	Vicente da Silva	12	Log.	Josepha da Silva
13	Martins Rodrigo da Silva	13	Log.	Antonia da Silva
14	Francisco	24	Log.	Fermínia H. da Silva
15	Paulo Cescar ²²⁸ de Araújo	15	Log.	Félia Pinto d'Araujo
16	Mario dos Santos Ferreira	15	Log.	João dos Santos Ferreira
17	Octavio dos Santos Ferreira	14	Log.	João dos Santos Ferreira
18	José de Freitas	10	Log.	Manoel Lima Freitas
19	Aulo da Silva	—	Log.	Jacinellas da Silva
20	Chripim José de Mello	—	Log.	Manuel Alexandrina
21	José Moreira dos Santos	13	Log.	Cirillo Moreira
22	Godofredo de Jesus Oliveira	20	Log.	José Veríssimo Oliveira
23	Manoel Sant'Anna	13	Log.	José Sant'Anna
24	João Ferreira da Silva	14	Nat.	Lilidianne F. da Silva
25	José Vaetim d'Anunciação	12	Nat.	Alzira B. de Jesus
26	Antonio Maria Ribeiro	14	Log.	Manoel Ribeiro
27	Luiz Alves Ferreira	12	Log.	Vicente Ferreira
28	Francisco Gomes	18	Log.	Eunídio Gomes
29	Manoel	23	Nat.	—————
30	Leandro José de Mello	14	Log.	Maria Alexandrina

²²⁸ Assim está escrito no Livro de registro.

31	Antonio Perito	16	Nat.	Ilegível
32	Henrique do Sacramento	17	Log.	Gonçalo do Sacramento
33	Genísio Ferreira	14	Log.	Américo F. dos Santos
34	Elophilo da Silva Cruz	14	Nat.	Pastora Nascimento
35	Olimpio Barbosa	15	Log.	Eduardo P. Barbosa
36	Gilberto Ribeiro da Silva	10	Nat.	Farista Silva
37	Edílio Mascarenhas	12	Nat.	Maria Marteira
38	João Elias de Mattos	12	Log.	Antonio Elias de Mattos
39	Manoel Paulo	14	Log.	Genusio
40	Manoel Celestino	14	Log.	João Celestino
41	José de Almeida	7	Nat.	Aureliana de Jesus
42	Raiymundo Alves Santos	19	Nat.	Maria Caciana
43	João Vicente de Jesus	14	Nat.	Valeriana de Jesus
44	João de Deus	11	Nat.	Firminia Reis dos Santos
45	Eustáchio Sant' Anna	11	Log.	José Pereira da Silva
46	José Alves d' Almeida	15	Log.	Euclides A. Caribé
47	Manoel Alves de Almeida	12	Log.	Euclides A. Caribé
48	Francellino de Sant' Anna	12	Nat.	Antonia Maria
49	Manoel Moreira	22	Log.	Justino Moreira
50	Aurelino Carvalho d' Almeida	9	Log.	Sérgio V. de Almeida
51	Abilio Mascarenhas	13	Log.	Augusto Mascarenhas
52	Antonio Ferreira da Silva	13	Log.	Jacirilha Silva
53	Elias Salustino Ramos	12	Log.	Salustiani Ramos
54	José do Nascimento Ramos	9	Nat.	Victoria
55	Antonio dos Santos	19	Log.	Victorino Santos
56	Otaviano Bispo de Oliveira	18	Nat.	Francisco d' Oliveira
57	Deoclecio Pereira da Silva	10	Log.	Antonio P. da Silva
58	Calixto Francisco dos Santos	14	Log.	Francisco dos Santos
59	Pedro dos Santos	13	Log.	Epiphanio Santos

60	Manuel Alves dos Santos	21	Log.	Manuel dos Santos
61	Josué Caralhino Pereira	19	Log.	Luiz Pereira

Desse ano de 1920, o pai do aluno *Antonio dos Santos, de 19 anos* (n. 55), Victorino dos Santos era dono olaria²²⁹. O do aluno *Manoel Moreira, de 22 anos* (n.49), exercia a profissão de magarefe²³⁰. O responsável pelo aluno *Eustáquio Sant'Anna, de 11 anos* (n. 45), José Pereira da Silva exercia a profissão de ganhador²³¹. O próprio professor, o irmão de Geminiano Alves da Costa, que assumiu as aulas depois da morte deste em 1920, exercia a profissão de cabeleireiro.

É importante salientar que o número de alunos matriculados no ano de 1920, posterior a morte de Geminiano da Costa, foi de 61 alunos, a mesma média de matriculados nos anos de exercício do Professor, que variava entre trinta e oitenta alunos de acordo com o *Livro de Registros de Matrículas*, Esse aspecto de manutenção do número de matrícula, indica que no período de exercício de João Alves da Costa como professor a matrícula de alunos não diminuiu.

Escolas populares. Acham-se reabertas, há muitos dias, as **escolas populares das sociedades São Vicente de Paulo e Monte Pio dos Artistas feirenses** que funcionam no edifício da ultima. E' digna de nota a frequência desses centros de instucção, **dirigidos pelo prestimoso Sr. João Alves da Costa.** Agora mesmo, **as direcções dessas sociedades acabam de contractar mais uma pessoa para leccionar nas respectivas aulas.** (Jornal Folha do Norte, 17 de fevereiro de 1923. p. 03).

As práticas escolares de Geminiano da Costa compartilhadas com seu irmão João Alves da Costa, deviam ser muito próximas das almeçadas pelas camadas populares. Os registros encontrados indicaram que João Alves da Costa atuou no magistério em Feira de Santana, aparecendo publicamente nos jornais depois da morte do irmão Professor como seu substituto na direção das aulas noturnas.²³² O que os dados indicam é que começou a ajudar Geminiano Costa nas aulas por causa da doença que o acometeu e se tornou

²²⁹ Livro de Profissões e Industrias da Intendência de Feira de Santana, 1916 a 1922. APMFS.

²³⁰ Livro de Matrícula de Magarefes e Carroceiros da Intendência de Feira de Santana, 1917 a 1922. APMFS.

²³¹ *Idem*, APMFS, 2016.

²³² Jornal Folha do Norte, 05 de Novembro de 1921.604. Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

substituto do irmão.²³³ João Alves da Costa e Geminiano Alves da Costa fizeram parte de uma família de negros letrados que partilhavam o exercício do magistérios entre suas ações de inclusão das classes populares, fosse sob o título de professor como Geminiano ou de artista como João Alves da Costa.

Se o problema da falta de instrução para os excluídos sociais foi resolvido ou continuou a *capengar*, a questão da continuidade histórica explica, ainda em 1924/25 (muito depois do período de Geminiano), ao elaborar um projeto de interiorização para o sistema educacional do Estado da Bahia, Anísio Teixeira enfocou mais diretamente o nível intelectual e técnico do magistério, e tentou modificar as práticas de inspeção, supervisão e fiscalização do ensino; modernizar a educação moral, cívica e cultural dos educandos; aperfeiçoar continuamente os professores; ampliar o ensino municipal, porque ainda se desejava um ensino que fosse *para pobres*.

²³³ Jornal Folha do Norte, 22 de março de 1919, p. 01; Folha do Norte, 05 de novembro de 1921, Arquivo digitalizado. BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS/Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessa produção, tentamos solucionar a problemática sobre o processo de instituição de um sistema de instrução primária em Feira de Santana no final do século XIX e início do século XX, em especial a localização do professor Geminiano Alves da Costa, como protagonista de ações de inclusão de pobres trabalhadores na instrução de primeiras letras, através do lugar que ocupou como sujeito escolar negro e suas aulas/escolas primárias no cenário educacional feirense.

O Jornal *Folha do Norte*, enquanto fonte histórica, forneceu-me os primeiros problemas para constituição deste trabalho do professor Geminiano Costa, contudo, pensar as experiências de um sujeito escolar negro feirense, com grande lacunas de fontes documentais exigiu-me algum tempo e esforço. Foi uma tarefa mais intensa pela ausência de fontes e quando evidenciadas, pela dificuldade do acesso, fosse pela burocracia a exemplo dos documentos da Sociedade Monte Pio dos Artistas Feirenses, as quais o acesso foi negado, fosse pela condição de manutenção, como no Arquivo do Arcebispado de Feira de Santana, o lugar logra de boa manutenção, mas há dificuldade de experiência na manutenção dos documentos como assentamentos de batismo de escravizados, de casamentos e de óbitos, documentos do século XVIII até o século XIX. Mas há que se destacar a salvação pelo *site dos mórmons*, site de pesquisa histórica, montado por esta instituição religiosa que nos permite acessar todo conteúdo histórico, no qual encontrei os registros de batismo e de casamento de Geminiano da Costa.

O garimpo das fontes permitiu a consolidação em torno da problemática da Escolarização como um mecanismo republicano de normatização das práticas escolares e nestas, o lugar do sujeito Geminiano da Costa e suas experiências determinadas na difusão do saber letrado e não qualquer saber, mas o republicano. O objeto no decorrer da pesquisa foi se delineando e se lapidando a medida do rastreamento dos indícios, o que só foi possível graças às possibilidades da História da Educação em ter encontrado abrigo no fazer historiográfico através do interesse dos historiadores pelo conjunto de experiências histórico-culturais de sujeitos sociais que habitaram o território das culturas escolares, possibilidades que podemos delegar as reflexões trazidas pela nova história cultural e sua proposição de utilização de novos objetos, novas fontes e novas abordagens.

Analisando o período de 1890 -1920, foi possível perceber os conflitos existentes no campo das culturas escolares em Feira de Santana, refletindo as contradições do próprio fazer escolar feirense, o qual se encontrava na interseção de elementos e modos modernos e antigos, republicanos e do período imperial, que não puderam ser substituídos na insurgência do período republicano. Além disso, as representações do que era tido como civilizado ou tido em contraposição ao ideal republicano, como as escolas isoladas, continuaram existindo como a aula/escola do Professor Geminiano da Costa, que se mudou para um prédio escolar só em 1918 e que estabelecia uma relação de poder, tentando através da difusão de uma cultura escolar, consolidar outras experiências e ideários progressistas, traduzidas no fazer escolar.

Na perspectiva de entendermos uma parte do universo da escolarização em Feira de Santana, cabe pontuarmos que a cidade teve uma dinâmica de normatização escolar específica, mesmo com a efervescência de reformas educacionais que ocorria na capital do Estado, exemplo disso foi as tardias construções dos prédios escolares aos moldes republicanos, que só veio se consolidar a partir de 1913, o que favoreceu a construção de uma cartografia escolar a partir da localização dos edifícios escolares na cena urbana da cidade.

O estudo sobre a Escolarização, os sujeitos escolares e as culturas escolares e suas implicações na organização social de Feira de Santana não é algo findo e nem poderia. As diferentes evidências apresentadas não implicam uma interpretação definitiva deste vasto problema, nem do processo de escolarização, que persiste até a atualidade, tampouco do Professor Geminiano da Costa, sobre o qual ainda existem lacunas a serem sanadas.

Por fim, entendemos que as discussões desenvolvidas até aqui, juntamente com o diálogo estabelecido com referencial teórico e com a revisão bibliográfica, nos possibilitaram entender um pouco do cenário da instrução primária de Feira de Santana, em especial do papel do Professor Geminiano Alves da Costa neste contexto. Todavia, é importante pontuarmos que as discussões realizadas é uma interpretação sobre a temática por nós tratada, que por sua vez, foi fruto de um processo de escolha, de quais aspectos discutir, e por isso mesmo, carrega as suas limitações. Sendo assim, não achamos que essa temática se encerra aqui, aliás poderíamos falar no plural, as temáticas no campo da História da Educação, visto que cada sujeito e cada processo de letramento e escolarização em si mereceriam um trabalho de dissertação.

LISTA DE FONTES

1. Fontes impressas: os Periódicos.

Jornal O Progresso 1905 - 1908. (Museu Casa do Sertão/UEFS).

Jornal O Município 1893 - 1911. (Museu Casa do Sertão/UEFS).

Jornal Republicano 1912. (Museu Casa do Sertão/UEFS).

Jornal Folha do Norte 1909 - 1920. (Museu Casa do Sertão/UEFS).

Jornal O Propulsor 1906- 1908. (Museu Casa do Sertão/UEFS).

2. Documentos escritos:

Livro de Indústria e Profissões de Feira de Santana 1890. (APMFS).

Livro de Indústria e Profissões de Feira de Santana 1916. (APMFS).

Livro de Indústria e Profissões de Feira de Santana 1917 a 1923. (APMFS).

Livro de Ofícios da Intendência Municipal de Feira de Santana (1915 – 1920). (APMFS).

Livro de Atas do Conselho Municipal de Feira de Santana (1906 – 1919) (APMFS).

Livro de Matrículas de Carroceiros e Magarefes de Feira de Santana (1917 – 1922) (APMFS).

Livro da Receita do Professorado de Feira de Santana (1895 – 1915). (APMFS).

Livro de ocupação de casas e terrenos nas ruas de Feira de Santana (1890 – 1906) (APMFS).

Livro de Matrículas da Escola da Sociedade São Vicente de Paulo (1914 -1930) – (Arquivo do Arcebispado de Feira de Santana, Bahia).

Inventário de Morte do Professor Geminiano Alves da Costa. CEDOC/UEFS.

Assentamento de Batismo de Geminiano Alves da Costa.

Feira de Santana – Bahia. Registros da Igreja Católica, 1598-2007. n. 561, Página 68.

Images. *FamilySearch*. <http://FamilySearch.org>: accessed 2016. Paróquias Católicas, Bahia, (Catholic Church parishes, Bahia).

Assentamento de Csamaento de Geminiano Alves da Costa e Junília Carneiro da Silva.

Feira de Santana – Bahia. Registros da Igreja Católica, 1598-2007. Ano 1906. Página 196.

Images. *FamilySearch*. <http://FamilySearch.org>: accessed 2016. Paróquias Católicas, Bahia, (Catholic Church parishes, Bahia).

3. Fontes Bibliográficas:

ALMEIDA, Oscar Damião de. *Dicionário Personativo Histórico Geográfico e Institucional da Feira de Santana*, 3ª edição, Editora Gráfica; FSA, 2002. (APMFS).

BASTOS, Filinto Justiniano F. *Elementos de Instrução e Educação Cívicas de Direito Público. Bahia*: Joaquim Ribeiro e Co. Livraria “Duas Américas”, 1916. (Museu Casa do Sertão/UEFS).

OLIVEIRA, Daiane Silva. *Fontes para uma História da Educação em Feira de Santana – o Periódico Folha do Norte – 1920/1960: Catalogação do Jornal Folha do Norte 1920/1960*. FSA; UEFS, CDU: 37, 2011. (Arquivo do PPGH/UEFS).

PINTO, Raymundo A. C. *Pequena história de Feira de Santana*. Feira de Santana: Sicla, 1971. (Biblioteca Julieta Carteador/UEFS).

SILVA, Marília Queiroz da. *Instituto de Educação Gastão Guimarães: 50 anos de educação*. 1ª edição: Graficante, 1977. (Biblioteca Julieta Carteador/UEFS).

4. Fontes Imagéticas:

Fotografia do Professor Geminiano Alves da Costa (sem data): Álbum de Memória de Feira de Santana – Acervo do Arquivo Público Municipal de Feira de Santana e Acervo Digital da Biblioteca Monsenhor Renato Galvão/Museu Casa do Sertão -UEFS.

Fotografia da escola do sexo masculino do Professor Geminiano Alves da Costa (sem data): Álbum de Memória de Feira de Santana – Acervo do Arquivo Público Municipal de Feira de Santana e Acervo Digital da Biblioteca Monsenhor Renato Galvão/Museu Casa do Sertão -UEFS.

Fotografia do edifício escolar do Grupo Escolar J. J. SEABRA (sem data). Álbum de Memória de Feira de Santana – Acervo do Arquivo Público Municipal de Feira de Santana e Acervo Digital da Biblioteca Monsenhor Renato Galvão/Museu Casa do Sertão -UEFS.

Fotografia do edifício escolar da atual Praça Fróes da Motta (1918): Álbum de Memória de Feira de Santana – Acervo do Arquivo Público Municipal de Feira de

Santana e Acervo Digital da Biblioteca Monsenhor Renato Galvão/Museu Casa do Sertão -UEFS.

Fotografia do edifício escolar da atual Avenida Senhor dos Passos (1918):
Álbum de Memória de Feira de Santana – Acervo do Arquivo Público Municipal de Feira de Santana e Acervo Digital da Biblioteca Monsenhor Renato Galvão/Museu Casa do Sertão -UEFS.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

ALVES, Chintamani Santana. *Tramas da Terra: conflitos no Campo na Terra de Lucas (1900-1920)*. Dissertação de Mestrado: UEFS, 2013.

AMADO, Janaina. *Região, Sertão Nação*. Estudos Históricos. RJ. Vol 8, nº 15, p. 145 a 151.1995.

BARRETO, Aparecida de Lourdes P. *Pedagogia da Higiene na Paraíba: saberes que circulavam nos livros escolares*. *Anais CBHE*, 2008.

BENCOSTA, Marcus Levy Albino Bencostta (org.). *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

BOAVENTURA, Eurico A. *A Paisagem e o Homem: memórias da Feira de Santana*. Editora UEFS, Feira de Santana, 2006.

BULCÃO, Antonio de Araújo de Aragão. *Fala com que abriu no dia 1º de maio de 1880 a 1ª sessão da 23ª legislatura da Assembleia Provincial da Bahia*. Bahia: Tipografia do *Diário da Bahia*, 1880 apud NUNES, Antonietta d'Aguiar. Política educacional no início da República na Bahia: duas versões do projeto liberal. Tese de Doutorado: Faculdade de Educação - UFBA, 2003.

BRITO, Ana Clara Farias. *Casa da Bahia: Memória de alguns baianos, o IGHB e as modificações urbanas da cidade de Salvador na Primeira Republica*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, Julho 2011. CASTELUCCI, Aldrin A. S. *Salvador dos Operários: Uma História da Greve Geral de 1919 na Bahia*. Salvador UFBA, 2001.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza. *Cultura Material da Escola: entram em cena as carteiras*. In: SILVA, Vera Lúcia G. de. e PETRY, Marília G. *Objetos da escola: Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar, séculos XIX e XX*. Insular; 2012.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. SP: Difel; 1990.

COSTA e SILVA, Maria Conceição B. da. *A Sociedade Monte Pio dos Artistas: um momento de mutualismo em Salvador*. Dissertação de Mestrado/UFBA 1981.

COSTA e SILVA, Maria da Conceição Barbosa da. *O ensino primário na Bahia: 1889-1930*. Tese de Doutorado. Salvador: FAGED/UFBA, 1997.

CUNHA, Nayara Fernandes de Almeida. *Os Coronéis e os Outros: sujeitos, relações de poder e práticas sociais em Feira de Santana (1907-1927)*. Dissertação de Mestrado/UEFS; Feira de Santana, 2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano M. *Fazer História da Educação com E. P. Thompson: trajetórias de um aprendizado*. In: FARIA FILHO (org.) *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões*. Rev. Fac. Educ. vol.24 n.1 São Paulo Jan./Jun. 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. *Os tempos e os espaços no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p.19-34, mai/jun/jul/ago. 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlen Antônio. *Processos de escolarização e obrigatoriedade escolar: o caso de Minas Gerais (1835-1911)*. In: - FARIA FILHO, Luciano Mendes (orgs). *A Infância e sua educação: materiais práticas e representações [Portugal e Brasil]*. BH: Autêntica, 2004.

FONSECA, Marcus Vinicius da. *Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro*, Editora Ação Educativa; SP, 2001.

FONSECA, Marcus Vinicius. *O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 35, n.3, p. 585-599, set./dez. 2009.

FONSECA, Marcus Vinicius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2007.

FRAGA FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da Liberdade: História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

GINZBURG, Carlo, CASTELNUEVO, Enrico e PONI, Carlo. *O nome e o como*. Mercado Historiográfico e troca desigual. In: Carlo Guinzburg, Enrico Caltelnuovo & Carlo Poni. A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. CASTELNUEVO, Enrico e PONI, Carlo. *O inquisidor como antropólogo*. In: Carlo Guinzburg, Enrico Caltelnuovo & Carlo Poni. A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HAMILTON, David. *Notas de Lugar Nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna*. In: Revista Brasileira de História da Educação, nº 01, 2001.

HERSCHMANN, Micael. (org). *A invenção do Brasil Moderno nos anos 20 - 30*. RJ: Rocco; 1994.

JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. In: Rev. Bras. de História da Educação, nº 01 Campinas, SP: 2001.

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e Anti prendas: uma escola de mulheres*. Editora da Universidade UFRGS; 1987.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino: entre letras e lutas, 1851 a 1923*. Annablume; SP, 2009.

LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a Educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*. Tese de Doutorado: UFBA; Salvador, 2009.

LUZ, José Augusto. *Educação, Progresso e Infância na Salvador Republicana: Percursos Históricos*. In: LUZ, José Augusto e SILVA José Carlos (orgs). História da Educação na Bahia. Salvador: Arcádia, 2008.

MAGALHÃES, Justino P. de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Editora Universitária São Francisco; Bragança Paulista, 2004.

MELLO, Maria Alba. G. M. *Escola Primária na Bahia e sua Gestão*. In: SANTANA, Elizabete. C. e MENEZES, Jaci. M. F. de. A Construção da Escola Primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos 1890-1930. Vol. 1. EDUFBA: Salvador, 2011

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. *A República e a construção do direito a educação na Bahia*. In: SANTANA, Elizabete Conceição. (org.) A construção da Escola Primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos 1830-1930.

Volume 1.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. *Educadores e alunos negros na Primeira República*. 1a. ed. Brasília, DF; Rio de Janeiro: Ludens; Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

NUNES, Antonietta d’Aguiar. *Política educacional no início da República na Bahia*: duas versões do projeto liberal. Tese de Doutorado: Faculdade de Educação - UFBA, 2003.

NUNES, Antonieta d’A. *Fundamentos e Políticas Educacionais*: história, memória e trajetória da educação na Bahia. *Revista UEPG; Letras e Artes*; Universidade Estadual de Ponta Grossa, 209-224, dez. 2008.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. *A Escola Primária Noturna em Minas Gerais (1891 – 1924)*. BH: Mazza Edições, 2012.

OLIVEIRA, Clóvis F. R. M. *De empório à princesa do Sertão*: utopias civilizatórias em Feira de Santana (1893- 1937). (Dissertação de Mestrado), Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Clóvis F. R. *Ruas retas, lugares esquecidos*: Eurico Alves e a urbanização de Feira de Santana (1920 – 1932). In: *História, Poesia e Sertão*. Editora UEFS; FSA, 2010.

OLIVEIRA, Iolanda de. *Cor e Magistério*. EDUFF; RJ, 2006.

OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). *Relações raciais no contexto social, na educação e na saúde*: Brasil, Cuba, Colômbia e África do Sul. Rio de Janeiro: Quartet: 2012.

PEREIRA, Daiane Pires. *O Glorioso São Benedito*: Irmandade e Confraria em Feira de Santana (1900-1930). Monografia. UEFS – FSA: 2010.

POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Editora Itapuã, 1968.

REIS, João José. *Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão*. *Revista Tempo*; Rio de Janeiro, vol. 2, n°. 3, p. 7-33; 1996.

REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas – irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

REIS, Wagner Alves. *Agostinho Fróes da Motta*: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em feira de Santana (1856-1922). Dissertação de Mestrado/UEFS, FSA, 2012.

SANTANA, Elizabete Conceição. (org.) *A construção da Escola Primária na Bahia*: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos 1830-1930. Volume 1. Salvador: EDUFBA, 2011.

- SANTOS, Igor G. *Eurico Alves Boaventura: uma democracia mestiça para uma civilização de uma classe só*. In: História, Poesia e Sertão. Editora UEFS; FSA, 2010.
- SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão* - Salvador (1890-1930). Salvador: EDUFBA, 2001.
- SARMENTO, Sílvia Noronha. *A raposa e a águia: J.J Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Dissertação de Mestrado: UFBA, 2009.
- SCHUELLER, Alessandra Frota. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte Imperial (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Social das Idéias) - Niterói, RJ: UFF; 1997. In: www.historia.uff.br.
- SCHUELER, Alessandra Frota. *Intelectuais negros e reformas sociais: pensamento e projetos educacionais do professor André Pinto*. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – Anais Eletrônicos – ISBN 978 – 85 – 7745 – 551 – 5: 2012.
- SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional, 1894-1930*. Uefs Editora; FSA, 2012.
- SILVA, Aldo José Moraes. *Natureza sã, Civilidade e Comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da BAHIA (1833-1927)*. Salvador. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2000.
- SILVA, Elizete. *O campo religioso feirense: um olhar poético*. In: História, Poesia e Sertão. Editora UEFS; FSA, 2010.
- SILVA, Mayara Plácido. *Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado/UEFS; Feira de Santana, 2012.
- SILVA, Mayara Plácido. *O caso de Romão Preto e trabalhadores pobres em Feira de Santana (1890-1910)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH; São Paulo, Julho 2011.
- SILVA, Vera Lúcia G. de. e PETRY, Marília G. *Objetos da escola: Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX)* Insular; 2012.
- SIMÕES, Kleber José Fonseca. *Os homens da Princesa do Sertão: modernidade e identidade masculina em Feira de Santana (1918-1938)*. 2007. 135p. Dissertação de Mestrado: UFBA, Salvador, 2007.

- SOARES, Walter G. *Resposta ao tempo: Eurico Alves e a construção da paisagem sertaneja*. In: História, Poesia e Sertão, Editora UEFS; FSA, 2010.
- SOUSA, Ione C. J. de. *As aulas noturnas para adultos: para os que pedem ao trabalho de cada dia satisfação de suas necessidades*, In: Ananias ET alii (orgs), *Temas sobre a Instrução Imperial II*, UFPB: 2014.
- SOUSA, Ione. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2006.
- SOUSA, Ione C. J. *Pobres e negros nas aulas públicas - província da Bahia-1842/1850*. Anais do VII CBHE/UFMT, Cuiabá, MT; 2013.
- SOUSA, Ione C. J. de. *Garotas tricolores, Deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945*. SP: EDU/PUC-SP: 2001.
- SOUSA, Ione C. J.e CRUZ, Antonio R. S. da. *Escolas Normais da Bahia: olhares e abordagens*. UEFS EDITORA; Feira de Santana, 2012.
- SOUZA, Rosa Fátima. *A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira*. In: Cultura Escolar: História, práticas e representações. Cadernos Cedes: 1ª edição, 2000.
- SOUZA, Rosa Fátima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *Duas reformas da educação na Bahia: 1895-1925*. Salvador: Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia, (Série Estudos e Pesquisas): MEC, 1968.
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1981.
- VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.
- VEIGA, Cynthia Greive. *A escolarização como processo de civilização*. Revista Brasileira de Educação, n.21, p.90-103, 2002.
- VEIGA, Cynthia Greive. *Cultura material escolar no século XIX em Minas Gerais*. Anais do VII CBHE, Cuiabá, MT; 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves. *A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos nos oitocentos*. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja (orgs.). *Multiplas visões: cultura histórica no oitocentos*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século XIX*. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de (orgs.). *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Michel de Certeau e a difícil arte de fazer história das práticas*. In: FARIA FILHO (org.) *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2005.

VILELLA, Heloisa, *A Primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX*. In: ARAÚJO, FREITAS e LOPES (orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império a República*. Editora Alínea, SP; 2008.

VILLELA, Heloisa de O. S. *A trajetória de um professor negro no Brasil escravocrata*. In:

ANEXO C: Folha de rosto do Termo de Contrato para Construção de dois prédios escolares em Feira de Santana (APMFS), Bahia.

Registro de nº 168 e 17
por meio de
amanuense

Termo de contrato celebrado entre o Município da Feira de Sant' Anna, representado pelo seu Intendente o Coronel Agostinho Tróis da Motta e o coronel José Paulino de Carvalho Filho, para a construção de dois prédios escolares nesta cidade da Feira de Sant' Anna.

Aos vinte dias do mez de julho de mil novecentos e dezesseis, nesta cidade da Feira de Sant' Anna, no Paço Municipal, presentes o intendente municipal Coronel Agostinho Tróis da Motta e o cidadão Coronel José Paulino de Carvalho Filho, unanimente neste termo o contractante, perante as testemunhas abaixo assignadas. Foram accordadas as seguintes clausulas para a construção de dois prédios escolares nesta cidade, visto ter sido aceita pelo Intendente a proposta que em concorrência publica foi apresentada pelo referido cidadão Coronel José Paulino de Carvalho Filho.

Clausula 1.^a
O contractante obriga-se a construir de accordo com o projecto e planta approvados pelo Intendente, dois prédios esco-

ANEXO D: Comprovante de pagamento do imposto sobre o valor da obra de construção de dois prédios escolares em Feira de Santana, Bahia.

Intendencia Municipal

ESTADO DA BAHIA

EXERCICIO DE 1916

Licenças e emolumentos 25\$000

N. 203

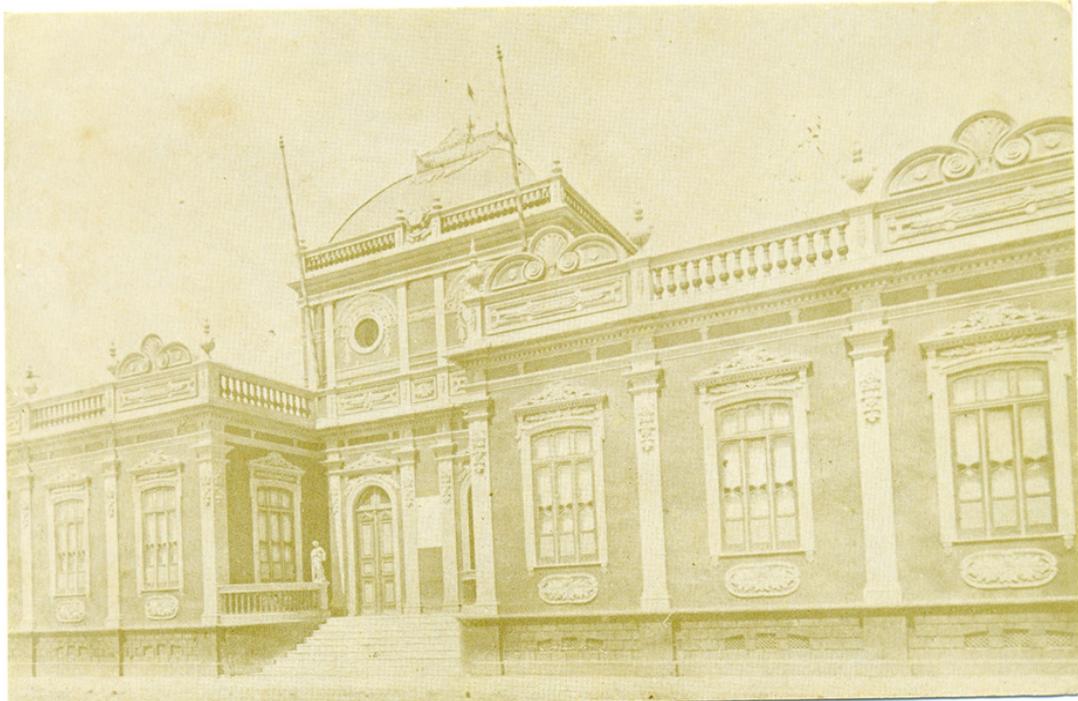
Fica a debito do actual Thesoureiro a quantia de *setenta e cinco mil reis* que pagou *o Sr. C. José Paulino* *de Carvalho Filho* proveniente do imposto de *1%* sobre a *quarta parte de seu contrato lavrado com esta Intendencia no valor de 30:000\$000*

Thesouro Municipal da Feira de Sant'Anna, 20 de *Junho* de 1916.

O Amanuense *[Signature]*

O Thesoureiro *[Signature]*

ANEXO E: Fotografia do prédio escolar que deu origem ao Grupo escolar J. J. Seabra em 1916, na Rua Conselheiro Franco, Feira de Santana, Bahia. (S/DATA, BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS).



ANEXO F: Fotografia do prédio escolar situado na antiga Rua Barão de Cotegipe e atual Rua Senhor dos Passos, atual prédio do Arquivo Público de Feira de Santana. (S/DATA, BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS).



ANEXO G: Fotografia do prédio escolar situado na antiga Praça General Argolo e atual Fróes da Motta na cidade de Feira de Santana, Bahia. (S/DATA, BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS).



ANEXO H: Capela da Igreja dos Remédios, onde funcionou até 1918 a Escola para Pobres. Na lateral, (a esquerda) a Rua onde funcionou a Escola do sexo masculino do Professor Geminiano Alves da Costa. (S/DATA, BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS).



ANEXO I: Padre Tertuliano Carneiro, filho do padrinho de Geminiano Alves da Costa, Cícero Carneiro. (Data de 1907/ BSMRG/Museu Casa do Sertão/UEFS).



*Conego Tertuliano Carneiro que recebeu da Feira
as maiores e mais justas homenagens*

Zoom:

ANEXO D: Folha de Rosto do Inventário de Morte do Professor Geminiano da Costa.



